



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XVIII — Nº 56

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1963

### CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição e do artigo 1º, número IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 do mês em curso as 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 1.751-E, de 1956, na Câmara e número 126, de 1961, no Senado)

que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado, sem prejuízo da matéria já programada para a mesma sessão.

Senado Federal, em 6 de maio de 1963.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### RESOLUÇÃO

Nº 10 — 1963

(Publicado no "D.C.N." de 20 de abril de 1963 — página 1.537).

Cria Comissão de Inquérito para apurar fatos relacionados com o "IBAD" e o "IPES".

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão de Inquérito, nos termos e para os efeitos do art. 53 da Constituição Federal e art. 32 e seus parágrafos do Regimento Interno, com o objetivo de apurar a origem dos haveres e a atuação política das instituições conhecidas pelas siglas "IBAD" e "IPES".

Art. 2º. A Comissão será composta de 9 (nove) membros e terá a duração de seis meses, a contar de sua constituição.

Art. 3º. Para apurar os fatos relacionados com o objetivo referido no art. 1º, poderá a Comissão realizar despesas até o limite de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1963. — Paulo de Tarso — Eloy Dutra — Plínio A. Sampaio — Celso Passos — José Sarney — Hamilton Nogueira — Wilson Fadul — Lamartine Távora — Humberto Lucena — Expedito Machado — Mário Lima — Josaphat Macedo — Fernando Santana — Max da Costa Santos — Vieira de Mello — Oliveira Brito — Chagas Rodrigues — Vasco Filho — Benjamin Farah — Pedro Marão — Garcia Filho — Hélio Maghzenan — Paulo Mansur — Bocanwa Cunha — Cantídio Sampaio — Sílvio Braga — Mário Maia — Floriceno Paizão — Brito Velho — Mário Lima — Sérgio Magalhães — Otávio Brizola — José Meira — Emílio Gomes — Antônio

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Annibelli — Minoru Myamoto — Wilson Chedird — Ludoviso de Almeida — Athé Coury — Benedito Cerqueira — Januá Amidem — José Esteves Justino Melo — Simão da Cunha — Gilberto Azevedo — Adrião Bernardes — Jairo Brum — Mauricio Goulart — Adolfo Oliveira — Neiva Moreira — Leonel Brizola — Demisthoclides Batista — Mário Covas Júnior — Floriano Rubim — Raymundo de Andrade Geremias Fontes — Theophilus Anárade — Cid Furtado — Emmanoel Waismann — Wilson Falcão — Levy Tavares — Franco Monteiro — Temperani Pereira — Abelardo Jurema — Celestino Filho — Gerardo Mesquita — Ramon de Oliveira — Celso Amaral — Rondon Pacheco — Janary Nunes — Tenório Cavalcanti — Doutel de Andrade — Sussumo Hirata — Esmertino Arruda — Breno da Silveira — José Cruciano — Derville Alegretti — Abraham Moura — Osni Régis — Manoel de Almeida — Aluizio Bezerra — Stelio Marofo — Juarez — Távora — Manoel Cabral — Amaral Netto — Ario do Carvalho — Ortiz Borges — Ario Theodoro — Efélio Nunes — Paiva Nuniz — Augusto de Gregori — Miguel Buffara — Valério Magalhães — Medeiros Netto — Horácio Betônio — Elias Curmo — Eivaldo Pinto — José Meira — Dnar Mendes — Edilson Melo Távora — Arnaldo Nogueira — Guilherme Machado — Neco Novaes — Milton Reis — Armando Rollemberg — José Carlos Teixeira — M. Costa Régio — Burlamaqui Miranda — Ozonam Coelho — Oscar Cardoso — Carlos Murilo — João Herculino — Ferácio Régio — Afrânio de Oliveira — Baptista Ramos — Padre Nobre — Antônio Bresolin — Lyrio Bertoli — Percira Lucio — Armando Corrêa — Clemens Sampaio — Euclides Triches — Cid Carvalho — Gabriel Hermes — Marco Antônio — F. Costa Tuty Nassif — Epitácio Cajeteira — Moyses Santiago — Atoisio Nonô —

Eurico Ribeiro — José Resegue — João Mendes — José Aparecido — José Pedrosa — Dias Menezes — Adauto Cardoso.

Designo para integrarem a Comissão os Senhores deputados Régis Pacheco, Peracchi Barcelos, Anísio Rocha, Eloy Dutra, Rubens Paiva, José Aparecido, Laerte Vieira, Arnaldo Cerdeira, Armando Rollemberg e como suplentes os senhores Benedito Vaz, Benedito Cerqueira, Arnaldo Nogueira e Broca Filho.

#### RESOLUÇÃO

Nº 12 — 1963

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Raniery Mazzilli.

Com base no que estabelece o artigo 53 e parágrafo único da Constituição Federal, e de acordo com o que prescreve o art. 32 e seus parágrafos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos requerer a Vossa Excelência que, preenchidas as formalidades legais, seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por nove membros, com o fim especial de:

1º) analisar e investigar fatos ligados à passagem de todos os encargos e obrigações antes atribuídos à União no extinto Território Federal do Acre, à administração do Estado do Acre, recém-criado, com observância da disposição na Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962;

2º) inquirir da aplicação das dotações orçamentárias, créditos especiais e auxílios atribuídos pela União no decorrer do ano de 1962 e nos meses de janeiro e fevereiro de 1963 à administração do extinto Território Federal do Acre, examinando contas, obras e ser-

viços realizados, contratos e todos os atos administrativos do governo acreano, no mencionado período;

3º) examinar todos os atos relacionados a exonerações, demissões, dispensas, nomeações, admissões e contratos de pessoal, no período compreendido entre janeiro de 1962 e fevereiro de 1963, bem como ao enquadramento de diaristas que prestaram serviços à administração do antigo Território, até 1958;

4º) Examinar o serviço de tombamento do Patrimônio da União no extinto Território, no que concerne a imóveis, móveis, embarcações, veículos e semoventes existentes à data da promulgação da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 e os adquiridos daquela data até fevereiro de 1963, patrimônio este que passa ao Estado do Acre, por força do que estabelece o art. 9º e respectivos parágrafos, da lei citada.

2. Para fazer face às despesas com a execução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito cuja constituição requeremos, deve ser concedido o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

3. Denominar-se-á "Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos e ocorrências relacionadas à passagem de responsabilidades da União à administração do novo Estado do Acre", a que vier a ser organizada em virtude deste requerimento.

4. O requerimento que ora formulamos resulta das diversas denúncias que temos recebido por parte do povo do Acre, relacionadas a atos do então governo Provisório nomeado pelo Senhor Presidente da República, muitos dos quais até mesmo publicados no órgão oficial da administração acreana, jornal "O Acre", além de sérias e graves irregularidades ligadas à aplicação de dinheiros públicos, extravio de materiais etc.

O prazo será de 180 (cento e oitenta) dias.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1963.

Gerardo Mesquita — Armando Leite — Valério Magalhães — Altino Ma-

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES
CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FUNCIONÁRIOS. Rows: Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Petróleo (Projeto de Resolução 158-63, publicado no D.C.N. de 31-1-63 a fls. 34-43)...

Justificação

1. Em seu relatório final, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução 41-61...

Conclusões

12ª sugestão aos membros da Câmara dos Deputados, que se instala dentro alguns dias...

2. Considerando que os estudos de um problema de capital importância para a economia nacional não devem ser abandonados em sua primeira

fase, com a inutilização dos valiosos subsídios anteriormente reunidos...

3. O aumento do número de membros da Comissão, anteriormente 12 e agora 15 Deputados...

4. Por outro lado, a verba proposta, de dois milhões de cruzeiros...

5. Finalmente, o prazo de um ano concedido à Comissão, para conclusão de seus trabalhos...

6. Concluindo, impõe-se a imediata constituição desta nova CPI...

Cunha Bueno — Padre Godinho — João Abdalla — Abelardo Jurema — Baptista Ramos — Costa Lima — Yukishigue Tamura — Newton Carneiro — Ulysses Guimarães — Paulo Mansur — Rubens Paiva — Pedro Mourão — Dias Menezes — Clodomir Millet — Lery Tavares — Luiz Francisco — Afrânio de Oliveira — Henri-

que Turner — Geraldo de Barros — Cândido Sampaio — Antônio Feliciano — Pereira Lopes — Bento Gonçalves — Floriano Rubim — Gil Vellozo — Abel Rafael — João Herculanoso — Dirceu Cardoso — Oseas Cardoso — Dionísio Freitas — Jorge Curt — João Mendes — Plínio Salgado — Adrião Bernardes — Oceano Cabral — Adolfo Oliveira — Zacarias Seixas — Marco Maia — Pedro da Silveira — Eucisio Nunes — Celso Filho — Geraldo de Pinna — Gelúlio Moura — João Olimpio — Gayco e Alameda — Plínio Costa — Burlamaqui de Miranda — Orlando Bertoli — Lyrso Bertoli — Pedro Zimmermann — Octávio Brisolla — Minoru Miyamoto — Iann Luz — Euclides Triches — Geremias Fontes — Arnaldo Cerdeira — Antz Badra — Lister Caldas — Joel Barbosa — Ewedito Machado — Nicolau Tuma — Wilson Fadul — Broca Filho — Ozanan Coelho — Plínio Lemes — Segismundo Andrade — Último de Carvalho — Padre Vidigal — José Alkimim — Celso Murta — Theodulo Albuquerque — Francisco Pereira — Renato Azevedo — Roberto Saturnino — Henrique Lima — Mário Lima — Afonso Celso — Josaphat Borges — Adolfo Viança — Amaral Netto — Cardoso de Menezes — Davo Coimbra — Vasco Filho — Dilson Falcão — Edilson Tavora — Adauto Cardoso — Edgard Pereira — Carlos Murilo — Lamarline Távora — Ernani Sáltro — Benedito Cerqueira — Guilherme Machado — Carneiro de Loyola — Ludovico de Almeida — Ary Plombão — Abrahão Moura — Oscar Corrêa — Medeiros Neto — Rubem Alves — Josaphat Azevedo — Esmerino Arruda — Paulo Macarini — Osvaldo Lima Filho — Furlado Leite — Guilhermino de Oliveira — Leão Sampaio — Nilo Coelho — Regis Pacheco — José Reseyme — Renato Medeiros — Albino Zeni — Pedro Catalão — Armando Rollemberg — Geraldo Freire — Cloris Pestana — Laerte Vieira — Rondon Pacheco — Diálma Maranhão — Padre Nobre — Ewaldo Pinto — Lauro Leitão — Campos Vergal — Wilson Martins — Edson Garcia — Costa Cavalcanti — Pereira Lucio — Mario Coras — Flaviano Ribeiro — Ario Teóforo — Militermes Lima — Janduhy Carneiro — Antonio Bresolin — Carvalho Sobrinho — Vieira de Mello — Leopoldo Peres — José Freire — Gabriel Hermes — Armando Correa — Waldemar Guimarães — Nelson Carneiro — Cid Carvalho — Benedito Vaz — Aida Sampaio — Aroldo Carvalho — Philadelpho Garcia — Gastão Pedreira — Perachi Barcellos — Manoel de Almeida — Souto Maior — Paiva Muniz — Ponce de Arruda — Lauro Cruz — Oseas Pontes — Altair Lima — Raphael Recende — Lino Morganti.

(Publicação no "D.C.N." de 19 de abril de 1963, página 1.518).

Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito os senhores deputados Josafá Borges, Teotônio Neto, Abrahão Sebbá, Geraldo de Paiva, Padre Vidigal, Ortiz Borges, Ramon de Oliveira Neto, Gastão Pedreira, Theodulo Albuquerque, Edison Távora, Ferro Costa, Lourinho Dantes, Antônio Carlos Magalhães, Neiva Moreira e Mario Lima e como suplentes os senhores Ponce de Arruda, Ario Teóforo, Fuv Santos, Janacy Nunes e Teófilo de Andrade.

RESOLUÇÃO

Nº 13 — 1963

(Publicado no "D.C.N." de 24.4.63, página 1.651)

Resolução

REQUERIMENTO

Requeremos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 membros, para exa-

RESOLUÇÃO

Nº 11 — 1963

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 53 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único da Lei 1.579, de 18 de março de 1958 e o art. 31 do Regulamento Interno e, tendo em vista o item 12 das Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Pe-

minar a situação das empresas concessionárias de serviço público subsidiárias dos grupos "American Foreign Power Co.", "Empresas Elétricas Brasileiras", "Brazilian Tractition" ("Rio Light", "São Paulo Light" e Cia. Telefônica Brasileira") e "International Telegraph and Telephone Co." ("I.T.T."), verificando: situação dos contratos de concessão, cumprimento das cláusulas contratuais, tarifas, necessidade de ampliação dos serviços, fiscalização pelos órgãos competentes, transações com estabelecimentos oficiais de crédito, processos de tombamento e encampação, relações com a "Eletrobrás".

A Comissão terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua instalação, para concluir seus trabalhos e disporá de uma verba de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para o custeio de suas atividades.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1963

- 1 Bocayuva Cunha
- 2 Sérgio Magalhães
- 3 Paulo de Tarso
- 4 Celso Ramos
- 5 José Carlos
- 6 Floriano Ribeiro
- 7 Eliac Pinto
- 8 Arnaldo Nogueira
- 9 Paulo Sarasate
- 10 Vital do Rego
- 11 Edison P. Garcia
- 12 Pereira Lúcio
- 13 Francelino Pereira
- 14 Pereira Nunes
- 15 Mario Covas
- 16 Gil Velloso
- 17 Simão da Cunha
- 18 José Sarney
- 19 Gastão Pedreira
- 20 Amaral Netto
- 21 Arnaldo Carvalho
- 22 Augusto Novas
- 23 Adauto Cardoso
- 24 Benedito Cerqueira
- 25 Mário Maia
- 26 Leonel Brizzola
- 27 Doutel de Andrade
- 28 Chagas Freitas
- 29 Chagas Rodrigues
- 30 Fernando Santana
- 31 Milton Reis
- 32 Henrique Lima
- 33 Josaphat Borges
- 34 Zélio Ramos
- 35 Roberto Saturnino
- 36 Floriano Paixão
- 37 Ivette Vargas
- 38 Murilo Costarego
- 39 Jamil Amiden
- 40 Plínio Sampaio
- 41 Franco Montoro
- 42 Bento Gonçalves
- 43 Janary Nunes
- 44 Arthur Lima
- 45 Ferro Costa
- 46 Plínio Lemos
- 47 Mal Contasantos
- 48 Garcia Filho
- 49 Emanuel Weiss Men
- 50 José Aparecido
- 51 Temperani Pereira
- 52 Edilson Távora
- 53 Orliuz Borges
- 54 Hermogenes Príncipe
- 55 Milton Dutra
- 56 Clóvis Motta
- 57 Demisoclides Batista
- 58 Antonio Baby
- 59 Nelva Moreira
- 60 Luos Vergal
- 61 Pamem de Oliveira
- 62 Elói Dutra
- 63 Ario Teodoro
- 64 Tenório Cavalcanti
- 65 Oswaldo Lima Filho
- 66 Lamartine Távora
- 67 Aloisio Nonô
- 68 Amando Remberg
- 69 Clay de Araújo
- 70 Breno Silveira
- 71 Horácio Bethonia
- 72 Vingit Rosado
- 73 Muniz Falcão
- 74 Mário Lima
- 75 Rubens Paiva
- 76 José Freire
- 77 Celestino Filho
- 78 Aluísio Bezerra

- 78 Edésio Nunes
- 79 Paiva Musiz
- 80 Geremias Fontes
- 81 Sylvio Braga
- 82 Valdir Simões
- 83 Jairo Brum
- 84 Affonso Celso
- 85 Wilson Padul
- 86 Cid Carvalho
- 87 Humberto Lucena
- 88 Rubens Alves
- 89 Geraldo Mesquita
- 90 Armando Leite
- 91 Valério Magalhães
- 92 Benjamin Farah
- 93 Bias Fortes
- 94 Stelio Maroja
- 95 Ribeiro Coutinho
- 96 Adail Barreto
- 97 Aurino Valois
- 98 Arthur Lima
- 99 Souto Maior
- 100 Arnaldo Lafayette
- 101 Pedro Catalão
- 102 João Alves
- 103 Moyses Pimentel
- 104 Rubens Paiva
- 105 Leopoldo Peres
- 106 Wilson Falcão
- 107 Levi Tavares
- 108 Edgard Ferreira
- 109 Medeiros Netto
- 110 Magalhães Mello
- 111 Benedito Cerqueira
- 112 Leão Sampaio
- 113 Furtado Leite
- 114 Floriano Rubem
- 115 Jairo Brum
- 116 Derville Allegretti
- 117 Jorge Cury
- 118 Domicio Freitas
- 119 Braga Ramos
- 120 Zacharias Selene
- 121 Wilson Martins
- 122 Adolfo Oliveira
- 123 Paulo Macarini
- 124 Oscar Correia
- 125 Henrique La Roque
- 126 José Bonifácio
- 127 José Esteves
- 128 Zaire Nunes
- 129 Rezende Monteiro
- 130 Henrique Turner
- 131 José Richa
- 132 Juarez Távora
- 133 Cid Furtado
- 134 Euclides Triches
- 135 Teófilo Andrade
- 136 Franco Montoro (duplicata 42)
- 137 José Benett
- 138 Geraldo Lima
- 139 José Pedrosa
- 140 Omar Mendes
- 141 Guilherme Machado
- 142 Octavio Brizzola
- 143 Edilson Távora (duplicata 53)
- 144 Mário Tamborindeguy
- 145 Lamartine Távora
- 146 Mattos Carvalho
- 147 Antonio Baby (duplicata 59)
- 148 Miguel Buffara

É lido e vai imprimir o seguinte

REQUERIMENTO

Requerimento nº 157, de 1963

(Convocação de Ministro)

Solicita comparecimento do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para prestar à Câmara esclarecimentos sobre Previdência Social, Sindicalização Rural e C.G.T.

(Do Sr. Paulo de Tarso)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Nos termos e para os efeitos do art. 54 da Constituição Federal e art. 104 § 1º do Regimento Interno, solicito a convocação de Sua Excelência e Senhor Ministro do Trabalho para prestar à Câmara esclarecimentos sobre: Previdência Social, Sindicalização Rural e C.G.T.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1963 — Paulo de Tarso.

Designo para integrarem a Comissão os Senhores Deputados Getúlio Moura, Ovidio de Abreu, Clóvis Pestana Plínio Costa, Adail Barreto, Souto

Maior, Leonel Brizzola, Austregesilo de Andrade, Magalhães Melo, Celso Passos, Edson Garcia, Cantídio Sampaio, Emilio Gomes e como suplentes os senhores deputados Benedito Vaz João Alves, Elias do Carmo, Otávio Brizzola e José Rocha.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

PEQUENO-EXPEDIENTE

- Braga Ramos  
Tuffy Nassif  
Manoel Barbuda  
Celso Passos  
Dias Menezes  
Benjamin Farah  
Emival Caiado  
Cantídio Sampaio  
Nelson Carneiro  
Wilson Chedid  
Ayril Bertoni  
Dnar Merides  
Derville Allegretti  
Pedro Zimmermann  
Oswaldo Lima Filho  
Rogé Ferreira  
Abel Rafael  
Luciano Machado  
Unrio Machado  
Gilberto Azevedo  
Ultimo de Carvalho  
Chagas Freitas  
José Burnett  
Matos Carvalho  
Lauro Cruz  
Geraido Freire  
Ney Maranhão  
Teófilo Pires — 10.5.63.  
Burlamaqui de Miranda — 10.5.63.  
Oceano Carlelal — 10.5.63.  
Antônio Bresolin — 13.5.63.  
Aniz Badra — 13.5.63.  
Ary Pitombo — 13.5.63.  
Emílio Gomes — 13.5.63.  
Renato Celidônio — 15.5.63.  
Oséas Cardoso — 15.5.63.  
Edison Garcia — 15.5.63.  
Jamil Amiden — 15.5.63.  
Athié Coury — 15.5.63.  
Padre Nobre — 16.5.63.  
Sérgio Magalhães — 16.5.63.  
Meceiros Netto — 16.5.63.  
Domicio Freitas — 17.5.63.  
José Rio — 17.5.63.  
Otávio Brizzola — 20.5.63.  
Valério Magalhães — 20.5.63.  
Adolfo Oliveira — 20.5.63.  
Dirceu Cardoso — 25.5.63.  
Benedito Cerqueira — 20.5.63.  
Waldemar Alves — 25.5.63.  
Magalhães Mello — 21.5.63.  
Antônio Annibelli — 21.5.63.  
Wilson Roriz — 21.5.63.  
G. Velloso — 21.5.63.  
Macedo Sanford — 21.5.63.  
Stelio Maroja — 21.5.63.  
Euclides Triches — 21.5.63.

GRANDE-EXPEDIENTE

Cantídio Sampaio (de acordo com o artigo 84 parágrafo 6º do Regimento Interno)

Brício Velho (de acordo com o artigo 14 do Regimento Interno)

- Unrio Machado  
Paulo Macarini  
Simão da Cunha  
Ferro Costa  
Wilson Martins  
Correa da Costa  
Brício Velho  
Janary Nunes  
Francelino Pereira  
Marco Antônio  
Milton Dutra  
Dnar Mendes  
Ewaldo Pinta  
Lauro Leitão  
Edison Garcia  
Amaral Netto  
Plínio Saigado  
Mário Maia  
Floriano Rubim  
José Cruciano  
Edilson Melo Távora  
Armando Leite  
Geraido Mesquita

- Bezerra Leite  
Yukunigue Jamari  
Roberto Saturnino  
Hamilton Prado  
Antonio Feliciano  
Cantídio Sampaio  
Gilberto Azevedo  
Celestino Filho  
Burlamaqui Miranda  
Dyrno Pires  
Mario Covas  
Teófilo Andrade  
Argilano Dario  
Geraido Freire  
Paulo Coelho  
Oscar Cardoso  
Augusto Novas  
Ortiz Borges  
Amirio Bezerra  
Lourival Baptista  
Laerte Vieira  
Osmar Graziúlia  
Oswaldo Zanêllo  
Peixoto da Silveira  
Euclides Triches  
Antônio Bresolin  
Ramon de Oliveira  
Aniz Badra  
Juarez Távora  
Alves de Macedo  
Nelva Moreira  
Antonio Annibelli  
Aurino Valois  
Odorico Sant'Anna  
Dirceu Cardoso  
Afonso Anschav  
Elias do Carmo  
Magalhães Melo  
Flaviano Ribeiro  
José Carlos Guerra  
Temperani Pereira  
Jalles Machado  
Tuffy Nassif  
Mauro Cabral  
Emilio Gomes  
Manoel de Almeida  
Ruy Lino  
Ernani Sátiro  
Dager Serra  
Osni Regis  
Antônio Almeida  
Ultimo de Carvalho  
Ceiso Murta  
Tourinho Dantas  
Luz Bronzeado  
Theódulo Albuquerque  
João Hercúlio  
Sylvio Braga  
Costa Cavalcanti  
Vingt Rosado  
Paiva Muniz  
Altomar Basteiro  
Armando Falcão  
José Bonifácio  
Padre Vidigal  
Adolfo Vianna  
Aroldo Carvalho  
Abel Raphael  
Perachi Barcelos  
Athié Coury  
Paulo Mansur  
Fernando Gama  
Garcia Filho  
Arnaldo Nogueira  
Oswaldo Lima Filho  
Aécio Cunha  
Mácio Athyde  
Darso Coimbra  
Newton Carneiro  
Pedro Braga  
Derville Allegretti  
Flóres Soares  
Mário Lima  
Adelino Gentil  
Getúlio Moura  
Pedro Marás  
Nicolau Tuma  
Campos Vergal  
Rachid Mameg  
Gil Velloso  
Medeiros Vieta  
Broca Filho  
Floriano Paixão  
Teófilo Pires  
Moyses Pimentel  
Adriano Bernardes  
Cunha Bueno  
Pedro Zimmermann  
Orlando Bertoli  
Franco Montoro  
Elias Naele  
Olávio Brizzola  
Antônio Baby  
Renato Medeiros

Ney Maranhão  
Emilval Caiado  
(Inglês)  
Nogueira Rezende  
Janil Ammidon  
Humberto Lucena  
José Menk  
José Rios  
Afrânio de Oliveira  
Repato Cellidônio  
João Menezes  
Rogê Ferreira  
Jandehy Carneiro  
Yukshigue Tamura

Sr. Presidente:

Solicito me seja dada a palavra para falar no dia 22, de acordo com o artigo 14 do Regimento, na qualidade de vice-líder, em exercício da liderança da Minoria.

S S. 21 de maio de 1963. — Brito Velho.

EMBO. Sr. Presidente:

Comunico a V. Exa. que cedi minha inscrição no Grande Expediente no nome Deputado Símaco de Cunha.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1963. — Oscar Corrêa.

### Ordem do Dia marcada pelo Senhor Presidente para a sessão extraordinária matutina de quarta-feira, dia 22 de maio de 1963

EM PRIORIDADE

VOTAÇÃO

Projeto de Resolução nº 4 C-63.

Discussão

Projeto nº 2.569-A de 1961.

Projeto de Resolução nº 9-63.

Projetos Números:

Projetos números: 3.126-D de 1961 — 196-A de 1955 — 3.435-A de 1961 — 1.785-A de 1960 — 2.469-A de 1957 — 2.558-A de 1960 — 4.155-A de 1962 — 1.439-A-60, 2.195-A-60, 3.026-A-01 — 2.708-A de 1957 — 2.704-A de 1961 — 2.919-A de 1961 — 3.692-A de 1961 — 2.337-A de 1961 — 2.008-A de 1960 — 2.589-A de 1961 — 2.333-B de 1957 e 3.241-A de 1961.  
Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1963.  
Projetos nºs. 201-A de 1959 — 3.987-A de 1962 — 2.408-A de 1957 — 3.106-A de 1961.  
Projeto de Decreto Legislativo número 105 de 1963.  
Projeto nºs: 4.575-A de 1963 — 4.409-A de 1962.  
Projeto de Resolução nº 145-62.  
Projetos nºs: 3.572-A de 1961 — 3.037-A de 1961 e 4.824-A de 1962.

### SUMÁRIO

1 — MESA

2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES

3 — COMISSÕES PERMANENTES

4 — COMISSÕES ESPECIAIS

5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO

6 — ATAS DAS COMISSÕES

7 — 4ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA, EM 21 DE MAIO DE 1963.

I — Abertura da sessão.

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.

III — Leitura do expediente.

#### OFÍCIOS:

Da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Nova Fátima Ltda., de Caramuru, Paraíba, endereçando apelo aos representantes do povo brasileiro.

#### COMUNICAÇÕES:

Do Sr. Antônio de Barros, comunicando que se ausentará do País.

Do Sr. José Cruelano, comunicando que, tendo em vista o pedido de Netuno do Sr. Geraldo de Pina, assume o mandato de Deputado Federal.

#### REQUERIMENTO DEFERIDO:

Do Sr. Geraldo de Pina, solicitando 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde.

Do Sr. José Rios, solicitando desanulamentos de projetos.

#### RESOLUÇÃO:

Do Sr. Sérgio Magalhães e outros, solicitando a constituição de Comissão de Inquérito para apurar se a SUMOC está cumprindo a lei que dispõe a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

#### EMENDA CONSTITUCIONAL A IMPRIMIR:

Nº 2-A-63 — Da nova redação ao parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios), tendo parecer favorável da Comissão Especial.

#### REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES A IMPRIMIR:

Nº 324-63, do Sr. Lauro Leitão, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre obras do DCT, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 305-63, do Sr. Antônio Feliciano, ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre escritórios comerciais no exterior.

Nº 336-63, do Sr. Castro Costa, ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde sobre o combate à malária nos vales das rias Araguaia e Tocantins, no Estado de Goiás.

Nº 337-63, do Sr. Ivan Lins, ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o atraso de pagamentos a servidores da Rde de Vações Paraná Santa Catarina.

Nº 338-63, do Sr. Armando Paídam, ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica sobre a SUPRA.

#### PROJETOS APRESENTADOS:

Nº 335-63, do Sr. Otávio Brizola, que altera o Decreto nº 50.592, de 8 de maio de 1951 que regulamentou a aplicação do art. 14 da Lei número 3.790 de 12 de julho de 1950 (Lei de Classificação de Cargos). — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças).

#### IV — PEQUENO EXPEDIENTE

##### Oradores:

O Sr. Geraldo Mesquita tece consideração sobre artigo publicado no "O Estado de São Paulo", que critica a atuação dos parlamentares da Amazonia.

O Sr. João Carlos solicita ao Sr. Presidente da República a instalação de agências do Banco do Brasil nas cidades de Bom Conselho e Floresta e faz comentários sobre a reforma agrária.

O Sr. Antônio Ananibell comenta a visita do Sr. João Goulart à Fábrika Klabin, em Monte Alegre-PR.

O Sr. Eudenes Triches faz ponderações ao Sr. Presidente da República para que escolha com cuidado os delegados do Brasil junto a Associação Latino-Americana de Comércio.

O Sr. Muniz Falcão dirige apelo ao Sr. Presidente da Comissão Especial que estuda o projeto de aumento do funcionalismo, para que marque reuniões.

O Sr. Gil Veloso tece considerações sobre o projeto de aumento do funcionalismo público.

O Sr. Campos Vergal faz críticas à atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O Sr. Paes de Andrade encaminha à Mesa, requerimento de informações dirigido aos Srs. Ministro da Agricultura e Ministro da Fazenda sobre a política agrária e agrícola do país.

O Sr. Adahil Barros critica a dispensação da VARIG em querer demitir uma funcionária, por haver comparecido a programa de televisão.

O Sr. Lyrio Bertoldi lê carta recebida dos Srs. Luiz Carlos Corrêa da Costa e Antonio Presaba.

O Sr. Marcelo Santordi tece considerações sobre o relatório apresentado pela "Centrais Elétricas de Urubuponge — CELOSA" e dirige apelo ao Sr. Ministro das Minas e Energia, a fim de só ser permitido entregar dotações com a participação da União.

O Sr. Sisto Magoja endereça apelo ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de que atente para o problema da saúde pública no Brasil e dirige requerimento de informações ao Sr. Ministro da Agricultura, sobre o desenvolvimento da criação do gado na região de Marabá-PA.

O Sr. Furtado Leite encaminha pedido de informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito da Companhia Brasileira de Investimentos e faz apelo aos Srs. Ministro da Viação e Ministro da Fazenda, para mandarem pagar os vencimentos dos funcionários do DCT do Ceaf.

O Sr. Wilson Roriz envia apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de fazer funcionar a escola agrícola da cidade de Crato — CE.

O Sr. Magalhães Melo tece considerações sobre o projeto nº 106-63, de aumento aos servidores públicos civis e militares da União.

A Sra. Nery Novais comunica a remessa, pelo Sr. Ministro da Saúde, de recursos para a conclusão do Hospital da Criança Martagão Gesteira, na Bahia.

O Sr. Padre Vidigal apresenta requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura, sobre atividades da SUPRA.

#### V — GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Ari Alcântara apresenta à Mesa requerimentos de informações: um, dirigido ao Ministério da Agricultura, sobre produção de batata no Rio Grande do Sul; outro, sobre o recebimento de milho, pelo Brasil, dos Estados Unidos. Solicita, ainda, informações sobre sustação dos descontos de promissórias rurais dos produtores de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Benjamin Farah conigna louvores e congratulações ao Sr. Presidente do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército e ao Presidente do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Marinha.

O Sr. Dado Coimbra tece elogios à administração do Sr. Ivo de Magalhães e chama a atenção da Casa para a inauguração do Parque Municipal do Gama.

O Sr. Málio Covas faz o necrológico do Sr. Luiz La Scala.

O Sr. Fernando Gama apresenta projeto de lei que concede indenização aos cafeicultores responsáveis por débitos junto ao Banco do Brasil, decorrentes de financiamentos de café gradeo, calculada em função dos cafeeiros erradicados.

O Sr. Wilson Chedid formula apelo ao Sr. Ministro da Educação, para que libere verba destinadas ao Plano Nacional da Merenda Escolar.

O Sr. Brito Velho contesta pronunciamento feito pelo Sr. Paulo de Tarso.

#### VI — ORDEM DO DIA

Os Srs. Campos Vergal e Tenório Cavalcanti encaminham a votação de requerimento no sentido de não haver sessão no dia 23 do corrente.

O Sr. Pedro Braga discute o projeto que federaliza o Instituto de Música de São Paulo.

O Sr. Cândido Sampaio discorre sobre deficiências com que se defronta a Delegacia Regional do Imposto sobre a Renda no Estado de São Paulo.

O Sr. Dado Coimbra comunica o falecimento do Sr. Belmiro Valverde.

O Sr. Campos Vergal solicita providências da Mesa com relação a apartamentos de funcionários residentes na Asa Norte e que estão desabitados.

VII — DESIGNAÇÃO DE ORDEM DO DIA

VIII — ENCERRAMENTO E LEVANTAMENTO DA SESSÃO

O Sr. Muniz Falcão proferiu discurso na sessão vespertina de 17 de maio de 1963 e que, entregue a revisão do orador, seria publicado oportunamente.

Discurso proferido pelo Sr. José Freire na Sessão de 20 de maio de 1963 e que, entregue a revisão do orador seria publicado oportunamente.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria do Pessoal.

I — Seção de Cadastro:

- a) Atos da Mesa;
- b) Despachos do Sr. Diretor-Geral.

II — Seção Administrativa — Tempo de Serviço de Guarda de Segurança — Símbolo PL-12.

Concurso público para Bibliotecário — Aviso e Instruções.

MESA

- Presidente — Ranieri Mazzilli.
- 1º Vice-Presidente — Clóvis Motta.
- 2º Vice-Presidente — Cid Carvalho.
- 1º Secretário — José Banfácio.
- 2º Secretário — Henrique La Rocque
- 3º Secretário — Aniz Badra.
- 4º Secretário — Paulo Mincarone
- 1º Suplente — Dirceu Cardoso.
- 2º Suplente — Gabriel Hermes.
- 3º Suplente — Valério Magalhães.
- 4º Suplente — Clemens Sampaio.

LIDER E VICE-LIDERES DE BLOCO PARLAMENTAR

DA MAIORIA

- Líder  
PSD — Oliveira Brito
- Vice-Líderes  
PSD — Martins Rodrigues
- PTB — Bocayuva Cunha
- PSP — Arnaldo Cerdeira
- PSD — Tancredo Neves
- PSD — José Alkmim
- PSD — Ulisses Guimarães
- PSD — Joaquim Ramos
- PSD — Vieira de Melo
- PSD — Ponce de Arruda
- PSD — Humberto Lucena
- PSD — Expedito Machado
- PSD — Renato Archer
- PSD — Aderbal Jurema
- PTB — Leonel Britzola
- PTB — Chagas Rodrigues
- PTB — Gilberto Mestrinho
- PTB — Afonso Celso
- PTB — Temperani Pereira
- PTB — Sérgio Magalhães
- PSP — Muniz Falcão

DA MINORIA

- Líder  
UDN — Pedro Aleixo
- Vice-Líderes  
UDN — Ernani Sátiro
- PL — Luiz Viana
- UDN — Herbert Levy
- PL — Brito Velho
- UDN — Bilac Pinto
- UDN — Aduacto Cardoso
- PDC — PST — PR — MTR — PSB — PRT
- Líder:  
PDC — Paulo de Tarso
- Vice-Líderes  
PST — Tenório Cavalcanti
- PR — Teófilo Pires
- MTR — Derville Alegetti
- PSB — Max da Costas Santos
- PRT — Hugo Borghi

LIDERES DE PARTIDOS

- PSD  
Líder  
PSD — Martins Rodrigues
- Vice-Líderes  
PSD — Leopoldo Pires
- PSD — João Menezes
- PSD — Ivar Saldanha
- PSD — Aluizio Bezerra
- PSD — Abelardo Jurema
- PSD — Aloisio de Castro
- PSD — Getúlio Moura
- PSD — Ultimo de Carvalho
- PSD — Antônio Feliciano
- PSD — Castro Costa
- PSD — Plínio Costa
- PSD — Antônio Amêda
- PSD — Peracchi Barcellos
- PSD — Abrahão Sabbá

- PTB  
Líder  
PTB — Bocayuva Cunha
- Vice-Líderes  
PTB — Sérgio Magalhães
- PTB — Doutel de Andrade
- PTB — Clemens Sampaio
- PTB — Milton Reis
- PTB — Ramon de Oliveira Neto
- PTB — Augusto de Gregório
- PTB — Rubens Paiva
- PTB — Clodomir Leite
- PTB — Antônio Annibelli
- PTB — Ortiz Borges
- UDN  
Líder  
UDN — Aduacto Cardoso
- Vice-Líderes  
UDN — Corrêa da Costa
- UDN — Manuel Taveira
- UDN — Padre Godinho
- UDN — Amaral Neto
- UDN — Gil Veloso
- UDN — Celso Fossos
- UDN — Vital Régo
- UDN — Aroldo Carvalho
- UDN — Oscar Corrêa

- PSP  
Líder  
PSP — Arnaldo Cerdeira
- Vice-Líderes  
PSP — Muniz Falcão
- PSP — Bento Gonçalves
- PTN  
Líder  
PTN — Mauricio Goulart
- Vice-Líder  
PTN — Josaphat Azevedo
- PR  
Líder  
PR — Armando Rollemberg
- Vice-Líder  
PR — Teófilo Pires
- PSP  
Líder  
PSB — Max da Costas Santos
- Vice-Líderes  
PSB — Roberto Saturnino
- PSB — Mario Lins

- PRT  
Líder  
PRT — Hugo Borghi
- Vice-Líderes  
PRT — Ruy Amaral
- PRT — Linó Morganti
- PSL  
Líder  
PST — Tenório Cavalcanti
- Vice-Líder  
PST — Mário Covas
- MTR  
Líder  
MTR — Jairo Brum
- Vice-Líder  
MTR — Ewaldio Pinto

- PRP  
Líder  
PRP — Plínio Salgado
- Vice-Líder  
PRP — Abel Rafael
- PDC  
Líder  
PDC — Franco Montoro
- Vice-Líderes  
PDC — Plínio Sampaio
- PDC — Accioly Filho
- PDC — Euclides Triches
- PDC — Ceremias Fontes
- PL  
Líder  
PL — Raul Pilla
- Vice-Líderes  
PL — Luiz Viana Filho
- PL — Brito Velho
- PL — Norberto Smidt

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Constituição e Justiça

- PSD — Tarso Dutra — Presidente
- TURMA "A"
- UDN — Djama Marinho — Vice-Presidente
- PSD — Azeirol Jurema
- PSD — Celestino Filho
- PSD — Lenoir Vargas
- PSD — Vieira de Melo
- PTB — Chagas Rodrigues
- PTB — Eloy Dutra
- PTB — Temperani Pereira
- UDN — José Meira
- UDN — Rondon Pacheco
- PDC — Arruza Câmara
- PSP — Arnaldo Cerdeira
- PR — Armando Rollemberg
- TURMA "B"
- PTB — Tarcosa de Almeida — Vice-Presidente
- PSD — José Burnett
- PSD — Ovidio de Abret
- PSD — Ulysses Guimarães
- PTB — Azeu de Carvalho
- PTB — Miguel Baifara
- PTB — Raymundo de Brito
- UDN — Ferro Costa
- UDN — João Mendes
- UDN — Laerte Vieira
- PSP — Alfredo Nasser
- PTN — Pedro Murao
- PST — Demosthenes Batista
- SUPLENTES  
PSD — Getúlio Moura
- PSD — Enrico Ribeiro
- PSD — Oliveira Brito
- PSD — Paes de Andrade
- PSD — Aderbal Jurema
- PSD — Chagas Freitas
- PSD — Anisio Teófilo
- PSL — Wilson Roriz
- PTB — Manuel Barouda
- PTB — Jordano Alves
- PTB — Afonso Machado
- PTB — Ortiz Borges
- PTB — Afonso Celso
- PTB — Argemir Barilo
- PTB — Manso Amaral
- UDN — Pedro Aleixo

UDN - Allomar Baleeiro
UDN - Geraldo Freire
UDN - Simão da Cunha
UDN - Inar Mendes
UDN - Nicolau Tuma
PSP - Vago
PSP - Vago
PBC - Paulo de Tarso
PBP - Ivan Luiz
FEB - Mox da Costagantes

REUNIÕES

Turma "A" - As terças-feiras às 15 horas e 30 minutos.
Turma "B" - As quintas-feiras às 15 horas e 30 minutos.
As quintas-feiras - reuniões plenárias

Secretário - Paulo Rocha.
Assistentes - Eveline Didier - Ruy de Moraes - Walter Perez.

Comissão de Economia

PTB - Oswaldo Lima Filho - Presidente

Turma "A"

PSD - Jose Alkmin - Vice-Presidente
PSD - Hélio Ramos
PSD - Lyrio Bertoli
PSD - Pacheco Chaves
PTB - Vago
PTB - Milton Cabral
PTB - Ramon de Oliveira Neto
UDN - Adolpho Oliveira
UDN - Jose Carlos
UDN - Zacharias Seleme
PSP - Neiva Moreira
PDC - Teófilo de Andrade
PTN - Josaphat Azevedo

Turma "B"

UDN - Alvaro Catão - Vice-Presidente
PSD - Alberto Aboud
PSD - Dias Macedo
PSD - Luciano Machado
PSD - Teotônio Neto
PTB - Antônio Bresolin
PTB - Arthur Lima
PTB - Renato Celidonio
UDN - Simão da Cunha
UDN - Sussumo Hirata
PSI - Stélio Maroja
PDC - Accioly Filho
PSB - Roberto Saturnino

SUPLENTE

PSD - Vago
PSD - Cunha Bueno
PSL - João Ribeiro
PSD - Marcial Terra
PSD - Ovidio de Abreu
PSD - Paulo Montans
PSD - Pedro Zimmermann
PSD - Peixoto da Silveira
PTB - Afonso Ceiso
PTB - Paulo Macarini
PTB - Raul Carneiro
PTB - Ruben Alves
PTB - Rubens Paiva
PTB - Sérgio Magalhães
PTB - Unirio Machado
UDN - Alde Sampaio
UDN - Furtado Leite
UDN - Hermes Macedo
UDN - Manoel Taveira
UDN - Oscar Corrêa
UDN - Raimundo Padilha
PSP - Bento Gonçalves
PSP - Vago
PDC - Plínio Sampaio
PDC - Vago
PST - Hesmerino Arruda
PST - Lino Morganti

Reuniões - Quartas e quintas às 18 horas.

Secretária: Lia Campista Santos.
Oficial Legislativo: José Maria Valdetaro Vianna.
Auxiliar: Aracy de Almeida Coutinho.

Comissão de Educação e Cultura

UDN - Lauro Cruz - Presidente
PSD - Aderbal Jurema - Vice-Presidente
PTB - Clay de Araújo - Vice-Presidente

PSD - Antônio Almeida
PSD - Pasco Coimbra
PSD - Henrique Lima
PSD - Yukishigue Tamura
PTB - Aurino Valois
PTB - Elias Nacle
PTB - Padre Nobre
PTB - Paulo Mansur
UDN - Braga Ramos
PL - Brito Velho
UDN - Oceano Jarieal
PSP - Campos Veigal
PDC - Euclides Triches
MTR - Derville Allegretti

SUPLENTE

PSD - Dirceu Cardoso
PSI - Geraldo Mesquita
PSD - Vago
PSD - Lauro Lentão
PSD - Manoel Almeida
PTB - Alonzo Ceiso
PTB - Antônio Anibelli
PTB - Ario Theodoro
PTB - Milton Dutra
PTB - Edesio Nunes
UDN - Albino Zim
UDN - Cardoso de Menezes
UDN - Francelino Pereira
UDN - Vago
PSP - Otávio Brizzolla
PDC - Teófilo de Andrade
MTR - Ewaldo Almeida Pinto

Reuniões ordinárias: terças e quintas-feiras às 1430 horas.

Secretário: José Augusto Guerra.
Auxiliar: Marta Clélia Orrico.

Comissão de Legislação Social

PTB - Adylio Vianna - Presidente
PSD - Philadelpho Garcia - Vice-Presidente
UDN - Hermes Macedo - Vice-Presidente
PSD - Amintas de Barros
PSD - Dirceu Cardoso
PSD - Fernando Santana
PSD - Paes de Andrade
PTB - Benedito Cerqueira
PTB - Hélcio Magbenzani
PTB - João Alves
PTB - Waldir Simões
UDN - Geraldo Freire
UDN - Jorge Curi
UDN - Francelino Pereira
PST - Waldemar Alves
PSP - Harry Nermaton
PDC - Geremias Fontes

SUPLENTE

PSD - Chagas Freitas
PSD - Geraldo Mesquita
PSD - Jorge Kalume
PSD - Moura Santos
PSD - Tarso Dutra
PTB - Mário Maia
PTB - Florisceno Paixão
PTB - Milton Cabral
PTB - Wilson Chedid
PTB - Silveira Lino
UDN - Adolpho Oliveira
UDN - Vago
UDN - Vago
UDN - Vago
PSP - Mário Lima
PSP - Vago
PDC - Plínio Sampaio

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas.

Secretária: Lúcia Abigail de Farias.
Auxiliar: Carlos Alberto Ramos.

Comissão de Finanças

CESAR PRIETO - PTB - Presidente

TURMA "A"

UDN - Pereira Lopes - Vice-Presidente
PSD - João Abdala
PSD - Luiz Coelho
PSD - Mário Tamborindeguy
PSD - Ozanam Coelho
PTB - Ario Theodoro
PTB - Manso Cabral
PTB - Wilson Chedid
UDN - Flores Soares
UDN - Ossian Araribe

PSP - Emmanuel Walsmann
PST - Marco Antônio

TURMA "B"

PSP - Carvalho Sobrinho - Vice-Presidente
PSD - Bivar Ollinto
PSD - Hermógenes Príncipe
PSD - Perachi Barcelos
PSD - Jose Freire
PTB - Batista Ramos
PTB - Paulo Coelho
PTB - Ortiz Borges
UDN - Edison Garcia
PDC - Flaviano Ribeiro
UDN - Luiz Bronzeado
PDC - Henrique Turnes
PTN - Hamilton Prado
PR - Accio Cunha

SUPLENTE

PSD - Vago
PSD - Moura Santos
PSD - Wilson Roriz
PSD - Clovis Pestana
PSD - Gilberto Faria
PSD - Waldemar Guimarães
PSD - Orlando Bertoli
PSD - Levy Tavares
PTB - Edesio Nunes
PTB - Gastão Pedreira
PTB - Fernando Gama
PTB - Zaire Nunes
PTB - Aquiles Diniz
PTB - Jose Esteves
PTB - Clemens Sampaio
UDN - Oscar Cardoso
UDN - Raul de Goes
UDN - Ezequias Costa
UDN - Vasco Filho
UDN - Sem indicação
UDN - Sem indicação
PSP - Vago
PSP - Vago
PDC - Francisco Scarpa
PSE - Francisco Julião
PTN - Raimundo Andrade

Reuniões Ordinárias: Quartas e Quintas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Orcamento e Fiscalização Financeira

PSD - Guilhermino de Oliveira - Presidente

TURMA "A"

UDN - Paulo Sarasate - Vice-Presidente.
PSD - Aloysio de Castro
PSD - Bias Fortes
PSD - Clovis Pestana
PSD - Nilo Coelho
PTB - Fernando Gama
PTB - Armando Carneiro
PTB - Manoel Novais
PTB - Ozires Pontes
UDN - Afrânio de Oliveira
UDN - Lourival Baptista
PDC - Cld Furtado
PTN - Floriano Rubim
PSP - Clodomir Millet

TURMA "B"

PTB - Souto Maior - Vice-Presidente
PSD - Armando Corrêa
PSD - Benedito Vaz
PSD - Joaquim Ramos
PSD - Raphael Rezende
PTB - Adahil Barreto
PTB - Clemens Sampaio
PTB - Florisceno Paixão
UDN - Dnar Mendes
UDN - Ernani Satrio
UDN - Newton Carneiro
UDN - Saldanha Derzi
PDC - Odilon Coutinho
PR - Nogueira de Rezende

TURMA "C"

PSP - Janary Nunes - Vice-Presidente
PSD - Antonio Feliciano
PSD - Eurico Ribeiro
PSD - Getúlio Moura
PSD - Janduhy Carneiro
PTB - Lamartine Távora
PTB - Mala Neto
PTB - Milton Dutra
PTB - Milton Reis
UDN - Alde Sampaio

UDN - Allomar Baleeiro
UDN - Ruy Santos
UDN - Carneiro de Loyola
PST - Moyses Pimentel

SUPLENTE

PSD - Ponce de Arruda
PSD - Dirno Pires
PSD - João Calmon
PSD - Humberto Lucena
PSD - Manoel de Almeida
PSD - Yukishique Tamura
PSD - Ari Alcantara
PSD - Abrahão Sabbá
PSD - Jesse Freire
PSD - Jose Carlos Teixeira
PSD - Jorge Kalume
PSD - Ivar Saldanha
PSD - Edgar Pereira
PTB - Abrahão Moura
PTB - Aloysio Nonô
PTB - Chagas Rodrigues
PTB - Silveira Lino
PTB - Mlio Cahinorosano
PTB - Eivaldo Diniz
PTB - Unirio Machado
PTB - Temperani Pereira
PTB - Osmar Grafuinha
PTB - Paulo Coelho
PTB - Elias Nacle.
PTB - Argilano Dario
UDN - Plínio Lemos
UDN - Pereira Lúcio
UDN - Heltor Cavalcanti
UDN - Emival Catado.
UDN - Pedro Braga
UDN - Gabriel Hermes
UDN - Antônio Carlos Magalhães
UDN - Furtado Leite
UDN - Augusto Novaes.
UDN - Herbert Levy
UDN - Vago
PSP - Vago
PSP - Vago
PDC - Geremias Fontes
PDC - José Richa
PTN - Hamilton Prado
MTR - Jairo Brum
PST - Waldemar Alves

REUNIÕES

Plena: quarta-feira às 15 horas
Turma "A": terça-feira às 15 horas
Turma "B": quarta-feira às 9 horas
Turma "C": quinta-feira às 15 horas.

Comissão de Redação

PSD - Medeiros Neto - Presidente
UDN - Gil Zeloso - Vice-Presidente
PSD - Renato Azeredo
PTB - João Herculino
PTB - Celso Amaral
UDN - Adauto Cardoso
PSP - Otávio Brizzolla
PSD - Lenoir Vargas
PSD - Aloysio de Castro
PTB - Arnaldo Lafayette
PTB - Silveira Lino
UDN - Dnar Mendes
UDN - Vago
PSP - Vago

Comissão de Relações Exteriores

UDN - Raimundo Padilha - Presidente
PSD - Renato Archer - Vice-Presidente
PTB - Ivete Vargas - Vice-Presidente
PSD - Olavo Costa
PSD - João Calmon
PSD - Armando Falcão
PSD - Amaral Furian
PTB - Murilo Costarêgo
PTB - Patrônio Fernal
PTB - Zaire Nunes
PTB - Rubens Paiva
UDN - Segismundo Andrade
UDN - Raul de Góes
UDN - José Aparecido
PSP - Antônio de Barros
PDC - Francisco Scarpa
PTN - Luiz Francisco

**SUPLENTE**

- PSD — Perachi Barcelos
- PSD — Rafael Rezende
- PSD — Jesse Freire
- PSD — Leopoldo Peres
- PSD — Abelardo Jurema
- PTB — Altino Machado
- PTB — Adahil Barreto
- PTB — Tabosa de Almeida
- PTB — Pedro Catalão
- PTB — Vago
- UDN — José Sarney
- UDN — Adolpho Oliveira
- UDN — José Meira
- UDN — Saldanha Derzi
- PSP — Adriaõ Bernardes
- PDC — Henrique Turnes
- PTN — Vago

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,30 horas no 13º andar — Anexo.  
Secretária: Genny Xavier Marques.

**Comissão de Saúde**

- UDN — Hamilton Nogueira, Presidente
- PSD — Regis Pacheco, Vice-Presidente
- PTB — Renato Medeiros, Vice-Presidente
- PSD — Matos Carvalho
- PSD — Jobo Ribeiro
- PSD — Jaeder Albergaria
- PSD — José Pedroso
- PTB — Mário Maia
- PTB — José Resegue
- PTB — Pedro Catalão
- PTB — Vingt Rosado
- UDN — Leão Sampaio
- UDN — Wilson Falcão
- UDN — Albino Zeni
- PSP — Pereira Nunes
- PDC — José Richa
- MTR — Waldemar Pessoa

**Suplentes**

- PSD — Armando Leite
- PSD — Nilo Coelho
- PSD — Janduhy Carneiro
- PSD — Guilhermino de Oliveira
- PSD — Daso Coimbra
- PTB — Austregésilo Mendonça
- PTB — Renato Celedônio
- PTB — João Velga
- PTB — Ramon de Oliveira Neto
- PTB — Miguel Bufara
- UDN — Lourival Batista
- UDN — Oceano Carleal
- UDN — Adolpho Oliveira
- UDN — Pedro Braga
- PDC — Minoru Miyamoto
- PSP — Vago
- MTR — Vago

**Comissão de Segurança Nacional**

**Efetivos**

- PSP — Broca Filho — Presidente
- UDN — Costa Cavalcanti — 1º Vice-Presidente
- PTB — Benjamin Farah — 2º Vice-Presidente
- PSD — Vago
- PSD — Luiz Fernando
- PSD — Levy Tavares
- PSD — Antônio Luciano
- PSD — Edgar Pereira
- PTB — Garcia Filho
- PTB — Antônio Annibelli
- PTB — Heráclio Régio
- PTB — Heli Ribeiro
- UDN — Ormeo Botelho
- UDN — Oscar Cardoso
- PL — Norberto Schmit
- PTN — Ruy Anaraj
- PDC — Juarez Távora

**Suplentes**

- PSD — Perachi Barcelos
- PSD — Dirno Pires
- PSD — Lyrio Bertoli
- PSD — Lenoir Vargas
- PSD — Jorge Kalume
- PTB — Milton Dutra
- PTB — Petrônio Fernal
- PTB — João Olímpio
- PTB — Rezende Monteiro
- PTB — Vingt Rosado
- UDN — Adauto Cardoso

- UDN — Sem indicação
- UDN — Sem indicação
- UDN — Vago
- PSP — Vago
- PRP — Afonso Anschau
- PDC — Euclides Tridhes

Secretário: Georges do Régo Cavalcanti Silva.

Auxiliares: Maria das Mercês Santos Costa, Walter Gouvêa Costa e Lêda Sérgio Vicentini.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas, no 22º andar do Anexo.

**Comissão de Serviço Público**

- PSD — Gayoso e Almendra — Presidente
- PTB — Jamil Amiden — Vice-Presidente
- UDN — Ezequias Costa — Vice-Presidente
- PSD — Anísio Rocha
- PSD — Burlamaqui de Miranda
- PSD — Chagas Freitas
- PSD — Geraldo Mesquita
- PTB — Argilano Dario
- PTB — Edésio Nunes
- PTB — João Olímpio
- PTB — José Esteves
- UDN — Euclides Mendonça
- PL — Raul Filla
- UDN — Tourinho Dantas
- PSP — Cantídio Sampaio
- PDC — Athlé Curi
- PTN — Tufy Nassif

**Suplentes**

- PSD — Alair Ferreira
- PSD — Arnaldo Garcez
- PSD — Luiz Coelho
- PSD — Moura Santos
- PSD — Osny Regis
- PTB — Benjamin Farah
- PTB — Luna Freire
- PTB — Nely Novaes
- PTB — Milo Cahmarosano
- PTB — Ramon de Oliveira Neto
- UDN — Braga Ramos
- UDN — Heltor Dias
- UDN — Lourival Batista
- UDN — Padre Godinho
- PTN — Oséas Cardoso
- PDC — Aristóteles Fernandes
- PSP — Sem indicação

Secretária — Mária da Glória Pérce Torelly

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas, na sala 217.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

- PTB — Wilson Fadul — Presidente
- UDN — Vasco Filho — 1º Vice-Presidente
- PSD — Orlando Bertoli — 2º Vice-Presidente
- PSD — Waldemar Guimarães
- PSD — Plínio Costa
- PSD — Celso Murta
- PSD — Josaphat Borges
- UDN — Edison Távora
- UDN — Nicolau Tuma
- UDN — Diomício Freitas
- PTB — Antonio Baby
- PTB — Gastão Pedreira
- PTB — Milvernes Lima
- PTB — Lina Freire
- PTN — Dias Menezes
- PSP — Adib Chama
- PDC — Emílio Gomes

**Suplentes**

- PSD — Lauro Leitão
- PSD — Paulo Montans
- PSD — Ivar Saldanha
- PSD — Armando Leite
- PSD — Fernando Santana
- UDN — Machado Rollenberg
- UDN — Jorge Curi
- UDN — Horácio Bethônico
- UDN — Fourinho Dantas
- PTB — Waldir Simões
- PTB — Celso Amaral
- PTB — Mais Neto
- PTB — Ruben Alves
- PTB — Rubens Paiva

- PRP — Oswaldo Zanelli
- PSP — Vago
- PDC — Juarez Távora

Reuniões: terça e quinta às 15 horas na Sala 107.  
Secretária — Annita Cruz Lopes de Siqueira.

Auxiliares — Ernestina Munhoz Moreira, Stella Prata da Silva Lopes e Maria da Conceição Azevedo.

**Comissão do Distrito Federal**

**Efetivos**

- UDN — Guilherme Machado — Presidente
- PSD — Valério Magalhães — Vice-Presidente
- PDC — Paulo de Tarso — Vice-Presidente
- PSD — Carlos Murilo
- PSD — Felixoto da Silveira
- PSD — Humberto Lucena
- PSD — Dirceu Cardoso
- PSD — Atuzio Bezerra
- PSD — Leopoldo Peres
- PSD — Wilson Roriz
- PSD — Lauro Leitão
- PTB — Nely Novaes
- PTB — Breno da Silveira
- PTB — Sérgio Magalhães
- PTB — Paulo Freire
- PTB — Haroldo Duarte
- PTB — Rezende Monteiro
- PTB — Aquiles Diniz
- PTB — Giordano Alves
- UDN — Emival Calado
- UDN — Magalhães Melo
- UDN — Arnaldo Nogueira
- UDN — Jaies Machado
- UDN — Machado Rollemberg
- UDN — Horácio Bethônico
- PSP — Gerardo de Barros
- PSP — Ludovico de Almeida
- PDC — Franco Monteiro
- PST — Mário Covas
- PTN — Marcelo Sanford

**Suplentes**

- PSD — Ozanam Coelho
- PSD — Dirceu Cardoso
- PSD — Anísio Rocha
- PSD — Lister Caldas
- PSD — Philadelpho Garcia
- PSD — Armando Leite
- PSD — Expedito Machado
- PSD — Daso Coimbra
- PSD — Moura Santos
- PTB — Ivete Vargas
- PTB — Ney Maranhão
- PTB — Heráclio Régio
- PTB — Vieira Passos
- PTB — Celso Amaral
- PTB — Heli Ribeiro
- PTB — Milton Reis
- PTB — Paulo Macarini
- UDN — Afrânio Oliveira
- UDN — Adolfo Oliveira
- UDN — Manuel Taveira
- UDN — Francelino Peralta
- UDN — Wilson Martins
- UDN — Edison Garcia
- UDN — Nicolau Tuma
- PST — Vago
- PST — Vago
- PDC — José Menck
- PDC — Ribeiro Coutinho
- PRT — Hugo Borghi
- PTN — Maurício Goulart

Reuniões: às quartas-feiras às 15 horas.

**COMISSÕES ESPECIAIS MISTAS E EXTERNAS**

Chefe: Ivanhoe Lopes Róças

Local: 16º andar  
Ramais — 260 e 152

**Comissão de Valorização Econômica da Amazônia**

1. Lister Caldas — PSD — Presidente
2. Gabriel Hermes — UDN — Vice-Presidente
3. Burlamaqui de Miranda — PSD
4. Rachid Mamed — PSD

5. Américo Silva — PTB
6. Gilberto Mestrinho — PTB
7. Vieira Passos — PTB
8. Corrêa da Costa — UDN
9. José Sarney — UDN
10. Sylvio Braga — PSP
11. Tenório Cavalcanti — PST

**Suplentes**

- PSD — Abrahão Sabbá
- Jose Freire
- Valério Magalhães
- PTB — Manuel Barbuda
- Renato Medeiros
- Armando Carneiro
- UDN — Emival Calado
- Vago
- PTN — Raimundo Andrade

**Comissão da Baía do São Francisco**

1. Teófilo de Albuquerque — PR — Presidente
2. Edgard Pereira — PSD — Vice-Presidente
3. Renato Azeredo — PSD
4. Medeiros Neto — PSD
5. Milvernes Lima — PTB
6. Paulo Freire — PTB
7. Antonio Carlos Magalhães — UDN
8. Luiz Viana — UDN
9. Oscar Corrêa — UDN
10. Mário Lima — PSP
11. Bento Gonçalves — PSP

**Suplentes**

- PSD — Ademar Carvalho
- PSD — José Carlos Teixeira
- PSD — Jose Maria Alkmin
- PTB — Abranão Moura
- PTB — Alcysio Nonó
- PTB — Lamartine Távora
- UDN — José Carlos
- UDN — Segismundo Andrade
- UDN — Simão da Cunha
- PTN — Oscar Cardoso

**Comissão do Polígono das Secas**

1. Costa Lima — UDN — Presidente
2. Arnaldo Garcez — PSD — Vice-Presidente
3. Carlos Murilo — PSD
4. Dirno Pires — PSD
5. Arthur Lima — PTB
6. Aurino Vagos — PTB
7. Ney Maranhão — PTB
8. Francelino Pereira — UDN
9. Teófilo Pires — PR
10. Muniz Falcão — PSP
11. Ribeiro Coutinho — PDC

**Suplentes**

- PSD — Oliveira Brito
- PSD — Pnes de Almeida
- PSD — Renato Azeredo
- PTB — Arthur Lima
- PTB — Milvernes Lima
- UDN — José Meira
- UDN — Dias Lima
- PRP — Oswaldo Zanelli
- PDC — Aristóteles Fernandes

**Comissão Especial designada para dar parecer ao projeto nº 136, de 1963, que "fixa novos valores para os vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, Civis e Militares e dá outras providências"**

1. Pedro Aleixo — UDN — Presidente
2. Bocayuva Cunha — PTB — Vice-Presidente
3. Oliveira Brito — PSD — Relator
4. Expedito Machado — PSD — Relator
5. Armando Corrêa — PSD
6. Chagas Freitas — PSD
7. Guilhermino de Oliveira — PSD
8. Humberto Lucena — PSD
9. Lauro Leitão — PSD
10. Antonio Jucá — PTB
11. Celso Amaral — PTB
12. Cesar Prieto — PTB
13. Garcia Filho — PTB

- 14. Wilson Fadul — PTB
- 15. Billaç Pinto — UDN
- 16. Magalhães Melo — UDN
- 17. Paulo Sarazate — UDN
- 18. Ruy Santos — UDN
- 19. Muniz Falcão — PSP
- 20. José Richa — PDC
- 21. Tuffy Nassif — PTN

SUPLENTE

- Dirceu Cardoso — PSD
- Afonso Celso — PTB
- Gil Veloso — UDN
- Campos Vergal — PSP
- Vago — PDC

Raimundo Andrade — PTN

**Comissão Especial designada para dar Parecer ao Projeto nº 15, de 1963, que "Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências"**

- 1. Osvaldo Lima Filho — PTB — Presidente
- 2. Pedro Aleixo — UDN — Vice-Presidente
- 3. José Maria Alkmin — PSD
- 4. Osm. Régis — PSD
- 5. Tancredo Neves — PSD
- 6. Ulisses Guimarães — PSD
- 7. Benvyva Cunha — PTB
- 8. Cesar Fricto — PTB
- 9. Gilberto Mestrinho — PTB
- 10. Ferro Costa — UDN
- 11. Herbert Levy — UDN
- 12. Raimundo Padilha — UDN
- 13. Sívio Braga — PSP
- 14. Henrique Turner — PDC
- 15. Paç de Almeida — PSD

SUPLENTE

- Gilberto Faria — PSD
- Fayva Muniz — PTB
- Raimundo Padilha — UDN
- Sívio Marota — PSP
- Vago — PDC

**Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 2, de 1957, que "dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal (Autonomia dos Municípios)".**

- PSD — Ivar Saldanha
- PSD — Abelardo Jurema
- P. B. — Chagas Rodrigues
- PTB — Paulo Mearini
- UDN — José Sainny

SUPLENTE

- PSD — Celestino Filho
- PTB — Wilson Chedid
- UDN — Pedro Braga

**Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 3, de 1963, que "dá nova redação aos artigos 141, parágrafo 16 e 147 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Ferro Costa**

- PSD — 1. Ulisses Guimarães
- 2. Gustavo Capanema
- Suplente — Martins Rodrigues

- PTB — 3. Benvyva Cunha
- 4. Leonel Brizola
- Suplente — Doutel de Andrade

- UDN — 5. Alomar Balceiro
- Suplente — Oscar Correia

**Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 6, de 1956, que "Suprime o parágrafo unico do artigo 132 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Benjamin Farah**

- PSD — 1. Paç de Andrade
- 2. Dirceu Cardoso
- Suplente — Lauro Leitão

- PTB — 3. Chagas Rodrigues
- 4. Benjamin Farah
- Suplente — Benedito Cerqueira

- UDN — 5. José Meira
- Suplente — Ruy Santos

**COMISSÕES DE INQUÉRITO**

CHEFE: YOLANDA MENDES  
Secretaria: 10º andar — Ramais 189 e 382.  
Reuniões: Sala 215 — Bloco do Plenário — Ramais 326 e 213.

**Para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências**

RESOLUÇÃO Nº 1-63

Prazo: até 16 de julho de 1963

- PSD — Valério Magalhães — Presidente
- UDN — Wilson Martins — Vice-Presidente

- PSD — Edgard Pereira
- PTB — Antonio Bresolin
- PTB — Celso Amaral — Relator

SUPLENTE

- PSD — Rachid Mamed
- PTB — Rezende Montelro
- UDN — Luiz Bronzeado

**Para investigar as condições de vida dos Silvícolas**

RESOLUÇÃO Nº 5-63

- PTB — Lamartine Távora — Presidente
- UDN — Correa da Costa — Vice-Presidente
- PSD — Peixoto da Silveira — Relator

- PSD — Geraldo Mesquita
- PSD — Rachid Mamed
- PTB — João Veiga
- UDN — Jales Machado
- PSP — Octávio Brizola
- PDC — Emílio Gomes

SUPLENTE

- PTB — Armando Carneiro
- PSD — Leopoldo Peres
- PSP — Adão Pereira Neves
- PDC — Aristófanes Fernandes

**Para apurar o funcionamento da Carteira de Redescontos**

RESOLUÇÃO Nº 6-63

Prazo: até 25 de outubro de 1963

- PSD — José Maria Alkmin — Presidente
- UDN — Geraldo Freire — Vice-Presidente

- PTB — Palco Muniz — Relator
- PSD — Osm. Régis
- PTB — Austregésilo de Mendonça
- PSD — Pacheco e Chaves
- UDN — Ferro Costa
- PSP — Carvelho Sobrinho

SUPLENTE

- PSD — Ovídio de Abreu
- PTB — Renato Celidônio
- UDN — Horácio Bethônico
- PSP — Broca Filho

**Para verificar a situação em que se encontram as populações do sudoeste de Minas Gerais, atingidas pelo repressamento de Furnas**

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 15 DE MAIO DE 1963

Prazo: até 13 de agosto de 1963

- PSD — Manuel de Almeida — Presidente
- PTB — Milton Reis — Vice-Presidente
- UDN — Manuel Taveira — Relator
- PSD — Arnaldo Garcez
- PTB — Milton Reis
- PTB — João Alves
- UDN — Geraldo Freire
- PSP — Bento Gonçalves
- PDC — Teófilo de Andrade

SUPLENTE

- PSD — Renato Azeredo
- PTB — Arnaldo Lafaiete
- UDN — Oscar Corrêa
- PSP — Antônio de Barros
- PDC — Ribeiro Coutinho

**Para apurar irregularidades no Sistema Educacional de Brasília**

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE MAIO DE 1963

Prazo: até 11 de novembro de 1963

- PSD — Aderbal Jurema — Presidente
- PTB — Clay Araújo — Vice-Presidente
- UDN — Manuel Taveira — Relator
- PSD — Dirceu Cardoso
- PSD — Lauro Leitão
- PTB — Temperani Pereira
- UDN — Nicolau Tuma
- PSP — Arnaldo Cerdeira
- PDC — Juarez Távora

SUPLENTE

- PSD — Antônio Almeida
- PTB — Milton Dutra
- UDN — Jales Machado
- PSP — Muniz Falcão
- PDC — José Richa

**ATAS DAS COMISSÕES**

**De Constituição e Justiça**

O PRESIDENTE FEZ A SEQUINTE DISTRIBUIÇÃO EM 17 DE MAIO DE 1963

Ao Senhor Deputado Abelardo Jurema:

Projeto nº 4.012-62 — Do Conselho de Ministros — Cria a Divisão de Segurança da Fazenda Nacional (DIS-FAN)

Projeto nº 298-63 — Do Sr. Audizio Pinheiro — Extingue a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e dá outras providências.

Ao Senhor Deputado Alceu de Carvalho:

Projeto nº 4.441-63 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$... 25.000.000,00, para construção de hospitais de Pronto Socorro nos bairros de Porangaba, Mondubim, Pirabu, Antônio Bezerra e Macejana, subúrbios de Fortaleza, Estado do Ceará.

Projeto nº 314-63 — Do Senhor Joaquim Ramos — Estabelece a obrigatoriedade de consumo mínimo de 40% de carvão nacional nas siderúrgicas a coque, e dá outras providências.

Ao Senhor Deputado Alfredo Nasser:

Projeto nº 4.278-63 — Do Senhor Santos Lima — Cria, no Ministério da Guerra, o Quadro de Engenheiros-Agrônomos e dá outras providências.

Projeto nº 4.743-62 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Ex-

teriores, o crédito especial de Cr\$... 500.000.000,00 destinado, exclusivamente, à indenização por motivo de dispensa, de funcionários e empregados brasileiros e bolivianos, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Ao Senhor Deputado Armando Rollemberg:

Projeto de Decreto Legislativo número 118-62 — Da Comissão de Relações Exteriores — Aprova o acordo de Comércio e Pagamentos assinado no Rio de Janeiro entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia, no dia 19 de março de 1960.

Projeto nº 4.319-62 — Do Senhor Santos Lima — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para instalação e funcionamento do Colégio Pedro II, na Cidade de Pacoti — CE.

Projeto nº 4.816-62 — Do Senhor Carlos Gomes — Estabelece normas para a cobrança de tarifas de energia destinada à eletrificação rural, fornecida pelas empresas de propriedade da União ou pelas sociedades de economia mista federais, e dá outras providências.

Ao Senhor Deputado Arnaldo Cerdeira:

Projeto nº 191-59 — Clovis Mota — Dispõe sobre a exclusão, dos planos de economia elaborados pelo Governo, das verbas destinadas às metas de alimentação, energia e transporte, aplicadas nas regiões Norte e Nordeste.

Projeto nº 3.914-62 — Do Senhor Lamartine Távora — Assegura aos dependentes do trabalhador falecido, em consequência de acidente no trabalho, preferência para admissão na empresa respectiva, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Arruda Câmara:

Projeto nº 4.025-62 — Do Sr. Osvaldo Lima Filho — Concede a pensão especial de Cr\$ 20.000,00 a Julieta Cerqueira Castro e Silva, viúva de Nelson de Castro e Silva, ex-vogal da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Recife, Pernambuco.

Projeto nº 4.350-62 — Do Sr. Santos Lima — Concede pensão especial de Cr\$ 15.000,00 a D. Ludoviana José de Siqueira, viúva do Sr. Pedro de Melo Siqueira.

Projeto nº 4.750-62 — Do Poder Executivo — Concede pensão especial de Cr\$ 6.720,00 a Nicolau Janro, extranumerário diarista do Ministério da Marinha.

Ao Sr. Deputado Celestino Filho:

Projeto nº 2.974-61 — Do Sr. Lamartine Távora — Dispõe sobre a criação de Bibliotecas nas fábricas e Sindicatos Operários.

Projeto nº 2.297-63 — Do Sr. Afonso Anshau — Autoriza o Poder Executivo a doar à Região Escoteira do Rio Grande do Sul, filiada a União dos Escoteiros do Brasil, um terreno com casa de madeira sito na Via Elsa lotes 73 e 74 da Quadra G. no Município de Guaíba, RS.

Ao Sr. Deputado Chagas Freitas:

Projeto nº 4.94-63 — Do Sr. Adílio Viana — Considera Serviço de Guerra com os mesmos benefícios e vantagens atribuídos aos ex-combatentes, o tempo de trabalho prestado em órgão denominados "Esforços de Guerra".

Ao Sr. Deputado Chagas Rodrigues:

Projeto nº 567-59 — Do Sr. Osvaldo Lima — Rezula o pagamento do capital empregado pela União na



Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e dá outras providências.  
 Projeto nº 4.688-62 — Do Poder Executivo — Concede promoção de Vice-Almirante ao Contra-Almirante Reformado, Cesar Augusto Machado da Fonseca.

Ao Sr. Deputado Demisthocias Batista:

Projeto nº 4.692-62 — Do Poder Executivo — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico, importado pela Telefônica de Patos de Minas S. A.

Projeto nº 4.734-52 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender às despesas com aquisição, preparo e embalagem de sementes selecionadas.

Projeto nº 307-33 — Do Sr. Peixoto da Silveira — Dispõe sobre a constituição de sociedades por ações sob a denominação de Consórcio Brasileiro de Agropecuária, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Djalma Maranhão:

Projeto nº 3.47C-31 — Do Sr. Aloysio Nôê — Institui uma sociedade por ações que se denominará — Consórcio de Transportes Aéreos Brasil S. A.

S. A. — AEROBRAZIL.

Projeto nº 4.749-62 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender a despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CIEPAL.

Projeto nº 295-63 — Do Sr. Adílio Viana — Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Científico, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Eloy Dutra:

Projeto nº 4.687-63 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 225.000.000,00, para atender às despesas com pessoal decorrentes das Leis nºs 3.780, de 1960 e 3.826-60, como do Decreto nº 900 de 1962.

Ao Sr. Deputado Ferro, Costa:

Projeto nº 37-63 — Do Sr. Norberto Schmidt — Dispõe sobre a limitação do trabalho do menor.

Projeto nº 290-63 — Do Sr. Tenório Cavalcanti — Extingue o Conselho Nacional do Petróleo, criado pelo artigo 4º do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Geraldo Freire:

Projeto nº 4.332-63 — Do Sr. Santos Lima — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para instalação e funcionamento da Escola Naval de Fortaleza, Estado do Ceará, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Ivan Luz:

Projeto nº 4.345-62 — Do Sr. Santos Lima — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a instalação e funcionamento da Escola de Sargentos das Armas (ESA) na cidade de Quixadá, no Estado do Ceará.

Ao Sr. Deputado João Mendes:

Projeto nº 25-63 — Do Sr. Larmartine Távora — Incorpora ao Patrimônio Histórico Nacional a casa onde morreu Vitalino Pereira dos Santos, cria o Museu de Cerâmica Popular de Caruaru, e dá outras providências.

Projeto nº 291-63 — Do Sr. Floriceno Paixão — Altera o Anexo IV da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte relativa à Série de Classes de Auxiliar de Portaria e às Classes de Servente e Mensageiro.

Ao Sr. Deputado José Burnett:

Projeto nº 29C-33 — Do Sr. Garcia Filho — Regula as promoções dos Sargentos das Forças Armadas, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado José Meira:

Projeto nº 4.097-62 — Do Sr. Larmartine Távora — Dispõe sobre provimento de cargos técnicos e científicos no Serviço Público Federal e nas Autarquias, e dá outras providências.

Projeto nº 311-33 — Do Sr. Peixoto da Silveira — Concede ao Governo de Goiás auxílio de Cr\$ 150.000.000,00 destinado à construção e equipamento do Hospital do Pênfigo, em Goiânia.

Ao Sr. Deputado Laerte Vieira:

Projeto nº 4.353-62 — Do Sr. Santos Lima — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para construção e funcionamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Quixeramobim, Ceará, e dá outras providências.

Projeto nº 310-63 — Do Sr. Carlos Gomes — Acrescenta § ao art. 1º da Lei nº 1.841, de 22 de novembro de 1952, que assegura ao ocupante do cargo de caráter permanente e de provimento em comissão o direito de continuar a perceber vencimentos do mesmo cargo.

Ao Sr. Deputado Lenoir Vargas:

Projeto nº 313-63 — Do Sr. Jorge Kalume — Dá nova redação à alínea c do art. 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, estabelecendo prazo trimestral para fixação dos preços de compra da borracha.

Projeto nº 319-63 — Do Poder Executivo — Isenta do imposto de importação, exclusive a taxa de despacho aduaneiro, equipamento destinado à instalação de uma fábrica de leite em pó, em Belo Horizonte — Minas Gerais.

Ao Sr. Deputado Miguel Bufara:

Projeto nº 304-63 — Campos Vergal — Concede a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Aurea Nogueira Xandó, filha do Capitão Dr. Antônio da Silveira Xandó.

Ao Sr. Deputado Ovídio de Abreu:

Projeto nº 4.305-62 — Ney Maranhão — Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado ao abastecimento d'água do município de Paulista, em Pernambuco.

Ao Sr. Deputado Pedro Marão:

Projeto nº 2.840-61 — Do Sr. Larmartine Távora — Torna obrigatório o registro de jóias e pedras preciosas cria o Fundo Nacional de Assistência Social, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Raymundo Brito:

Projeto nº 306-63 — Do Senhor Odorico Sant'Anna — Dispõe sobre a cátedra de Administração Hospitalar nas Faculdades de Medicina, e dá outras providências.

checo;

co;

Projeto nº 4.238-62 — Do Sr. Santos Lima — Cria, na Universidade do Ceará, a Escola de Serviço Social, na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Projeto nº 4.690-62 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.

Ao Sr. Deputado Tabosa de Almeida:

Projeto nº 4.344-62 — Do Sr. Santos Lima — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado à instalação e funcionamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica em Russas, no Ceará.

Projeto nº 4.742-62 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000,00 destinado a regularizar os pagamentos de salários e de contas pendentes, relativos ao presente exercício de 1962, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Ao Sr. Deputado Temperant Pereira:

Projeto nº 1.740-60 — Do Sr. Larmartine Távora — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000,00 para socorrer as populações dos municípios do Estado de Pernambuco, atingidas pelas cheias.  
 Projeto nº 312-63 — Do Sr. Burlamaqui de Miranda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura — Serviços de Proteção aos Índios — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender a despesas com pacificação dos índios caiapós.

Ao Sr. Deputado Ulysses Guimarães:

Projeto nº 29C-33 — Do Sr. Braga Ramos — Altera dispositivos do Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955 (inscrição eleitoral).

Ao Sr. Deputado Vieira de Melo:

Projeto nº 25C-33 — Do Sr. Breno da Silveira — Extingue a Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Ao Sr. Deputado Wilson Roriz:

Projeto nº 4.737-62 — Do Poder Executivo — Autoriza o Poder Executivo a abrir pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 33.400.000,00, para atender às despesas decorrentes da criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP).

De Legislação Social

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1963

Aos quinze dias de maio de mil novecentos e sessenta e três, às 16 horas, reuniu-se a Comissão de Legislação Social, com o comparecimento dos Senhores: Geremias Fontes, Chagas Freitas, Floriceno Paixão, Benedito Cerqueira, Waldemar Alves, João Alves, Helcio Maghenzani, Waldir Simões, Geraldo Freire e Mário Lima. Deixaram de comparecer os Senhores: Philadelpho Garcia, Hermes Macedo, Amintas de Barros, Dirceu Cardoso, Fernando Santana, Paes de Andrade, Jorge Curi, Palhano Saboia, Harry Norman e, por motivo justificado, Adílio Vianna, Presidente. Assumindo a presidência dos trabalhos, na forma do artigo 52 do Regimento, o Senhor Geraldo Freire determinou a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada, sem restrições. Passando à apreciação do Projeto número 1.314-59 — que "regulamenta a profissão de jornalistas", foi concedida a palavra ao Senhor Chagas Freitas que, após fazer chegar à Pre-

sidência oficiais dos Sindicatos das Empresas de Jornais e Revistas da Guanabara e de São Paulo, formulou requerimento dividido em duas partes: a) publicação do D. C. N. do parecer do relator para estudo; b) prazo mínimo de 30 dias para apresentação de sugestões. Em votação, foi aprovada a primeira parte, contra o voto do Senhor Floriceno Paixão e rejeitada a segunda, contra o voto do Senhor Chagas Freitas. Em seguida, foi aprovada a Mensagem nº 533-59, que "submete à discriminação em matéria de emprego e de profissão, concedida em Genebra, em 1958, por ocasião da quadragésima segunda (42ª) Sessão da Conferência Internacional do Trabalho", nos termos do parecer do relator, Deputado Mário Lima. Continuando com a palavra, Sua Excelência leu parecer ao Projeto número 3.393-61 que "estabelece normas para o exercício da atividade de transportes de bagagens de passageiros nas estações ferroviárias e rodoviárias", sendo concedida vista ao Senhor Waldemar Alves. O Senhor Geraldo Freire passou a presidência dos trabalhos, ao Senhor Waldemar Alves, a fim de relatar; 1º) Projeto nº 439-55 que "autoriza a instalação de clínicas homeopáticas nos Institutos de Previdência Social" do qual foi concedida vista ao Senhor Waldemar Alves; 2º) Mensagem nº 434-48 que "submete à apreciação do Congresso anteprojeto de lei que concede pensões especiais a herdeiros de servidores da Estrada de Ferro Goiás, falecidos em serviço", a qual foi aprovada, com substitutivo, nos termos do parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, *Luzia Abigail de Farias*, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

DISTRIBUIÇÃO FEITA PELO PRESIDENTE EM 21-5-63

Ao Deputado Dias Menezes

Projeto nº 3.617-61 — "Determina que o DNER promova a arborização das margens das rodovias do Nordeste com árvores forrageiras e que, no decorrer da construção de trechos rodoviários na região nordestina, sempre que possível, sejam construídos aterros barragens para represamento de águas e dá outras providências".

Ao Deputado Milveres Lima

Projeto nº 730-59 — "Dispõe sobre a entrega de perfuratrizes às Prefeituras dos Municípios do Nordeste Brasileiro e dá outras providências."

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências e Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as condições de vida dos Silvícolas e as medidas de Assistência Estatal visando a sua incorporação à Comunhão Nacional

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1963

As dezessete horas e vinte minutos do dia dezesseis de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala da Comissão de Saúde, com a presença dos Srs. Deputados Valério Magalhães, Wilson Martins, Antônio Bressolin, Celson Amaral, Larmartine Távora, Corrêa da Costa, Rachid Ma-

med. Jales Machado, Otávio Brizzola e Emílio Gomes. Reuniram-se as Comissões de Inquérito "para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências" e "para apurar as condições de vida dos silvícolas e as medidas de assistência estatal visando a sua incorporação à comunidade nacional", a fim de, em reunião conjunta, conforme solicitação do Deputado Lamartine Távora através do Ofício nº 2-63, serem debatidos problemas a elas correlatos, visando a delimitação de suas tarefas. Havendo número legal, o Senhor Valério Magalhães, como o mais idoso dos Deputados presentes, abriu os trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Lamartine Távora para expor sobre o motivo de sua solicitação. Falando na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as condições de vida dos silvícolas e as medidas de assistência estatal visando a sua incorporação à comunidade nacional, disse que tomou a iniciativa de pedir a instituição desse CPI, por ter conhecimento de fatos estratificadores da maneira de sobrevivência do índio e também para apurar a propriedade nacional, pois se há de existir regiões indígenas cédulas e terras estrangeiras. Entretanto, tendo havido no ato da instalação daquela CPI levantamento de uma questão de ordem, por parte do Deputado Otávio Brizzola, sobre a dualidade das Comissões Parlamentares de Inquérito com o mesmo fim, uma vez que se achava em funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências, criada pela Resolução número 1-63. Ponderando que sua Comissão tinha um sentido mais amplo, pois tinha em mira a assistência estatal ao silvícola e sua incorporação ao patrimônio nacional, estava de acordo que se discutisse o assunto, sugerindo no entanto, que as duas Comissões poderiam funcionar separadamente, apenas se fazer uma convenção de ambas para evitar-se a dualidade de tarefas. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Valério Magalhães, antes de colocar em debate a questão do Sr. Lamartine Távora, falou sobre a constituição do órgão por ele presidido e das reuniões já realizadas, em número de sete e três depoimentos prestados, estando a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, no momento, traçando roteiro para sua visitação às regiões indígenas, no intuito de, sendo constatadas as irregularidades apontadas, principalmente no que concerne ao arrendamento das terras, a recelha arrecadada e sua aplicação e a assistência prestada ao índio, serem apontadas medidas de correção. Após sua exposição, concedeu a palavra a quem quisesse falar sobre a matéria em debate. Perguntou o Senhor Corrêa da Costa se havia conveniência das duas Comissões, já que se discute em todo o País e a política econômica de Governo, achando que, por uma questão de economia para a Câmara, seria melhor a fusão de ambas as Comissões. O Deputado Wilson Marlin também comungou do mesmo pensamento do Sr. Corrêa da Costa. Falaram pela manutenção das duas Comissões, os Deputados Antônio Bresolin e Geraldo Mesquita, por acharem que cada uma tem tarefa distintas, enquanto uma estende sua tarefa na investigação das práticas de antropofagia entre os índios, educando-os, a fim de incorporá-los à civilização, a outra distribui os seus trabalhos no terreno sócio-econômico, tratando da arrecadação e sua aplicação. Terminada a discussão, o Senhor Presidente anunciou que iria colocar em votação, para serem enviadas à Mesa, as sugestões discutidas, pois essa tem poderes para deliberar quanto à fusão ou manutenção de ambas as Comissões. Colocadas em vo-

tação, votaram: pela fusão das Comissões, os Deputados Jales Machado, Celso Amaral, Wilson Martins, Rachid Mamed e Corrêa da Costa; pela manutenção das mesmas, os Deputados Antônio Bresolin, Geraldo Mesquita, Lamartine Távora e Valério Magalhães. Coincidindo o número total de votos com o número de Deputados presentes, foram apurados cinco votos pela fusão e quatro votos pela manutenção das Comissões. O Senhor Presidente propôs ao Deputado Lamartine Távora para, ambos, levarem ao conhecimento da Mesa o resultado colhido nesta reunião, o que foi aceito por aquele e aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às dezeto horas, e, para constar, eu, *Leaura Teixeira*, Oficial Legislativo, servindo como Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**45ª SESSÃO EM 21 DE MAIO DE 1963**

**PRESIDENCIA DOS SRS. HENRIQUE LA ROQUE, 2º SECRETARIO ANIZ BADRA, 3º SECRETARIO; RANIERI MAZZILLI, PRESIDENTE.**

**I — As 14 horas comparecem os Senhores:**

- Clóvis Mota
- José Bonifácio
- Henrique La Roque
- Aniz Badra
- Valério Magalhães
- Acre**
- Geraldo Mesquita — PSD
- Jorge Kalume — PSD
- Mário Maia — PTB
- Valério Magalhães — PSD
- Amazonas**
- Manoel Barbuda — PTB
- Pará**
- Arnaldo Corrêa — PSD
- Burlamaqui de Miranda — PSD
- Ferro Costa — UDN
- Waldemar Guimarães — PSD
- Maranhão**
- Neiva Moreira — PSP
- Pedro Braga — UDN
- Piauí**
- Chagas Rodrigues — PTB
- Ceará**
- Expedito Machado — PSD
- Furtado Leite — UDN
- Marcelo Sanford — PTN
- Martins Rodrigues — PSD
- Moysés Pimentel — PTB
- Paulo Saracate — UDN
- Wilson Roriz — PSD
- Rio Grande do Norte**
- Vingt Rosado — PTB
- Paraná**
- Bivar Olintho — PSD
- Flaviano Ribeiro — UDN
- Plínio Lemos — UDN
- Pernambuco**
- José Carlos — UDN
- Magalhães Melo — UDN
- Nilo Coelho — PSD
- Alagoas**
- Abraão Moura — PTB
- Aloysio Nonó — PTB
- Ary Plombo — PTB
- Carlos Gomes — UDN
- Medeiros Neto — PSD
- Muniz Falcão — PSP
- Oceano Carneal — UDN
- Sergipe**
- Machado Rolim Neto — UDN

- Bahia**
- Josaphat Borges — PSD
- Manoel Novais — PTB
- Mário Lima — PSB
- Nery Novais — PTB
- Ruy Santos — UDN
- Vasco Filho — UDN
- Espirito Santo**
- Gil Veloso — UDN
- Rio de Janeiro**
- Adolpho Oliveira — UDN
- Demistochides Batista — PST
- Geramias Fontes — PDC
- Guanabara**
- Benjamin Faran — PFL
- Garcia Filho — PTB
- Jamil Amiden — PTB
- Minas Gerais**
- Abel Rafael — PSD
- Bias Fortes — PSD
- Bilac Pinto — UDN
- Celso Passos — UDN
- Dnar Mendes — UDN
- Jaeder Albergaria — PSD
- Manoel Taveira — UDN
- Olavo Costa — PSP
- Ormeo Botelho — UDN
- Oscar Corrêa — UDN
- Padre Vidgal — PSD
- Pedro Aleixo — UDN
- Rondon Pacheco — UDN
- Simão da Cunha — UDN
- Teófilo Pires — PR
- São Paulo**
- Adrião Bernardes — PSP
- Aleu de Carvalho — PTB
- Candido Sampaio — PSP
- Carvalho Sobrinho — PSP
- Dias Menezes — PTN
- Derville Alegretti — MTR
- Hary Normaton — PSP
- Henrique Turner — FDC
- Herbert Levy — UDN
- Levy Tavares — PSD
- Maurício Goulart — PIN
- Nicolau Tuma — UDN
- Pacheco Chaves — PSD
- Plínio Sampaio — PDC
- Rubens Paiva — PTB
- Tufy Nassif — PTN
- Goias**
- Celestino Filho — PSD
- Emival Calado — UDN
- Lizandro Fuxião — PTB
- Mato Grosso**
- Edson Garcia — UDN
- Philadelpho Garcia — PSD
- Wilson Padul — PTB
- Paraná**
- Antonio Annibelli — PTB
- Braga Ramos — UDN
- Elias Nacle — PTB
- José Richa — PDC
- Plínio Costa — PSD
- Renato Celidônio — PTB
- Wilson Chedid — PTB
- Zacharias Seleme — UDN
- Santa Catarina**
- Albino Zeni — UDN
- Antonio Almeida — PSD
- Laerte Vieira — UDN
- Orlando Bertoli — PSD
- Osmi Regis — PSD
- Paulo Macarini — PTB
- Pedro Zimmermann — PSE
- Rio Grande do Sul**
- Afonso Anschau — FRP
- Antonio Bresolin — PTB
- Clóvis Pestana — PSD
- Euclides Triches — PDC
- Flores Soares — UDN
- Ruben Alves — PTB
- Tarso Dutra — PSD
- Temperani Bezerra — PTB
- União Machado — PTB
- Rondônia**
- Renato Medeiros — PTB

**O SR. PRESIDENTE:**  
A lista de presença acusa o comparecimento de 117 Senhores Deputados.  
Sua abertura a sessão.  
**II — O SR. MEDEIROS NETO:**  
Servindo como 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.  
**O SR. PRESIDENTE:**  
Passa-se à leitura do expediente.  
**O SR. ANIZ BADRA:**  
3º Secretário servindo do 1º procede à leitura do seguinte  
**III — EXPEDIENTE**  
**Ofícios:**  
Da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Nova Patina Ltda., de Colmeio Procópio, Paraná, encarecendo apelo aos representantes do povo brasileiro no sentido "de que ao votarem tais propalados projetos de reformas de base, momente o que se refere a reforma da Constituição tenham em mente a sobrevivência de nosso regime democrático, a fim de que não seja tolhida a livre iniciativa particular e as liberdades individuais do nosso povo".  
Do Senhor Deputado Antonio de Barros, nos seguintes termos:  
**O SR. PRESIDENTE:**  
Comunico a V. Exª, para os devidos fins, que me ausentarei do País, a partir de 28 de corrente, por cerca de trinta dias.  
Sala das Sessões, em 21 de maio de 1963. — Antonio de Barros.  
Do Senhor Deputado José Cruziano, nos seguintes termos:  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados:  
Na qualidade de 1º Suplente da bancada do PSD de Goiás, apraz-me comunicar a V. Exª que, nesta data, assumo o exercício do mandato de Deputado, tendo em vista o pedido de licença formulado pelo nobre Deputado Geraldo de Pina.  
Reitero a V. Exª a expressão de minha estima e consideração.  
Brasília em 21 de maio de 1963. — José Cruziano.  
É deferido, convocando-se o respectivo Suplente, o seguinte  
**REQUERIMENTO**  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados:  
O Deputado que o presente subscreve vem solicitar a V. Exª, na forma regimental, lhe conceda 95 (noventa e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, visto ter sido acidentado, na sexta-feira última, quando viajava de automóvel de Brasília à cidade de Anápolis.  
Nestes termos.  
P. deferimento  
Brasília, em 20 de maio de 1963. — Geraldo de Pina, Deputado.  
**SÃO DEFERIDOS OS SEGUIN- TES**  
**REQUERIMENTOS**  
Sr. Presidente:  
Nos termos regimentais, requero o desarguimento do Projeto número 52-1959, de minha autoria, que dispõe sobre a execução de medidas de segurança do trânsito nas rodovias federais.  
Plenário, em 17 de maio de 1963. — José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 326-1959, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial destinado às "Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio do Barão de Grajaú", no Estado do Maranhão.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 3.058-59, de minha autoria, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Judicial do DNE.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 171-1960, de minha autoria, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Valores Mobiliários e a Bolsa Federal de Valores.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 3.830-62, de minha autoria, que institui a Ordem do Mérito Rodoviário.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 3.960-62, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para atender a instalação de agências postais e telegráficas em municípios do Estado do Maranhão.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 3.972-62, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para instalação de agências de estatística em municípios do Estado do Maranhão.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 4.779-62, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para os festejos do tricentenário de fundação de São Luiz do Maranhão.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 4.779-62, de minha autoria, que dispõe sobre a classificação do Estatístico e Estatístico-Auxiliar.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 4.779-62, de minha autoria, que dispõe sobre a classificação do Estatístico e Estatístico-Auxiliar.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 4.779-62, de minha autoria, que dispõe sobre a classificação do Estatístico e Estatístico-Auxiliar.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

**Sr. Presidente:**  
Nos termos regimentais, requerô o desarquivamento do Projeto número 4.779-62, de minha autoria, que dispõe sobre a classificação do Estatístico e Estatístico-Auxiliar.  
Plenário, em 17 de maio de 1963.  
José Rio, Deputado Federal.

para apurar se a SUMOC está cumprindo a lei que "disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o Exterior e dá outras providências". A Comissão será composta de cinco membros, terá o prazo de duração de sessenta dias e será autorizada a gastar até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).  
Sala das Sessões, em 16 de maio de 1963. — Sérgio Magalhães.

Sérgio Magalhães — Leonel Brisola — Chagas Rodrigues — José Freire — Fernando Santana — Úllimo de Carvalho — Celéstino Filho — Doutel de Andrade — Cantídio Sampaio — Gilberto Azevedo — José Aparecido — Valério Magalhães — Paulo de Tarso — Eloy Dutra — Mucio Athayde — Jamil Amiden — Campos Vergal — Waldyr Simões — José Freire — Roberto Saturnino — Geraldo de Pina — Max Costassantos — Garcia Filho — Rogé Ferreira — Nicolau Tuma — Adauto Cardoso — Britto Velho — Aderbal Jurema — Armando Falcão — Paes de Andrade — José Carlos — Ramon de Oliveira Netto — Ortiz Borges — Temperani Pereira — Nécy Novaes — Plínio Sampaio — Heraclo Régio — Dirceu Cardoso — Breno da Silveira — Esmerino Arruda — Medeiros Netto — Paulo Macarini — Padre Nobre — Oswaldo Lima Filho — Jacob Franz — Aurino Valois — Ary Pitombo — Gabriel Hermes — Antonio Baby — João Veiga — João Simões — Peixoto da Silveira — (Hegível) — João Mendes Olímpio — Nelva Moreira — Pêretrá Nunes — Celso Passos — Muniz Falcão — Pedro Braga — Arnaldo Cerdreira — Mario Maia — Geraldo Mesquita — Armando Leite — Jorge Kalume — José Ressegue — Afonso Celso — Wizarndo Paixão — Antonio Bresolin — Dyrno Pires — Clay Araújo — Clovis Motta — José Rio — Benedito Vaz — Luiz Viana — Afranio Oliveira — Oscar Corrêa — Padre Godinho — Henrique Turner — Maurício Goulart — Antonio Carlos Magalhães — João Herculino — Rubens Paiva — Dias Menezes — Millô Coramozono — Magalhães Mello — Rachid Mamede — Abrahão Moura — Gullfreme Machado — Gustavo Capanema — Newton Carneiro — Milveres Lima — Benlo Gonçalves — Lamartine Távora — Arnaldo Nogueira — João Menezes — Milton Dutra — Ney Maranhão — Manoel de Almeida — Stelio Maroja — Floriano Rubim — Amintas de Barros — Benedito Cerqueira — Marco Antonio — Unfriso Machado — Hamilton Prado — Clemens Sampaio — Dazo Coimbra — Plínio Salgado — Ivan Luz — Gilberto Mestrinho — Manuel Barbuda — Adolpho Oliveira — Yukishigue Tamura — Pedro Catalão — Ezequias Costa — Henrique Laroque — Adrião Bernardes — Diomício Freitas — Albino Zeni — Laerte Vieira — Braga Ramos — Dnar Mendes — Elias Carmo — Benjamin Farah — Olavio Brizola — Raymundo de Andrade — Carvalho Sobrinho — Oseas Cardoso — Manoel Novaes — Aloisio Nonô — Haroldo Duarte — Fernando Gama — Dilson Chedid — Lyrio Bertoli — Alvés de Macedo — Ruy Santos — Janary Nunes — Armando Rollemberg — Rubens Nogueira — Souto Maior — Nilo Coelho — Aniz Badra — Francisco Scarpa — Cardoso de Menezes — Ferro Costa — Wilson Fadul — Mário Lima — Henrique Lima — Flores Soares — Hamilton Nogueira — José Sarney — Renato Medeiros.

**Sr. Presidente:**  
E' lida e vai a imprimir a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
Exmo. Sr. Presidente:  
Requeremos seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito

**RESOLUÇÃO**  
Exmo. Sr. Presidente:  
Requeremos seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito

**RESOLUÇÃO**  
Exmo. Sr. Presidente:  
Requeremos seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito

**RESOLUÇÃO**  
Exmo. Sr. Presidente:  
Requeremos seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito

**RESOLUÇÃO**  
Exmo. Sr. Presidente:  
Requeremos seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito

**Emenda Constitucional nº 2-A — 1963**

"Da nova redação ao parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios); tendo parecer favorável da Comissão Especial".

Relator — Deputado José Sarney  
EMENDA CONSTITUCIONAL A QUE SE REFERE O PARECER:

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

"1º — Poderão ser nomeados pelos governadores dos Territórios os prefeitos das respectivas capitais, bem como, pelos governadores dos Estados e Territórios os prefeitos dos Municípios onde houver estâncias hidromineiras naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União".

**Justificação**

Na redação ora apresentada retira-se aos Governadores dos Estados a faculdade de nomearem os prefeitos das respectivas capitais, deixando-se, todavia, permanecer essa faculdade aos Governadores de Territórios, porque estes se constituem em pontos estratégicos — de fronteira — para o País, em função de que os próprios Governadores são da livre escolha do Exmo. Sr. Presidente da República.

A permissão que desejamos suprimir só está sendo usada no Estado do Maranhão, cuja Assembléia Legislativa ainda não atendeu aos justos reclamos do povo de São Luiz, permanecendo a Capital da tão decantada Atenas Brasileira como a única exceção — odiosa e por todas as formas desonrosa — entre todas as cidades dos Estados da Federação, onde o povo não tem o direito de democraticamente eleger o seu Prefeito.

Defensores que somos dos direitos do povo e do regime, não poderemos negar aos ludovicianos o direito sagrado e inconspicível da livre escolha do seu governante, porque essa escolha representa em última análise a essência democrática.

A emenda se justifica, por si mesma, sem necessidade de maiores argumentos.

Epitácio Cafeteira — Mário Tamborindegu — Eurico Ribeiro — Ivar Saldanha — Cid Carvalho — Aluisio Bezerra — Antonio de Barros — Hélio Ramos — Luiz Coelho — Lister Caldas — Matos Carvalho — Braldo de Barros — Henrique La Roque — Nelva Moreira — Aniz Badra — Cid Furtado — Oseas Cardoso — Tourinho Dantas — Oscar Corrêa — Roudon Pacheco — Costa Régio — Plínio Lemos — Luiz Bronzeado — Pereira Lúcio — Gil Veloso — Wilson Martins — Adolpho Oliveira — Raul Eila — Flaviano Ribeiro — João Herculino — Fernando Santana — Paulo Mincarone — Clóvis Motta — Emival Caetano — Arnaldo Nogueira — Simão da Cunha — Celso Passos — Vital do Régio — Dnar Mendes — Oceano Carneal — Franco Monteiro — Tabosa de Almeida — Miguel Bahury — Henrique Lima — Arnaldo Garcez — João Alves de Almeida — Aloisio Nonô — Austregésilo de Mendonça — Souza Santos — Paulo Mansur — Agrino Valois — Medeiros Netto — Lourival Batista — José Carlos Teixeira — Wilson Falcão — Muniz Falcão — Leonel Brizola — Sérgio Magalhães — Paulo de Tarso — José Sarney — Diomício Freitas — Amaral Netto — Avelo Carvalho — Abrahão Moura — Antonio Baby — Padre Nobre — José Carlos — Ossian Araripe — Jorge Curi — Benjamin Farah — Garcia Filho — José Aparecido de Oliveira — Te-

nório Cavalcanti — Mário Covas — Marco Antonio — Waldemar Guimarães — Moisés Imental — Artur Lima Cavalcanti — Adahl Barreto — Odilon Ribeiro Coutinho — Resenda Monteiro — Max Costa Santos — Zaire Nunes — Jalro Brum — Edilson Melo Távora — Francelino Pereira — Heli Ribeiro — Rubens Paiva — Moura Santos — Osvaldo Lima Filho — Yukshigue Tamura — Plínio Salgado — Arruda Câmara — Raymundo Padilha — Adauto Cardoso — Flores Soares — Ferro Costa — Paulo Sarasate — Alomar Balseiro — Ernany Sátiro — Ivete Vargas — José Ressegue — Ary Pitombo — Lamartine Távora — Eloy Dutra — Campos Vergal — Celso Murta — Athé Coury — João Veiga — Haroldo Duarte — Temperani Pereira — Ramon Oliveira Netto — Doutel de Andrade — Carvalho Sobrinho — Breno Silveira — Dirceu Cardoso — Newton Carneiro — Alvaro Cañão — Accioli Filho — Aécio Cunha — Castro Costa — Corrêa da Costa — Minbro Miyamoto — Adrião Bernardes — Manuel Barbuda — Broca Filho — Manso Cabral — Jales Machado — Nécy Novaes — Esmerino Arruda — Segismundo Andrade — Harry Normaton — Edgard Pereira — Pereira Lopes — Albino Zeni — Padre Godinho — Afranio de Oliveira — Biliac Pinto — Nicolau Tuma — Braga Ramos — Ornto Bótelho — Zacharias Seleme — Antonio Annibell — Pedro Catalão — Enilio Gomes — Otodomir Millet — Britto Velho — Octávio Brisolia — Stelio Maroja — Benito Gonçalves — Mucio Athayde — Nelson Carneiro — Henrique Turner — Cantídio Sampaio — Rui Amaral — Abel Rafael — Burlamarque de Miranda — Padre Vidigal — Getúlio Moura — Floriano Rubim — Chagas Rodrigues — Hegível — Vieira Passos — Benedito Cerqueira — Jamil Amiden — Celéstino Filho — José Freire — Geraldo de Pina — Wilson Chedid — José Meilk — Paulo Macarini — Vieira de Melo — Arnaldo Cerdreira — Maurício Goulart — Edison Garcia — Hamilton Nogueira — Lauro Cruz — Plínio Sampaio — Gêrsemias Fuites — Dias Menezes — Josaphat Azevedo — Ezequias Costa — Guilhermino Machado — Wilson Fadul — Edesio Nunes — Mário Maia — Raphael Rezende — João Simões — Herma Azevedo — Plínio Costa — Lyrio Bertoli — Ivan Luz — Ney Maranhão — José Esteves — Leopoldo Peres — Geraldo Mesquita — Valério Magalhães — Arjo Theodoro — Piva Muniz — Pedro Zimmermann — Ortiz Borges — Floriano Paixão — Cunha Bueno — Carneiro de Loyola — João Menezes — Expedito Machado — Teófilo de Albuquerque — Justino Melo — José Cruclano — Pedro Braga.

**PARECER DO RELATOR**

Deputados em número superior à quarta parte dos membros da Câmara, isto é, mais da metade dos Deputados Federais, propõem que seja emendada a Constituição no tocante a autonomia dos Municípios dando, para tanto, ao Parágrafo 1º do Artigo 28 da Constituição, a seguinte redação:

"Artigo 28 .....  
1º. Poderão ser nomeados pelos governadores dos Territórios os prefeitos das respectivas capitais, bem como, pelos governadores dos Estados e Territórios os prefeitos dos Municípios onde houver estâncias hidromineiras naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

Justificando essa emenda supressiva, assim argumenta o seu ilustre signatário, Deputado Epitácio Cafeteira:

"Na redação ora apresentada retira-se aos Governadores dos Estados a faculdade de nomearem os prefeitos das respectivas capitais, deixando-se, todavia, permanecer essa faculdade aos Gover-

ndadores de Territórios, porque estes se constituem em pontos estratégicos — de fronteira — para o País, em função do que os próprios Governadores do que os Territórios Governadores são da livre escolha do Excmo. Sr. Presidente da República".

É mais ainda: "A permissão que desejamos suprimir se esta sendo usada no Estado do Maranhão, cuja Assembleia Legislativa ainda não atendeu aos justos reclamos do povo de São Luiz, permanecendo a Capital da tão decantada Atenas Brasileira como a única exceção — odiosa e por todas as cidades desdentada — entre todas as cidades dos Estados da Federação, onde o povo não tem o direito de democraticamente eleger o seu Prefeito.

Defensores que somos dos direitos do povo e do regime, não podemos negar aos ludovicianos o direito sagrado e incontestável da livre escolha do seu governante, porque essa escolha representa em última análise a essência da democracia".

São, como se vê, relevantes os argumentos constantes da Justificação da Emenda, que é também subscrita por mais da metade dos Senhores membros desta Casa do Congresso Nacional o que dá uma idéia da reprobabilidade da proposição.

Com efeito não se concebe que permaneça a anomalia que se registra em São Luiz do Maranhão. Talvez seja a falta de autonomia naquela cidade o fator principal que impede o seu desenvolvimento.

Prefeito nomeado — sem mandato certo e sem prazo determinado — não tem segurança para organizar um plano de governo e executá-lo como também está desvinculado dos desejos populares porque não é do povo que cumpre os seus poderes.

Visando fazer com que a nossa Constituição seja na realidade, a mais perfeita para funcionamento do regime democrático, opinamos pela aprovação da Emenda Constitucional nº 2 — 1963.

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

A Comissão Especial para dar parecer sobre a Emenda Constitucional nº 3 — 1963, que dispõe sobre a autonomia dos Municípios, resolveu, em reunião realizada no dia 20 de maio de 1963, aprovar, por unanimidade a referida Emenda Constitucional nos termos do Parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Deputado Abelardo Jurema Deputado José Barney, Ivan Saldanha, Paulo Macrini e Wilson Chedid.

São das Comissões de Constituição e Justiça, em 20 de maio de 1963. — Deputado Abelardo Jurema, Presidente — Deputado José Barney, Relator.

SAO LIDOS E VAO A IMPRIMIR OS SEGUINTE

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Requerimento de Informações nº 334, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, informações sobre obras do D.C.T., em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

(Do Sr. Lauro Leitão)

Excmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Poder Executivo,

através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as informações seguintes:

1 — Em que data foram iniciadas as obras de construção do prédio para os Correios e Telégrafos, na Cidade de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul?

2 — Por que motivo ditas obras se encontram paralizadas?

3 — Se figura na Pauta das realizações do Ministério da Viação e Obras Públicas para o corrente ano, ou para o exercício de 1964, a conclusão das ajudadas obras?

4 — Se já foi efetivada a entrega ao dito Ministério, pela Prefeitura do Município de Santiago, no Rio Grande do Sul, de um terreno destinado à construção do prédio para os Correios e Telégrafos?

5 — Em caso afirmativo, quando pretende o Ministério dar início à construção de tal prédio?

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1963. — Deputado Lauro Leitão.

Requerimento de Informações nº 335, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, informações sobre escritórios comerciais no exterior.

(Do Sr. Antônio Feliciano)

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Poder Executivo — Ministério de Indústria e Comércio, as informações seguintes:

1) Quais os Países em que o Brasil mantém escritórios comerciais?

2) Quais os quadros de servidores, que trabalham nesses escritórios. (Pede-se a relação de todos os servidores, com a declaração de sua função, de sua situação funcional e do vencimento, inclusive quaisquer outros proventos).

3) Onde estão localizados os escritórios nas cidades em que desenvolvem suas atividades. Funcionam em prédio próprio ou em prédio locado?

4) Quanto dispense o Brasil com cada um dos escritórios?

5) Pede-se um minucioso relatório do trabalho de cada escritório nestes últimos cinco anos.

Sala das Sessões, aos 15 de maio de 1963. — Antônio Feliciano.

Requerimento de Informações nº 336, de 1963

Solicita ao Poder Executivo através do Ministério da Saúde, informações sobre o combate à malária nos vales dos rios Araguaia e Tocantins, no Estado de Goiás.

(Do Sr. Castro Costa)

Senhor Presidente:

Na forma regimental, venho requerer a Vossa Excelência se digne de solicitar ao Ministério da Saúde as seguintes informações:

a) o Ministério tem conhecimento do atual surto de malária nos vales dos rios Tocantins e Araguaia, no Estado de Goiás que está atingindo os limites de calamidade pública?

b) o órgão específico regional do ministério, em Goiás, dispõe dos recursos necessários ao combate do mal, a esta altura do exercício financeiro de 1963?

c) quais as providências tomadas até o momento, para o atendimento das populações vitimadas pelo mal?

Justificação

Há dias vem a Assembleia Legislativa de Goiás denunciando a gravidade do surto malárico verificado nos vales dos rios Araguaia e Tocantins, atin-

gindo, com as negras, cores de calamidade pública, diversos municípios goianos, inclusive e principalmente S. Miguel do Araguaia, Araguaçu, Porangatu, Amaro Leite e outros.

Os Deputados Domingos Mendes e José Teodoro Rodrigues Filho, ao ocuparem a tribuna daquela Assembleia, frisaram vários aspectos de suma gravidade, dizendo do alarmante número de óbitos diários ao longo dos cursos d'água da região. Num curto período de 24 horas, já houve ocorrência de 15 óbitos, num flagrante e entristecedor desgaste do material humano da zona atingida. Ocorre que a classe atingida é a dos lavradores, via de mal alimentada e desassistida sob todos os aspectos. Se medidas energicas não forem tomadas imediatamente, a região poderá ficar totalmente desabitada, dando o exodo de sua população.

A espécie malárica agora ocorrente nos vales do Araguaia e do Tocantins é de inusitada virulência e está tomando o roteiro norte-sul, com francas probabilidades de atingir o sul de Goiás e o Distrito Federal. Dentro de um plano de rotina não será talvez possível ao governo deter a devastação provocada pela fatal endemia.

O requerimento visa não somente alertar o Ministério da Saúde como e obredu a defender o potencial humano da zona campesina tão seriamente ameaçada.

S. S., aos 16 de maio de 1963. — Castro Costa.

Requerimento de Informações nº 337, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre o atraso de pagamentos a servidores da Rede de Viação Paraná Santa Catarina.

(Do Sr. Ivan Luz)

Excmo. Sr. Presidente:

É angustiada a situação dos inativos da Rede Viação Paraná Santa Catarina. A não receberem seus proventos parciais a cargo da União, relativos ao período julho-dezembro de 1960, no valor de Cr\$ 125.028.092,40; não receberam, também, esses mesmos proventos relativos ao período abril-dezembro de 1962, no total de Cr\$ 282.428,70; não receberam, outros 10 os aposentados e pensionistas dessa ferrovia, as seguintes vantagens da previdência social, através do IAPFESP: os valores correspondentes aos 9 primeiros meses das vantagens estabelecidas pela Lei 2.412-1964, as vantagens devidas pela Lei nº 3.531-60, quanto ao período junho de 59 a junho de 1960 e o devido pelos decretos 47.140-54 e 50.523-00.

Desesperados, já não sabem mais a quem apelar. Mas há de haver uma solução para tão grave descumprimento por parte da União, de seus deveres mais elementares para com aqueles que, a duras penas, deram toda sua atividade, enquanto válidos, ao seu serviço.

Requeiro, através da Mesa, informe S. Excmo. o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social o estado da questão, tratada pelo Proc. MTPS — 132.347-02. — Sejam solicitadas informações, também, de S. Excmo. o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, no sentido de esclarecer a situação atual do processo que trata do numerário indispensável ao pagamento dos proventos dos inativos referidos, relativos ao período abril-dezembro de 1962.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1963. — Ivan Luz — Deputado Federal.

Requerimento de Informações nº 338, de 1963

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, informações sobre a SUPRA.

(Do Sr. Armando Falcão)

Senhor Presidente,

Invocando a Constituição, a Lei de Responsabilidade e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro oficie a Mesa ao Ministro de Estado da Agricultura, solicitando-lhe informar, relativamente à Superintendência de Política Agrária ("SUPRA"):

1º) Se é verdade que foi transferida do Serviço Social Rural para a Caixa Econômica Federal em Brasília, à ordem do Sr. João Caruso, Presidente do Conselho de Administração da Superintendência de Política Agrária ("SUPRA"), a quantia de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros);

2º) Na hipótese afirmativa, que parcelas dessa quantia foram gastas, até a data da informação, indicados o montante discriminado da despesa, a data e a natureza desta, bem assim o nome do respectivo favorecido;

3º) Se é verdade que a "SUPRA" comprou aviões "Piper-Azteca" à firma "Molortec", ao preço de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), cada aparelho; na hipótese afirmativa, quantos aviões adquiriu, em que data, e quais as suas características técnicas, operacionais e outras.

Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1963. — Armando Falcão.

PROJETO APRESENTADO

Projeto nº 336, de 1963

Altera o Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, que regulamentou a aplicação do art. 74 da Lei número 3.700, de 12 de julho de 1960 (Lei de Classificação de Cargos).

(Do Sr. Otávio Brícola)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Na relação de cargos constante do art. 1º do Decreto nº 5.0562, de 8 de maio de 1961, inclua-se:

"Técnico de Contabilidade — 23%".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir de 8 de maio de 1961, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

O Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, incluiu entre os funcionários de nível universitário os Contadores, Assistentes Sociais, Enfermeiros e outros, omitindo os Técnicos de Contabilidade, que por força das leis em vigor tiveram, a partir de 1949, denominação diferente, embora lhes fossem assegurados todos os direitos e prerrogativas dos antigos contadores ou guarda-livros. Não se justifica essa omissão, pois os atuais Contadores do Brasil são os Técnicos de Contabilidade, elementos preparados para desenvolver todo o mecanismo técnico de uma contabilidade seja de qual for o ramo.

Brasília — Sala das Sessões, 1º de abril de 1963. — Otávio Brícola.

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Seção de Comissões Permanentes)

DECRETO Nº 50.562 — DE 8 DE MAIO DE 1961

Regulamenta a aplicação do art.

74 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Aos funcionários do Poder Executivo da União que ocupam cargos de denominação a seguir indicadas será concedida, na forma do art. 74 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, uma gratificação especial de nível universitário nas percentagens mencionadas:

Table with 2 columns: Position and Percentage. Includes: Advogado de Ofício (25%), Antrônólogo (20%), Arquiteto (25%), Assessor de Direito Aeronáutico (25%), Assistente de Ensino Superior (15-25%), Curso de 3 anos (15%), Curso de 4 anos (20%), Atuário (20%), Botânico (20%), Cirurgião-dentista (15%), Comissário de Polícia (25%), Consultor-jurídico (25%), Contador (20%).

(Coleção das leis de 1961 — Volume IV — Ato do Poder Executivo — Decretos de abril a junho, pag. nº 144 — T.N. de 1961).

IV — O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o Sr. Geraldo Mesquita, para uma comunicação.

O SR. GERALDO MESQUITA:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na sua edição do dia 18 do corrente, o "poderoso" matutino O Estado de São Paulo, em comentário que lerei final desta comunicação, investiu duramente contra os parlamentares da Amazônia, taxando-os de "políticos, dilapidadores da unidade nacional, sempre prontos a apontar São Paulo como responsável pelo atraso do Norte e Nordeste". Diz O Estado, arrebatando série de impropriedades, "que o problema fundamental da Amazônia e de outras áreas-problemas do País é antes de tudo, a falta de homens íntegros e capazes que os representem na Câmara Federal e no Senado". Deveria ter dito áreas subdesenvolvidas...

Observem, Senhores Deputados, a insolência contida nessas afirmações. Analisem o deslante com que um jornal poderoso investe contra modestos representantes, de duas regiões geográficas do Brasil, na Câmara e no Senado qualificando a todos de desonestos, sem fazer exceção. Contra modestos representantes que não dispõem de cobertura da imprensa, do rádio e da televisão, porque não podem chegar até esses veículos de divulgação...

Isso é o cúmulo!

O comentário, leviano e altamente ofensivo a todos os parlamentares que, nesta Casa e no Senado, representam as unidades federadas do Norte e do Nordeste do País, veio a propósito de discurso proferido pelo nobre Deputado amazonense Burlamaqui de Miranda, quando se comemorou, aqui, o "Dia do Seringueiro", pária que se

mata, nas selvas, para enriquecer as fábricas das pneumáticas.

Nem de longe, no seu discurso, pronunciado, com imensa emoção, com muito sentimento, o Deputado Burlamaqui pretendeu, pondo em evidência o abandono a que tem sido relegada a Amazônia, ofender o grande Estado bandeirante, insultar o admirável povo paulista, pois essa atitude importaria em imperdoável desatino, em rematado absurdo. O que pretendeu atacar, isso sim, foram os tristes vorazes que controlam as indústrias utilizadoras de matérias-primas oriundas do vale esquecido, especialmente a insaciável indústria de artefatos de borracha! E foi por isso, tão-somente, que "O Estado de São Paulo", provando que é bom advogado das empresas imperialistas que exploram miseravelmente nosso País, nos insultou grosseiramente, perdendo, de todo, a compostura.

É claro que o "valente" jornal não quis defender o Estado-líder da Federação brasileira, nem o povo paulista, os quais, de resto, não foram atacados. Defendeu, não há dúvida, os tristes, responsáveis pela prosperidade da poderosa empresa jornalística.

Lê-se, a certa altura do citado comentário, o seguinte: "De acordo com dispositivo constitucional, a União é obrigada a despende, anualmente, na valorização da Amazônia, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária. Pois bem, em 1962, essa percentagem elevou-se a cerca de 13 bilhões de cruzeiros, dos quais nada menos de 6 bilhões provieram da contribuição de São Paulo para os cofres do Governo Federal".

Ora, na verdade, menos de um quinto do montante dos recursos devidos à Amazônia, por força daquele dispositivo constitucional, foi pago à SPVEA, desde a instalação desse órgão! Do corrente exercício por exemplo, ao que estou informado, nada foi pago, até a nomeação do novo Superintendente, faz poucos dias.

Enquanto isso ocorre, bilhões e bilhões têm proporcionado aos tristes instalados em São Paulo, isenções de impostos e taxas de importação, bem assim câmbio-favorecido. Esses bilhões, se cobrados fossem e empregados na Amazônia, bem outro seria o quadro observado naquela região, que traz, aqui, por intermédio dos seus humildes representantes, sua angustiada mensagem ao Brasil.

Pena é que o Estado não possa compreender nossa mensagem, porque não entende e não gosta da mensagem dos espolhados.

O comentário a que me venho referindo é o que passo a ler:

"SAO PAULO, "INIMIGO COMUM"?"

E das mais lamentáveis, por ser antes de tudo altamente lesiva aos interesses maiores do País, a hostilidade com que alguns de nossos homens públicos frequentemente investem contra São Paulo. Ainda há poucos dias, o governador da Bahia, Sr. Lomanto Junior, teria dito, numa conversa com o Sr. Presidente da República, estar disposto a empunhar um fuzil para reaver verbas pertencentes ao seu Estado, levadas para São Paulo ao que o Sr. João Goulart retrucara imediatamente declarando-se desejoso de ver um dos soldados nessa marcha contra o Estado mais próspero da Federação. Mesmo que esse diálogo se tenha entabulado em tom informal, como posteriormente foi anunciado, ele não deixa de refletir, de um lado a levianidade de nossos governantes, ao tratarem descomedidamente sob a forma de "blague" de um assunto que envolve as relações entre Estados Irmãos, e de outro o indistintulado sentimento regionalista que envenena lentamente aquilo que de mais pre-

cioso há para o povo brasileiro, o seu sentimento de unidade, preservado no decorrer de séculos pelo esforço e pelo sacrifício de nossos antepassados.

Tais cuteladas, que outra coisa não fazem senão enfraquecer os laços que nos irmanam, foram antecorrido novamente desferidas da tribuna da Câmara Federal contra São Paulo, sob pretexto de que no "dia do seringueiro" o que importa é demonstrar que este Estado se enriquece às custas do Amazonas, cujas matérias-primas, enviadas para o Sul, retornam depois de industrializadas pelos preços que os homens de empresa bem entendem cobrar.

Não pretendemos, no breve espaço de um comentário, arrolar todos os argumentos que detam por terra, com a maior facilidade, essas lamentáveis e impatrióticas verinas de políticos frustrados do Norte e do Nordeste, mas pretendemos que a opinião pública do País tome conhecimento de apenas um índice, bastante expressivo para que se julgue como funcionam as "ventositas paulistas aplicadas no resto do Brasil". De acordo com dispositivo constitucional, a União é obrigada a despende, anualmente, na valorização da Amazônia, quantia nunca inferior a 3% de sua renda tributária. Pois bem, em 1962, essa percentagem elevou-se a cerca de 13 bilhões de cruzeiros, dos quais nada menos de 6 bilhões provieram da contribuição de São Paulo para os cofres do governo federal. Eis aí uma pequena amostra do sentido em que se desenvolve o esforço do "inimigo comum" de vinte e um Estados e do Distrito Federal.

Os políticos dilapidadores da unidade nacional estão sempre prontos a apontar São Paulo como responsável pelo atraso do Norte e do Nordeste, mas nenhum deles se lembra de explicar o destino das vultosas quantias anualmente enviadas para a valorização das unidades mais pobres da Federação. Todos conhecem, por exemplo, o ninho de manobras políticas indecorosas e de imoralidades administrativas em que encarregado de aplicar as verbas públicas federais na Amazônia, inclusive aquelas obtidas graças à contribuição de São Paulo Assim, antes de se lançarem contra os que generosamente contribuem para a erradicação da miséria em seus Estados de origem, esses políticos estão na obrigação moral de explicar por que esses recursos são sistematicamente dilapidados. Não o fazem, porém, pois se assim procedessem ficaria evidenciado que o problema fundamental da Amazônia e de outras áreas-problemas do País é, antes de tudo, a falta de homens íntegros e capazes que as representem na Câmara Federal e no Senado.

"O Estado de São Paulo" deveria fazer uso dessa valentia era para lutar pelas reformas de base tão reclamadas pelo povo brasileiro. Pela Reforma Agrária, pela Reforma Tributária, pela Reforma Eleitoral, pela Reforma Bancária Progressista. Deveria usá-la para lutar pela Reforma da Constituição, para que se nosa fizesse uma Reforma Agrária decente. Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente (Muito bem, Palmas).

O SR. JOSÉ CARLOS GUERRA: (Para uma comunicação) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, quero trazer ao conhecimento da Casa o recebimento de telegramas da Associação Comercial de Bom Conselho, da Associação Rural e do Prefeito do Município, solicitando nossa interferência junto ao Sr. Presidente da República no sentido da inauguração da Agência

do Banco do Brasil local, pois o retardamento do início dos trabalhos do referido estabelecimento grandes prejuízos está ocasionando à lavoura, uma vez que os agricultores carem urgentemente de financiamento, a fim de fazerem face à estação invernos.

Pede-me também o Deputado João Novais, representante do Município de Floresta na Assembleia Legislativa do meu Estado, encareça, junto a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Brasil, se instale naquele município mais uma Agência do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, toda a Casa conhece o meu pensamento a respeito do problema agrário e não seria nos cinco minutos de um Pequeno-Expediente que poderia declinar meu ponto de vista sobre a matéria. Tenho a posição, a mais decisiva, favorável à emenda constitucional para que se realize dita reforma. Ao abordar o assunto, cumpre enumerar os objetivos principais que devem ser considerados de início para elaboração de qualquer projeto sério de reforma agrária — o problema terra e o problema homem, ao lado dos quais é mister citar a assistência técnica e creditícia ao homem do campo, o agrônomo e o veterinário para auxiliar o agricultor no cultivo da terra e no trato do gado, o crédito fácil a qualquer agricultor.

Sr. Presidente, desde logo, faz-se necessário tome o Governo a medida preliminar de levar o crédito, o Banco do Brasil aos recantos mais longínquos do Nordeste, especialmente de Pernambuco. Todos sabemos que, em Pernambuco e no Nordeste, a situação atual é das mais difíceis, notadamente sob o aspecto social. Neste momento, quando a classe lavoureira, quando os homens explorados por latifúndios impudentes oferecem condições de vida para os trabalhadores, quando essa gente se organiza em sindicatos rurais e em ligas camponesas para exigir dos governos e das classes dominantes maior atenção, torna-se immanente lhe fornecer o Governo crédito fácil, através do Banco do Brasil, que a habilite a comprar sementes e adubo. Todos nós sabemos que 83% dos nordestinos que emigram para o sul do país são pequenos proprietários, pois lhes faltam meios para cultivar a terra em condições econômicas. Penovo, portanto o meu voto para que o Sr. Presidente do Banco do Brasil leve as agências do Banco não somente a Bom Conselho e Floresta, mais outras cidades do Nordeste, mas também a Pernambuco. (Muito bem, Palmas).

O SR. ANTONIO ANIBELLI:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, foi com dúvida nenhuma, motivo de justificada honra para nós, paranaenses, a visita realizada no dia 5 do corrente pelo Presidente da República, Dr. João Goulart, à Fábrica Kabilin, na Cidade de Monte Alegre, para inaugurar a maior máquina de fabricação de papel de imprensa existente na América Latina. Esta obra, que teve no Presidente Vargas um incentivador entusiasta, está localizada numa zona absolutamente rural, significando que as grandes indústrias podem se localizar no interior do País, e fora das áreas industrializadas, com as mesmas possibilidades de êxito. Iniciando suas atividades do novo mercado, a Fábrica Kabilin de Monte Alegre, no meu Estado, está hoje em condições de abastecer todo o País, não só no que se refere ao papel de imprensa, como também ao papel para outras aplicações, representando uma economia de divisas da ordem de 25 milhões de dólares anuais. E assim caminhamos para a emancipação econômica da Pátria. O Brasil, ainda há pouco tempo, dependia da importação de celulose para a fabricação do papel, invertendo grandes somas. Hoje, isso não acontece mais. Disse bem o Presi-

Senhor João Goulart, no seu patriótico discurso em Monte Alegre, quando afirmou: "De agora em diante, poderemos dizer com orgulho que estamos nos libertando da importação de um amálgama prático não necessária para o desenvolvimento econômico e cultural da Nação". E, continuando: "é necessário contudo, que a produção de madeira e papel em larga escala, que o Brasil está agora apto a empreender, seja acompanhado de trabalho de reflorestamento contínuo e sistemático, para que, ao invés de devastação dos imensos pinheirais, possamos transmitir aos nossos filhos e aos netos, nestes um patrimônio florestal abundante mais rico e vicejante". Tem razão o Presidente João Goulart.

A República Argentina há mais de dez anos promove o plantio racionalizado de pinheiros na sua região de fronteira, preparando-se para intervir naturalmente no mercado internacional como seria competidora do Brasil e, em particular, do Estado do Paraná, seu maior produtor, enquanto nos Estados do desmatamento insensibilizado sem reflorestamento, destruindo, como consequência, esta enorme riqueza que a natureza prodigiosa nos legou e que naturalmente poderia nos trazer falta a verdade é, Sr. Presidente e Sr. Deputados, que já estamos nos tornando auto-suficientes e a Fábrica de Monte Alegre é uma evidência. Com mais este exemplo dignificante de trabalho do Paraná e do Estado do Rio Grande do Sul, a nossa pátria está se emancipando economicamente. E não. (Muito bem, Palmas).

#### O SR. EUCLIDES TRICHES:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, há aproximadamente um mês esteve nesta tribuna para trazer ao conhecimento da Casa a maneira como havia sido tratada a vitivinicultura brasileira na última reunião da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, realizada na cidade do México. Denunciava eu que, naquela reunião, os delegados brasileiros haviam feito concessões exageradas aos vinhos argentinos, chilenos e uruguaios, com grande prejuízo para a vitivinicultura do nosso País. Pensava eu naquela época, que essas concessões tivessem sido feitas para beneficiar a indústria do centro do País que, precisando exportar os seus produtos, estivesse disposta a negociar a troca com os vinhos produzidos naqueles países do Prata. Porém, informações mais recentes dizem que o comportamento dos nossos delegados, na Cidade do México, foi tal que desgozou também os industriais brasileiros. E a prova disto, Srs. Deputados, é que, naquele Conclave, foram feitas à Argentina 752 concessões; e recebemos em troca apenas 159. Ao México dizem 572 concessões; e recebemos em troca 437. Com o Peru o caso foi bem mais grave; demos 752 concessões também; e em troca recebemos apenas 156. Isto vem mostrar que os delegados que o Brasil enviou ao conclave do México para resguardar os seus interesses, na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, não tiveram a altura de suas funções.

Sou francamente favorável a essa Associação Latino-Americana. Entendo que se um caminho existe para a redenção econômica da América Latina, será, sem dúvida alguma, este a que chamamos de Mercado Comum Americano. Vejamos; se conseguirmos somar o minério de ferro e o manganeso do Brasil com o petróleo da Venezuela e do México, com o minério de estanho da Bolívia, com o minério de cobre e o salitre do Chile, com a lã da Argentina e do Uruguai, teremos formado, nesta parte do Globo, um dos maiores grupos econômicos que já se viram. Tudo isso se unirmos esses países em torno de um mercado comum, à semelhança do Mercado Comum Europeu.

Apelo, por conseguinte, calorosamente, as manifestações do Presidente da República, quando de sua visita ao Chile e ao Uruguai, ocasião em que externou seu propósito de fortalecer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, entendendo que nela está a solução dos graves problemas da América Latina. Penso dessa forma e dou meu caloroso apoio ao Sr. Presidente da República.

Entendo, porém, que os nossos delegados encarregados de defender os nossos interesses nos diferentes comitês e de estabelecer as listas de mercadorias na ALAC, devem ser homens conhecedores dos nossos problemas. O que tem acontecido até agora é uma rivalidade fútil entre os diferentes Ministérios, disputando prestígio, sem ouvir as forças realmente produtoras do Brasil. Daí termos lido absurdos como o que aconteceu na Cidade do México o qual, além de desgastar toda a vitivinicultura brasileira, criou uma das maiores ameaças a esse poderoso setor da nossa produção, do qual dependem direta ou indiretamente mais de 300.000 pessoas, em virtude das concessões que acabo de citar.

Por isso, desejo alertar o Sr. Presidente da República, no momento em que S. Ex.<sup>a</sup> está empenhado no propósito de fortalecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio para a importância dos homens que devem ser mandados, na qualidade de nossos delegados, a fim de que possam bem defender os nossos interesses, nas diferentes reuniões que serão realizadas por aquele organismo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. MUNIZ FALCÃO:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, a imprensa do País vem alardeando, nestes últimos dias, frequentes notícias acerca do projeto de aumento do funcionalismo civil e militar.

Ainda os jornais de hoje, inclusive o "Correio Braziliense" desta capital, publicam uma nota segundo a qual a Comissão Especial designada para estudar a referida proposição estará reunida na tarde de hoje, a fim de apreciar as emendas apresentadas, das quais 600 já teriam sido consideradas impertinentes por esse órgão técnico, que se reuniu no último sábado, e 200 apenas foram aceitas. Por outro lado, segundo o aludido órgão, o Sr. Oliveira Brito relatará nas próximas 24 horas o projeto e as respectivas emendas, pois a proposição deverá voltar a plenário, para discussão e votação, até a próxima sexta-feira.

O Sr. Magalhães Melo — A reunião foi clandestina.

O SR. MUNIZ FALCÃO — Ora, Sr. Presidente, não sei a quem atribuir o fornecimento de tantas notícias, por vezes contraditórias, e que estão, em verdade, pondo em pânico a honrada e laboriosa classe do funcionalismo federal.

Até este instante posso dar o meu testemunho de que a comissão especial, nomeada por esta Egrégia Casa, para examinar a matéria, apenas se reuniu duas vezes: a primeira, para efeito de instalação dos nossos trabalhos; a segunda a fim de ouvir, se exposição do eminente Sr. Santiago Dantas, a respeito dos recursos reclamados pelo Governo, para o atendimento dos encargos que recairão sobre os cofres da União, com a aprovação do Projeto nº 136-63.

Se houve alguma outra reunião, Sr. Presidente, como bem disse o Deputado Magalhães Melo, foi clandestina. Ainda hoje, à hora do almoço, tive a informação de que estiveram presentes vários componentes da Comissão Especial do Gabinete do eminente Líder da Maioria,

Deputado Oliveira Brito, porém em caráter informal.

Isto, porém, não configurar uma reunião da Comissão, que não foi convocada. Seria, quando muito, um encontro para troca de idéias. Posso declarar que, pelo menos o orador que está falando neste instante, o Deputado Garcia Filho e o Deputado Luiz Magalhães, não compareceram na manhã de hoje à sala onde funciona a liderança da maioria.

Venho, portanto, à tribuna, para fazer um apelo ao eminente Presidente da Comissão Especial, Senhor Deputado Pedro Aleixo, a fim de que convoque desde logo o referido órgão, para que não continuem os funcionários ao sabor dessas fútilas, dessas intrigas que, de certo modo, estão provocando receios, como já disse, no seio dessa honrada e laboriosa classe. Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. GIL VELOSO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, devo também, como modesto suplente na Comissão de Aumento, deixar registrado meu protesto contra essas reuniões clandestinas que se estão realizando no recinto desta Casa para examinar o projeto há pouco citado, que se reveste de alta importância.

A propósito, devo também fazer algumas considerações em torno da situação de grande número de funcionários federais que estão dependendo de readaptação. Existem, atualmente, no DASP, milhares de processos de readaptações de funcionários espalhados por todo o Brasil. Esses processos são resultados de preceitos contidos na regulamentação da Lei apontada, refulgindo, portanto, uma aspiração legítima dos servidores. Há dois anos tais processos estão paralisados nas gavetas do DASP e diariamente chegam novos volumes, sem que aquele órgão tome providência concreta no sentido de atender aos pedidos. Estranhamente, os raros pedidos de readaptação despachados pelo DASP e publicados no "Diário Oficial" com pareceres favoráveis são de servidores do próprio DASP.

Tenho aqui a denúncia de um caso ocorrido no Espírito Santo. O DASP já readaptou todos os seus funcionários, inclusive um cidadão recém-chegado ao serviço público, que fora admitido como motorista, logo após efetivado e, em seguida, readaptado no elevado e destacado cargo de oficial de administração, nível 14. O projeto originário do Poder Executivo, que visa conceder ao funcionário melhores condições de vida, no seu Artigo 23 tenta postergar mais ainda o prazo desta readaptação, jogando-o para um ano após a ulimção do trabalho legislativo referente à reforma administrativa. Isto, Sr. Presidente, além de revoltante, é um absurdo, motivo por que comunicamos à Casa que iremos defender, na Comissão Especial que estuda o aumento, a emenda que já apresentamos à Mesa, no sentido de forçar, impor essa readaptação, que de há muito tempo se faz mister.

E, para concluir, Sr. Presidente, passando a outro assunto, quero me congratular com a instalação, no meu Estado, o Espírito Santo, da Seção Regional da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, ocorrida em abril último, a qual obedece à presidência de um dos servidores públicos mais destacados do meu Estado, o Dr. Wilton Martins Vieira. (Muito bem).

#### O SR. CAMPOS VERGAL:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de a nossa democracia ser cristã, a civilização cris-

tã e a tradição cristã, o açúcar está sendo vendido aqui, em Brasília, a 115 cruzeiros o quilo. No Rio não há açúcar. Em São Paulo também não há e o que está aparecendo agora está ao preço de 110 cruzeiros em alguns lugares e 103 cruzeiros em outros.

Sr. Presidente, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o responsável por esta situação, vem sendo inútil, vazio, político, inoperante, antipopular, anti-humanitário e outros "anti". Se fosse enumerar, iríamos longe. Devíamos cassar os direitos de funcionamento desse Instituto.

Sr. Presidente, o açúcar é indispensável à alimentação pública. O povo não pode pagar nem Cr\$ 100,00 o quilo. O pior é que, além da exploração vergonhosa de um grupo poderoso de usineiros, mancomunados — e nem mais são mancomunados, são pedicunados, explorado-comunados — não há liberdade de plantação e de fabricação. Inúmeros lavradores querem produzir açúcar e não o conseguem. A turma dos exploradores, sob a bandeira desse cristianismo mentiroso de tradição, esse cristianismo, não permite a fabricação de açúcar. Por exemplo, em São João da Boa Vista, existe uma usina antiquíssima, com mais de cem anos. O velho lavrador vem lutando há 3 anos para ver se consegue transformar suas instalações em uma usina moderna, para fabricar açúcar em quantidade para toda aquela zona. Não o consegue. Os lavradores daquela zona estão ansiosos para plantar cana afim de a usina poder produzir açúcar de diferentes tipos. Pois bem; o Instituto nega terminantemente essa autorização, que preferindo ficar ao lado dos potentados do açúcar! Para quem apelar?

Enquanto isto os jornais anunciam: "O açúcar vai custar mais caro em maio". Adiante: "Sonegação de mais de 20 mil toneladas de açúcar". Mais adiante: "Embaixador quer modificação na política açucareira", etc.

Sr. Presidente, não precisamos ir mais longe. O que está havendo é falta de honestidade, e falta de espírito público. Não digo que o Sr. Presidente da República faça intervenção direta no Instituto, mas que se faça alguma coisa. Não se trata de loja de bric-a-brac, não se trata de perfumaria, não se trata de objetos de luxo de adornos, e sim de um elemento indispensável em todos os lares. É um crime que se está praticando, é um abuso ilimitado. Por que, pergunto eu, não se permite a plantação de cana livremente? Por que não se permite a produção de qualquer tipo de açúcar livremente para acudir as necessidades públicas?

Sr. Presidente, entrarei estes dias com um projeto de lei mandando dissolver, como medida de salvação pública, esse infeliz, malogrado e fracassado Instituto do Açúcar e do Alcool, anulando assim todas as medidas, as portarias, as proibições, que ele vem lançando, periodicamente, todas elas protegendo os produtores atuais, já "econômica e politicamente" incluídos nos quadros do I. A. A..

Ao terminar leio um requerimento do operoso vereador Sr. José Peres Castellano, de S. João da Boa Vista, focalizando o assunto".

"Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal

São João da Boa Vista

INDICAÇÃO Nº 84

O ver. signatário reclama da Casa e envia, urgente, aos Exmos. Srs. Presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal; Mi-

nistrô da Fazenda e Agricultura; e Deputado Campos Vergal, do seguinte ofício:

"Quando toda a comunidade brasileira, inclusive a deste Município vivem a esperança de que a determinação do Governo Federal era a contenção dos preços, notadamente das mercadorias indispensáveis à mesa de todos os cidadãos, como um golpe impiedoso, deconcertante, se anuncia a elevação do preço do açúcar para mais de *Sextenta Cruzetões* o quilo."

Não é possível crer-se que isso seja cogitação do Governo Federal, tão prestigiado pela esperança de que se conseguiria impedir o prosseguimento do desespero de milhões de lares brasileiros.

Confiados na decisão de Suas Excelências, de impedirem o aumento do Custo de Vida, esperamos não se processe a alteração do preço do Açúcar, mercadoria tão precisa a todos.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1963.

**O SR. PAES DE ANDRADE:**

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados no momento em que se agita o problema da reforma agrária, o Ministério da Agricultura, no Nordeste, encontra-se com seus serviços completamente parados, com os campos de promoção agropecuária transformados em autênticos, em verdadeiros latifúndios. E é na área conturbada do Nordeste que os serviços desse Ministério apresentam aspectos verdadeiramente calamitosos. Em virtude da retenção abusiva de créditos e das liberações tardias de suas verbas, instaurou-se o regime da exploração do homem pelo homem nos próprios campos do Ministério da Agricultura onde o Governo vem sendo substituído por fornecedores e agiotas que exploram impiedosamente servidores e operários.

Sr. Presidente, nesta hora histórica, nesta hora decisiva, sobretudo para os que trabalham para os que mourejam nos campos, o Ministério da Agricultura deveria ser na verdade o executor de uma política agrária e agrícola no País. No entanto, o que nos oferece este quadro triste e desolador, por culpa talvez dessa máquina administrativa emperrada, obsoleta, especializada na prática da mais danosa, da mais nefanda execução orçamentária.

Desejo, Sr. Presidente nesta oportunidade, encaminhar à Mesa requerimento de informações dirigido aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, visando nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

"O Deputado infra assinado, de acordo com o artigo 102, inciso IV do Regimento Interno e, em face da extrema carência de recursos em que se debate o Nordeste para amparar a agricultura, e:

Considerando que tal deficiência se manifesta hoje de modo calamitoso especialmente na área do Ministério da Agricultura, cujos serviços estão praticamente parados por força de retenção abusiva e liberações tardias de créditos;

Considerando que o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, na Síntese publicada no ano passado pela Presidência da República, condenou esse procedimento como favor que vem provocando graves danos à ação governamental no campo das pesquisas e do fomento agrícola;

Considerando que a mesma situação persiste e se agrava profundamente em face das práticas

obsoletas de execução orçamentária e, conseqüentemente transformam-se os campos do Ministério da Agricultura em autênticos latifúndios, não por culpa dos seus dedicados e competentes agrônomo, mas por inércia administrativa dos que distribuem recursos financeiros;

Considerando ainda, que apesar do compromisso assumido no referido Plano para correção de tais déficits, a administração rotineira de interesse fazendário insiste nos hábitos obsoletos, contrariando o mesmo impedindo a reestruturação do Ministério da Agricultura, instituída pela Lei delegada nº 9 de 11 de outubro de 1952;

Considerando que, neste momento em que se agita o problema da reforma agrária, o Ministério da Agricultura vem sendo impedido de funcionar, pois, como é notório, os campos oficiais da promoção agropecuária e de outros setores do Ministério se acham em grande parte mais abandonados do que sítios e fazendas particulares;

Considerando mais que, os impositivos financeiros sem atendimento a ordem econômica e social, especialmente na área conturbada do Nordeste, face à retenção de recursos orçamentários, não concorrido e colaborado para manter a exploração do homem pelo homem nos próprios campos oficiais, pois o Governo desde muito vem sendo substituído por fornecedores agiotas que exploram servidores e operários;

Considerando que fatos desta ordem foram publicamente levados ao conhecimento do Senhor Ministro da Agricultura, por ocasião da reunião dos Delegados Federais de Agricultura em Recife, mediante memorial que apresentaram ao seu digno e honroso Ministro, o Engenheiro José Ermirio de Moraes que se prontificou a tomar as providências reclamadas pelos técnicos para que o Ministério da Agricultura se torne realmente o órgão executor da política agrícola e agrária do País;

Considerando, finalmente, os danos morais e materiais que incidem sobre a Nação Brasileira, em face das ocorrências citadas, requer assim, mandar ouvir os Senhores Ministros da Agricultura e Ministro da Fazenda sobre as indagações seguintes:

1º Quais os motivos da retenção de créditos e de suprimentos aos serviços do Ministério da Agricultura nos Estados do Nordeste?

2º No ano passado, em que data foram distribuídas as verbas orçamentárias, inclusive suprimentos aos serviços do mesmo Ministério?

3º Que providências foram ou estão sendo adotadas para a liberação dos recursos financeiros em face da crítica feita pelo Plano Trienal nos cortes e retenções indiscriminadas no campo das pesquisas e do fomento agrícola, constituindo segundo revela o referido Plano oficial do Governo, "práticas de execução orçamentária, alheias totalmente às características de tais serviços?"

4º A Lei nº 4.120, de 27 de agosto de 1962 determinou no Orçamento do ano passado um corte de 40% que deveriam ser pagos em 1963, conforme determina o seu artigo 3º. Que providências estão sendo acaso tomadas para o cumprimento daquela obrigação e assim, quais os critérios que seriam adotados pelo Ministério da

Fazenda e pelo Ministério da Agricultura, no tocante à distribuição e liberação dos recursos resultantes do mencionado saldo?

5º Tendo a Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1952 criado as Delegacias Federais de Agricultura nos Estados, achando-se já nomeados os Delegados, que providências foram adotadas em relação aos recursos financeiros de que estas necessitam para a sua instalação e funcionamento?

6º Ainda, como é do conhecimento geral a liberação das verbas e distribuição de créditos e suprimentos aos serviços do Ministério da Agricultura somente se fazem em relação aos Estados do Nordeste depois de passadas as chuvas e épocas de cultivo; indaga-se sob que modalidade de financiamento funcionam os campos oficiais, Postos Agropecuários e outros serviços na Região e que providências estão sendo adotadas para cobrir o funcionamento, irregular das dependências do aludido Ministério?

7º Face ao Plano de Retenção de Recursos, que instruções financeiras ou técnicas foram baixadas e encaminhadas pelos órgãos responsáveis do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura, no sentido da autorização ou controle de despesas e de modo a evitar mesmo prejuízos de ordem patrimonial?"

shrdlu etoai shrdl emfpyk shrdlu frz Era o que deseja dizer. (Muito bem).

**O SR. ADAHIL BARRETO:**

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias tive ocasião de fazer parte, no Rio de Janeiro, de um programa de televisão sobre desastres aéreos em nosso País, programa este que alcançou na Guanabara a mais ampla repercussão.

Não pretendo, Sr. Presidente, neste instante, focalizar aqui o angustiante problema da aviação civil brasileira, nem os crimes que em torno dela se cometem, provocando tantos desastres que roubam vidas preciosas. Voltarei qualquer dia destes à tribuna, para, com mais profundidade, focalizar este assunto.

Hoje, o que quero, servindo-me do prestígio desta tribuna e deste microfone, é advertir a poderosa companhia de aviação VARIG de que não deve cometer injustiça e a iniquidade de demitir um graduado funcionário seu, só pelo fato de ter comparecido a aquele programa de televisão a que acabo de me referir.

Com efeito, Sr. Presidente, além do Deputado que fala neste instante compareceram a aquele programa da TV Tupi o piloto de Caravelle da VARIG, o Sr. Paulo de Melo Bastos, e o piloto da Panair, o Sr. José Santana. A Panair do Brasil — honra lhe seja feita — não demonstrou desgastado algum, nem hostilidade ao seu piloto que compareceu ao programa, mas a VARIG está ameaçando, segundo é do meu conhecimento de demissão sumária o piloto de Caravelle Paulo de Melo Bastos, só pelo crime de ter comparecido a aquele programa. Respondeu-me a esta única pergunta:

"Por que, nos desastres ocorridos no Brasil, sempre os pilotos eram considerados culpados, segundo as conclusões das comissões de inquérito?" O Sr. Paulo de Melo Bastos declarou que o piloto brasileiro era tão bom quanto o de qualquer nação do mundo; o que acontecia é que os pilotos estavam mortos e as Comissões de Inquérito do Ministério da Aeronáutica

tinham essa saída muito cômoda de jogar sobre eles a culpa, quando não podiam mais defender-se.

Pois bem, Sr. Presidente, só por ter dito isso, está sendo ameaçado de demissão, pela VARIG, Paulo de Melo Bastos, que é Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Presidente do Conselho Fiscal do Sindicato Nacional dos Aeronautas, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos e membro da Confederação Geral dos Trabalhadores. Trata-se, pois, de um líder sindical que tem, inclusive, pela legislação trabalhista, imunidades para falar em nome de sua classe, para dar sua opinião, respeitável como a de qualquer outro brasileiro.

Deixo aqui, Sr. Presidente, uma advertência à grande e poderosa VARIG, para que medite no que vai fazer e não se apresente aos olhos do povo brasileiro como uma companhia odienta que persegue e demite seus funcionários, pelo único crime de comparecer a um programa de televisão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

**O SR. LYRIO BERTOLLI:**

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo fazer à Casa uma comunicação que, apesar de pequena, não deixa de ser importante.

Tenho recebido inúmeras cartas do interior do meu Estado, entre elas uma assinada pelos Srs. Luiz Carlos Corrêa da Costa e Antônio Fregulira, e da qual leio o seguinte trecho:

"Nobre Deputado, V. S. sabe perfeitamente que Formosa D'Oeste é uma cidade eminentemente agrícola. Atualmente atravessamos uma crise econômica muito séria, pois os cereais que produzimos não têm preços. Cereais existem, mas os lavradores passam penúria, pois os intermediários se propõem a comprar as safras a preços humilhantes e extorsivos.

Milho: Cr\$ 250,00 a saca (60kg); feijão a Cr\$ 2.000,00 a saca; arroz em casca Cr\$ 2.000,00 a saca (60kg) e assim por diante...

É um paradoxo: abundância e pobreza caminhando "paripassu". Há produção, mas não há preço.

Nosso Município representa uma vasta gleba dividida em pequenos lotes, que variam de 1 (um) alqueiro a 10 (dez) alqueires. Praticamente, assistimos aqui a uma verdadeira reforma agrária extraoficial, sem a participação do Governo.

Disponho, hoje, de cerca de trezentos mil (300.000) sacas de milho na iminência de ficarem inutilizadas.

O Banco do Brasil se comprometeu, desde dezembro p.p., a comprar o milho a Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta) a saca. Já estamos em abril e a agência daquele Banco — que já se encontra criada, mas não instalada — em Cascavel, ainda não pôs em prática aquele plano estabelecido e divulgado.

Permita-me sugerir a Vossa Senhoria para lutar na Câmara Federal para que o Governo providencie — Em Caráter de Urgência — uma medida para solução do problema, sem o que pereceremos".

Sr. Presidente, fiz há dias um discurso a respeito e não sei o que mais possa fazer. É verdade. O Nordeste perece de fome e o sul do país perece, economicamente, por excesso de produção. O povo só ouve falar em golpes, pressões, revolução; reforma

agrária, distribuição de terras, estímulo ao aumento da produção etc.

Ora, Sr. Presidente, no caso de uma revolução, seria oportuno perguntar: Quem contra quem, Senhores Deputados? Quisita-se o comércio, a indústria, o operário, os homens do campo. Todos eles e mais o Exército e o Governo estão dispostos a lutar pelo bem da-Nação.

Sr. Presidente, não vou fazer comentários, por enquanto. *(Muito bem)*.

**O SR. MARCELO SANFORD:**

*(Para uma comunicação)* — Senhor Presidente, tomei conhecimento do relatório da CELUSA — Centrais Elétricas de Urubupungá — e quero, em primeiro lugar, congratular-me com os homens que tiveram a coragem e a capacidade de promover tão grande empreendimento.

No entanto, Sr. Presidente pela leitura desse trabalho, chegamos à conclusão de que precisa ser modificado o contrato social da CELUSA. Esta empresa já conta com capital de 3 bilhões e 931 milhões de cruzeiros, subscrito pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, Usina Hidrelétrica de Paranaíba, São Paulo-Licht, Companhia Paulista de Força e Luz. Além de outras ações em poder de diversos particulares.

Sr. Presidente, no Orçamento de 1962, a União empenhou-se a CELUSA ... 550 milhões de cruzeiros; no Orçamento deste ano 1963, há uma dotação de 2 bilhões. E a Companhia está necessitando despesas no âmbito de 100 milhões de cruzeiros, do Fundo Nacional de Planejamento, 20 milhões de cruzeiros.

Toda vez que se faz no relatório referência às dotações da União, elas são citadas como dobras. Além de todas essas verbas, a União concedeu um aval de 80 milhões de dólares.

A União não participa da CELUSA, enquanto dela fazem parte empresas privadas, como a São Paulo Licht e outras. A São Paulo Licht participa com capital de 50 milhões de cruzeiros correspondendo, portanto, a ... 1,23% do capital subscrito; e 1,23% dos 25 bilhões de cruzeiros que serão doados pela União correspondendo exatamente a 32 milhões de cruzeiros. Desta maneira, entendo que a União deve participar como sócia da empresa, para não promover doações a entidades privadas.

Faço um apelo ao Sr. Presidente no sentido de que esta Casa reclame junto ao Ministro das Minas e Energia, a fim de só permitir a emissão dessas dotações mediante participação da União na sociedade da CELUSA. Era o que tinha a dizer. *(Muito bem)*.

**O SR. STELIO MARONA:**

*(Para uma comunicação. Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente e Srs. Deputados, há cerca de um mês ocupo esta tribuna para denunciar os efeitos nefastos de uma política econômica mal orientada que vem sendo executada pelo Governo da República. Hoje, venho declarar que o programa de contenção de despesas, nos Ministérios da Saúde e da Educação, está afetando serviços e instituições da mais alta importância para o meu Estado. Encarrego hoje em Brasília um enviado da Santa Casa de Misericórdia do Pará, para trazer ao conhecimento de qual república, que se empenha em não servir de assistência médica em nossa terra nos hospitais e na assistência de colônias. O envio da Santa Casa vem dizer ao Sr. Presidente da República que o velho hospital está para cerrar seus portões por falta de recursos decorrente do corte do Plano de Economia do Governo.

Dijei um apelo não ao Sr. Ministro da Saúde, que, lamentavelmente, tem-se ocupado mais com congressos e as-

sembleias internacionais, que nenhum resultado trazem para o País, do que com o seu Ministério, mas ao substituto de S. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que atente para o grave problema da saúde pública no Brasil, que não pode nem deve ser desprezado.

Tenho a encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, requerimento de informações através do qual solicito ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações a respeito do desenvolvimento da criação de gado na região de Marabá, no Estado do Pará, indagando da possibilidade da instalação de um posto pecuário para estimular a iniciativa que ali, até agora, é exclusivamente particular. O desenvolvimento do criatório de Marabá, próspero município tocantino situado na confluência deste grande rio com o Itacaiunas, é um dos fatos novos da maior importância no quadro econômico da Amazônia. A pecuária, iniciada ali há 10 anos com cerca de 5 mil reses, desenvolveu-se, e hoje Marabá, e áreas vizinhas, apresentam um criatório de cerca de 50 mil reses.

Esse empreendimento Srs. Deputados, é exclusivamente da iniciativa privada, desassistida de qualquer co- operação do Poder Público. O meu requerimento tem a finalidade de levar a esses bravos criadores, que estão desmentindo o princípio comunitário, em Geografia Econômica, da impossibilidade de criação em grande escala em zonas equatoriais, tem a finalidade, repito, de levar a esses contrarrecas a ajuda do Poder Público, através de um posto pecuário que permita mecanização do trabalho de abertura de campos na mata, até agora feita exclusivamente com a força braçal.

São Estes, Srs. Deputados, os assuntos que nos trouxeram a esta tribuna e, terminando, encaminho à Mesa o requerimento de informações com a sua justificação. *(Muito bem)*.

**O SR. FURTADO LEITE:**

*(Para uma comunicação — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso da tribuna para, primeiro, para encaminhar à Mesa pedido de informações ao Ministro da Fazenda, a respeito da Companhia Brasileira de Investimentos, com sede no Rio de Janeiro; segundo, para fazer apelo aos Ministros da Viação e da Fazenda:

Têm chegado ao nosso conhecimento as notícias por que vêm passando os funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos com exercício no Estado do Ceará. As apreensões vividas por esses servidores dizem respeito à garantia de sua subsistência e de seus familiares, decorrentemente do grande atraso com que vêm recebendo seus vencimentos.

Como não encontramos nem conhecemos razões que possam justificar esse atraso no pagamento desses servidores, valêmo-nos desta Tribuna para dirigir um apelo aos órgãos encarregados desse serviço, ao Senhor Ministro da Viação ao Senhor Ministro da Fazenda, ao Senhor Presidente da República, para que sejam regularizados os pagamentos do pessoal do DCT do Ceará, tirando-os, assim, das dificuldades em que se acham, pelo grande atraso no cumprimento dessa providência.

No sentido do apelo que encaminho neste momento, é o telegrama que acabou de receber da União Brasileira dos Servidores Postais Telegráficos, Seção do Ceará, e que passo a ler:

Deputado Jorge Furtado Leite — Câmara Federal — Brasília — DF — "Certos seus bons serviços prestados sempre laboriosa classe comunicamos Vossência estamos passando dias amargos caminhando para fome pois nossos vencimentos estão criminosamente sendo atrasados sem nenhuma justificativa. Solicitamos que Tribuna da Câmara se digno Vossência encaminhar

Senhor Presidente República, nosso veemente apelo sentido sanar de uma vez para sempre tão aberrante irregularidade de uma vez para sempre possivelmente causada maus brasileiros que desejam criar embaraços marcha administrativa país queira eminentemente patriótico receber nossos agradecimentos — Martin Francisco de Araujo vg Luiz Amaury Bezerra Coelho vg José Francisco Alves vg Fernandes Tavora vg Maria Antonieta Coelho vg Veras Souza e Maria Clenete Guedes Machado — Presidente e Membros Conselho UESP 1ª Seção Correios Telégrafos — Ceará".

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem)*.

**O SR. WILSON RORIZ:**

*(Para uma comunicação — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta semana prece estar dedicada, nesta Casa, a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Agricultura. Ainda ontem, na tribuna desta Casa vários apelos se fizeram a esse Ministério, que afinal se deslocou do Rio para Brasília; mas estamos fazendo tudo para ver se desloca daqui para o interior do País.

Há pouco tempo, meu colega de representação falava na situação catastrófica do Ceará em relação a um Departamento ali existente, desse Ministério, completamente abandonado. Todas as suas máquinas estão paradas e o pessoal com seus vencimentos atrasados desde o mês de janeiro. Mas, Sr. Presidente, o motivo da minha presença, nesta hora, na tribuna é para enviar apelo especial a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de fazer funcionar a escola agrícola que há dez anos se constrói na cidade de Crato, no Ceará. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir não se entender por que uma escola agrícola, cuja construção leva dez anos para ser feita, apesar de construída em terreno doado pelo município e ter todas as facilidades de instalação, ainda não funciona. Constitui realmente crime da União contra um Estado pobre como o Ceará. A União recebeu terreno para a construção, para campos de experimentação e, no entanto, não vemos funcionar a escola. Alguns meses atrás, antes de se encontrar concluída chegaram a ser nomeados alguns professores que foram demitidos porque ela não estava pronta. Agora está concluída e não tem professores. É a velha história contada por um dos mais famosos jornalistas do Ceará, que chama carvão.

Deixo aqui meu apelo ao Ministro da Agricultura. Chamado nesta hora grave por que passa o País a se pronunciar sobre vários assuntos da sua Pasta, deve meditar também sobre o significado da sua atuação no nosso Estado e fazer funcionar aquela escola que tem grandes serviços a prestar à região. *(Muito bem)*.

**O SR. MAGALHAES MELO:**

*(Para uma comunicação — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, a União, através da palavra do seu Presidente, dizia ontem que o funcionalismo público continuava no expectativa do aumento de 70% e do salário família na base de 4 mil cruzeiros. Hoje, já ocupo o microfone o meu eminente colega Deputado Muniz Falcão para fazer alguns apelos a Comissão que tem a honra de integrar, reparos que reputo justos, pois que ela já deveria ter-se reunido em várias oportunidades para examinar as emendas, que são numerosas, apresentadas ao Projeto nº 136.

Deu-se alguma reunião? Houve sábado alguma Comissão Especial. Se houve é de se estranhar e o protesto aqui feito por S. Ex.<sup>a</sup> tem todo cabimento.

Pelos jornais diários, tem-se a impressão de que o funcionalismo vai receber imediatamente o aumento que tão justamente pleiteia. E o que se desprende tanto das entrevistas quanto das soluções apontadas, embora saibamos que, na verdade, ainda não estamos trilhando terreno mais firme sobre o assunto.

Há um aspecto para o qual eu gostaria pedir a atenção, que é o chamado empréstimo compulsório, que paralelamente se quer votar como um meio de atender ao encargo com a majoração dos vencimentos dos servidores civis e militares da União. Estou com aqueles que duvidam seriamente dos aspectos constitucional da medida e, sob o ângulo econômico e financeiro, também nos parece desarrazoada. Publicações semi-oficiais dão que a desvalorização da nossa moeda no primeiro trimestre é da ordem de 33% e alguns elevam essas percentagens para 54%.

Ora, Sr. presidente, nessa corrida desabalada, nessa espiral inflacionária, que se tome a percentagem mínima, chegaremos a dezembro, mesmo a uma desvalorização vergonhosa de 120% da moeda do País. Então, o aumento de 70%, de si, já vai representar muito pouco, sabido que a inflação já é um pesado tributo que atinge injustamente todas as classes sociais, notadamente as que vivem de vencimentos e salários fixos. O aumento de 70%, considerado o empréstimo compulsório, seria dado por um lado e tirado por outro e, desta feita, recaindo tal empréstimo sobre todas as classes sociais para a majoração dos vencimentos de uma quem não sei se teria realmente um benefício na corrida desabalada, ou nesse plano inclinado em que estamos, de bancarrota da nossa moeda.

Ora, Sr. Presidente, o "Diário de Paulo" inseria ante-ontem, no seu editorial, um comentário chamando a atenção desta Casa para esse empréstimo compulsório. Não sei se está muito certo quanto às cifras que alinha, mas dizia essa coisa absurda de que o vencimento de Cr\$ 30.000,00 seria onerado numa parcela correspondente a Cr\$ 7.000,00. Então o que se diz daqueles que ganham salários ou vencimentos inferiores a essa quantia?

Na Comissão, teremos de dar atenção especial a esse empréstimo, sobretudo à sua destinação, pois que segundo ouvi do Sr. Ministro da Fazenda, parte da piupanga proveniente desse empréstimo compulsório seria aplicado no Fundo Nacional de Proteção à Indústria, numa hora em que o campo está abandonado e sem assistência e tanto se clama nesta Casa por uma justa e oportuna reforma agrária.

Não sei, Sr. Presidente, como possa um País desenvolver-se andando numa perna só, dando toda espécie de auxílio à indústria, e ainda criando um empréstimo que me parece inconstitucional, para proteger a indústria quando milhões de brasileiros abandonam os campos, para criar o grande problema de aglomeração nas cidades.

Deixo aqui a minha palavra, ao funcionalismo público federal; azeit, na comissão, com espírito público e elevação de vista, atendo às suas necessidades, mas examinando atentamente o aspecto constitucional e a repercussão econômica e financeira deste tão falado empréstimo compulsório.

O Deputado Muniz Falcão, o Deputado Nadi e com V. Ex.<sup>a</sup> o Deputado Henrique La Roque, em entrevista e emendas tem-se batido por esta justa remuneração para o funcionalismo público, não fazendo rebeldias os níveis do Procurador e do Tesoureiro, porque, no trem de vida em que andamos, não podem ter as seus vencimentos diminuídos mas, sem dúvida,



aumentado, para que a curva dos alta do custo de vida e Y desaba-veamento e salários corresponda à lada desvalorização da nossa moeda. Era o que tinha a dizer, na sessão de hoje, o funcionalismo público civil e militar. (Muito bem)

**A SRA. NECY NOVAES:**

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, é com alegria e emoção que comunico à Bahia e a esta Casa que o Sr. Ministro da Saúde remeteu ao Banco do Brasil de Salvador os recursos para conclusão do Hospital da Criança Martagão Gesteira, na Bahia, cumprindo a sua ordem expressa do Sr. Presidente João Goulart que, desta forma e a meu pedido, presta mais um relevante serviço a meu Estado no setor assistencial. Este Hospital foi iniciado há 15 anos graças a iniciativa de beneméritos figuras da Medicina e da sociedade baiana, tendo à frente o grande pediatra Dr. Alvaro Bahia. Esta vitória agradecemos ao Presidente João Goulart. O telegrama é o seguinte:

"Aprez-me comunicar-lhe que, tendo seu pedido, acabo autorizar Banco Brasil creditar na conta Liga Baiana contra Mortalidade Infantil importância 40 milhões e cruzeiros término obras construção Hospital Martagão Gesteira e aquisição necessários equipamentos. Muito cordalmente Paulo Pinheiro Chagas, Ministro Saúde".

Esta é a prova evidente do carinho e preocupação do Presidente João Goulart para com os humildes sofredores deste País.

Ficam pois os agradecimentos da Bahia e meus, pedindo a Deus continuar a inspirar e proteger o nosso Presidente. (Muito bem).

**O SR. PADRE VIDIGAL:**

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, é certo que a reforma da Constituição para efeito da reforma agrária não virá, e não virá mesmo, por maior que seja o número dos deputados candidatos a ministros de Estado, ou candidatos a ministérios. Não somos contra a reforma agrária, temos proclamado isto com bom som, não só desta tribuna, como também temos expressado o nosso pensamento a respeito da matéria em entrevistas aos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A propósito da reforma agrária, Senhor Presidente, apresento a Vossa Excelência o seguinte requerimento:

"Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitados da SUPRA, através do Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

a) Tem a SUPRA planos, projetos ou programas de colonização para aproveitamento integral das várias unidades de sua jurisdição em todo o território nacional?

b) Positiva a resposta, indago: 1. Qual o custo da implantação, por lote, unidade familiar, segundo os projetos elaborados em cada um dos núcleos coloniais objetos da planificação? Qual o investimento total necessário à implantação dos projetos?

2. Quantas famílias rurícolas e em quanto tempo deverão ser instaladas nas várias colônias da SUPRA sobre planejamento afirmado?

3. Estão sendo executados os projetos elaborados?

c) Tem a SUPRA procedido a desapropriações para distribuição das terras desapropriadas a rurícolas?

**Caso positivo, indago:**

1. Qual o preço pago, pelos imóveis desapropriados, especificadas sua localização e extensão de área?

2. Elaborou a SUPRA planos de colonização para as áreas desapropriadas? Qual o custo do investimento por lote e geral para a implantação de tais planos?

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1963".

Ao encerrar estas palavras, gostaria que aqueles que tanto defendem a reforma agrária nesta Casa, mesmo com base na reforma da Constituição, fossem sinceros para com povo e anunciassem aos que esperam terra, que não vão receber terra gratuitamente. Terão de pagar ao próprio Governo a terra cedida pelo governo. Cabe aqui uma pergunta: tem o governo recursos para financiar a esses pobres, que, iludidos pelos demagogos, esperam ter terras, a fim de que possam comprar a terra que o Governo vai vender? Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Padre Vidigal o Sr. Henrique L. Roque, 2º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aniz Badra, 3º Secretário.

**V — O SR. PRESIDENTE:**

Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Brito Velho.

**O SR. ARY ALCATARA:**

Sr. Presidente, peço a palavra com licença do orador.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Deputado.

**O SR. ARY ALCATARA:**

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Deputado Brito Velho, do meu Estado, ceder-me a palavra por um minuto apenas. Desejo apresentar à Mesa dois requerimentos de informação. O primeiro, para saber qual o razão por que o Ministério da Agricultura ficou alheio ao escoamento da produção de batata no Rio Grande do Sul; por que o Governo Federal pretende receber milho da América do Norte dentro do Plano de Alimentos para a Paz e por que foi sustada a compra da cebola no Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo requerimento, que sei de interesse do nobre orador, é sobre a sustação dos descontos das promissórias rurais de produtores de arroz do Estado do Rio Grande do Sul, obrigando-os a receber letras de câmbio, que custam hoje nos bancos o correspondente a 36%.

O Sr. Brito Velho — Interessá-me, permita-me, mas não pessoalmente.

O SR. ARY ALCATARA — Digo que interessa a V. Ex. como representante do Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa.

Agradeço a V. Ex. a oportunidade que me concedeu. (Muito bem).

**O SR. BENJAMIN FARAH:**

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna hoje — e, antes de qualquer consideração, quero agradecer ao Deputado Brito Velho, para consignar os meus louvores e as minhas congratulações ao Sargento-Ciro Vogt, Presidente do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, e ao Sargento David Bezerra Falcão, Presidente da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha, pela atividade eficiente que ambos desenvolveram nestes últimos dias junto ao Sr. Presidente da República e aos Ministros Militares, no sentido da pretensão dos

sargentos, principalmente, naquela parte que se refere à elevação de níveis. E tudo indica que S. Ex. vai atender a essa pretensão.

Não podia, pois, deixar de consignar os meus louvores, velho defensor que sou dos militares e devotado pioneiro dessa luta de elevação de níveis.

Ficam, portanto, as minhas homenagens a esses dois bravos militares que tudo têm feito no sentido de defender a sua classe para que consiga suas justas pretensões. (Muito bem).

**O SR. DASO COIMBRA:**

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se muitas vezes críticas desta Tribuna são levantadas contra Brasília e apelos são dirigidos para que seja "humanizada" a Capital da Esperança, justo é que daqui também partem elogios às boas iniciativas, aos sinceros esforços do Prefeito do Distrito Federal, Dr. Ivo Magalhães, e de seus dignos auxiliares para tornarem mais agradável a vida nesta cidade.

Neste sentido, é dever nosso ressaltar as atividades do Presidente da Fundação Zootécnica e Superintendente de Agricultura da P.D.F., o competente agrônomo Dr. Francisco Ataíde de Vasconcelos, no desenvolvimento do cinturão verde do Distrito Federal. Com sua experiência adquirida em tarefas semelhantes desempenhadas na Guanabara e no Estado do Rio, o Dr. Ataíde Vasconcelos vem pessoalmente percorrendo as granjas, sítios e fazendas do Distrito Federal e arredores, ministrando conselhos técnicos, distribuindo material adequado às práticas agro-pastoris, dando um sentido prático às suas atividades.

A arborização de Brasília e o plantio de espécimens ornamentais ao longo das avenidas do Plano Piloto está dando — como é o caso da Estrada de Ayrton Senna — um ambiente mais grama, mais "vida" a nossa cidade.

Mas queremos chamar a atenção desta Casa para um empreendimento que, inaugurado há 60 dias, ainda é desconhecido do povo de Brasília. Trata-se do Parque Municipal do Gama, depositário da microrflora do Planalto Central, que poderá ser, para os nobres colegas e brasilienses em geral, um local de descanso, de retemperamento de energias, no fim de uma semana de trabalho.

Suas dez quedas d'água, suas piscinas naturais, as imponentes grutas que ali existem ao lado dos atraentes bosques e pitorescos caminhos que o cortam, há de fazer do Parque Municipal do Gama — menos de 30 quilômetros de Brasília — um dos atrativos turísticos da Capital Federal. (Muito bem).

**O SR. MÁRI COVAS:**

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, faleceu ontem, na cidade de Santos, o Sr. Luiz La Scala, conhecido homem público, ali nascido, e com inestimáveis serviços prestados à sua cidade.

Dedicando-se de longa data à construção civil, matéria na qual se especializara, mantinha essa atividade como acessória, já que se orientava primordialmente, com integral dedicação, à filantropia e à solidariedade humana, respondendo, desde 1956, pela Provvedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos. No cargo, liderava com excepcional dinamismo e amor ao próximo a árdua e incerta tarefa da organização hospitalar, lutando sem desfalecimentos, para manter a instituição à altura das tradições da cidade de Santos.

Desde sua mocidade teve o seu nome ligado à luta pela justiça social. Batalhou muito, em 1908, para obter aquela concessão mediante a qual os operários passaram a trabalhar oito horas por dia.

Vereador atuante em legislaturas sucessivas, sua vida política foi sempre pautada por uma rigidez de dignidade e uma probidade de procedimento capazes de elevá-lo no conceito de seus concidadãos. Fautou-se por uma permanente coerência política, mantendo íntegra sua filiação ao Partido Social Progressista, ao qual sempre esteve ligado.

Era progenitor do Engenheiro Luiz La Scala Júnior, que foi eleito em 1961 Prefeito Municipal de Santos, e que o destino fatal roubou ao convívio dos santistas, ainda antes mesmo de poder iniciar suas atividades como 1º mandatário do Município.

Seu passamento abre claro difíceisamente passível de ser preenchido, e é traumatizado por profunda emoção que o povo da Baixada Santista se reúne para as últimas homenagens e saudades àquele ilustre homem público.

Nesta oportunidade, reiteramos nossa solidariedade aos sentimentos manifestados por toda a população, e solicitamos seja registrado, em nosso nome, em nome dos Deputados da região, em nome de toda a população, um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento.

Era o que tinha a dizer. (O orador é abraçado).

**O SR. FERNANDO GAMA:**

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar o projeto de lei que concede indenização aos cafeicultores responsáveis por débitos junto ao Banco do Brasil, decorrentes de financiamentos de café não pago, calculada em função dos cafeeiros erradicados na forma do plano elaborado pelo GERRCA e a ser creditada nas respectivas contas devedoras.

Os meus agradecimentos ao Deputado Brito Velho. (Muito bem).

**O SR. WILSON CHEDID:**

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Venho recebendo de numerosos prefeitos do interior paranaense pedidos, no sentido de conseguir junto ao Excm. Sr. Ministro da Educação e Cultura, com a possível urgência, a liberação das verbas distribuídas ao Plano Nacional de Merenda Escolar. Nesse sentido, formulei veementemente apelo ao Excm. Sr. Ministro da Educação e Cultura, a fim de atender aos milhares de escolares brasileiros privados dessa assistência pela falta de recursos financeiros. (Muito bem).

**O SR. BRITO VELHO PROFERIU DISCURSO QUE, ENTRE OUTRO A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

Durante o discurso do Sr. Brito Velho, o Sr. Aniz Badra, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

Está findo o tempo destinado ao expediente. Vai-se passar à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Srs:

- Ranieri Mazzilli
- Gid Carvalho
- Paulo Minearone
- Dirceu Cardoso
- Gabriel Heimes
- Clemens Sompolo

- Acre
- Armando Leite — PSD
- Ruy Lino — PTB
- Amazonas

- João Veiga — PTB
- José Esteves — PTB
- Justino Melo — PTB
- Leopoldo Peres — PSD

Para

Américo Silva — PTB
José ... — PSD
Edu ... — P.P.

Paraíba

Edson Melo Távora — UDN
Leopoldo ... — UDN
Cristian ... — UDN

Rio Grande do Norte

José ... — PSD

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Piauí

Alfredo ... — PSP
Benedito ... — PSD
Jaimes ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Pernambuco

Arnaldo ... — PSD
Beyrona ... — PTB
Costa ... — UDN

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Carlos ... — PSD
Cezar ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

Minas Gerais

Amândio de Barros — PSD
Amônio ... — PSD
André ... — PSD

O SR. BRITO VELHO PROFERIU DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO QUANTUM NUNCIAMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — Não posso deixar de agradecer a alta consideração do nobre Deputado Edson Viana quanto à aplicação do Regimento nesta Casa, findo o tempo das sessões. Trata-se de garantir para todo o plenário e de igualdade de tratamento, por isso, a todos.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA:

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, indagação de V. Exs. ...

O SENHOR PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) — Sobre a Ordem do Dia, porque já a anunciei.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA — ...

pois não encontro o requerimento, que teve como primeiro signatário o Senhor Deputado Edson Garcia, de convocação do Sr. Ministro da Agricultura para prestar informações a esta Casa. O mesmo já foi publicado no Diário do Congresso, estando portanto, em condições, de acordo com a nossa Lei Interna, de figurar na pauta de Ordem do Dia. Esta é a indagação. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Ranieri Mazzilli) — O avulso da proposição de que trata o nobre Deputado Adolpho Oliveira acaba de chegar à Mesa, de maneira que está agora, realmente, em condições de entrar na Ordem do Dia, o que se fará com o anúncio ao fim da sessão.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos os seguintes

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

De acordo com a tradição adotada pela Câmara dos Deputados nas Sessões Legislativas anteriores, requero a V. Exa. que não seja marcada Ordem do Dia, nem haja expediente na Secretaria, no dia 23 do corrente, consagrado às comemorações religiosas da Ascensão do Senhor.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1963. — Medeiros Neto.

Sr. Presidente

Os signatários requerem, de acordo com o Regimento Interno, não seja marcada a Ordem do Dia e os trabalhos de Secretaria desta Casa, para o dia 23 do corrente, 5ª feira, por ser o dia dedicado à Ascensão do Senhor, dia santificado.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1963. — Padre Nobre — Arruda Câmara — Medeiros Neto — Padre Vidigal — Padre Godinho.

O SR. CAMPOS VERGAL:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nem sempre a tradição deve ter voz ativa e predominar. Estamos morando, nesta Casa que, com o aumento sucessivo do número de Deputados, a dificuldade para que S. Exas. ocupem a tribuna tem sido invencível, ilimitada. Uma sessão nos faz bastante falta.

Ademais, ninguém está privado de, atendendo nos princípios da sua religião, encaminhar-se para o seu templo no sentido de orar ou de pra-

ticar outros atos inerentes à sua doutrina. Não entendo por que suprimam-se os trabalhos por causa de um dia religioso. Os dias religiosos são inarrazáveis, incoercíveis. Embora eu respeite profundamente a Igreja e os seus representantes, os subcolocadores céticos requerimentos, seu de opinião que o Estado é laico; a Câmara não tem prerrogativa uma religião e nós devemos dar exemplo ao povo trabalhador. A melhor opção é o trabalho. Não há outra coisa o melhor do que e to — trabalhar. Se nós vamos ganhar o dia de depois de amanhã não trabalharmos e sem religião em nossos vencimentos não abrimos a tenda do nosso esforço em benefício da população brasileiro, também convidamos, desta tribuna, todos os operários a não trabalharem nesse dia. Convidamos todos os motoristas a ficarem em suas casas; os distribuidores de cartas a permanecerem em suas lares; os trabalhadores do campo a não lançarem mão de sua enxada; os comerciantes, os industriários, todos eles a se negarem a trabalhar, e a parar completamente toda a Nação Brasileira.

Por que temos nós o direito de não trabalhar nesse dia, embora pagos para isso, quando os fixeiros, os operários, os dozeiros os funcionários de modo geral, municipais e estaduais; quando os trabalhadores dissimulados pelo País e que precisam ganhar o pão de cada dia, trabalhar para a manutenção de seus lares, são forçados a cumprir o seu dever? Repito, ninguém nesta Casa é obrigado a permanecer aqui uma vez que sua confissão religiosa os convida para os seus cultos a templos. Não concordo, portanto, Sr. Presidente, em que levantemos, encermos os nossos trabalhos. Aliás nós outros, que conhecemos a vida rural, sabemos que este exemplo é prejudicial, porquanto inúmeros, incontáveis são os dias religiosos, e o trabalhador brasileiro, em não trabalhando, não produz e aumenta em grande parte a sua pobreza. Enquanto isso, a vasta e imensa colônia japonesa trabalha todos os dias, inclusive aos sábados e domingos, o que explica sua prosperidade, sua vantagem, seu progresso em todos os sentidos. Senhor Presidente, tenhamos cuidado ao tomar essa iniciativa. Lembremos dos que, em não podendo descansar, são obrigados a trabalhar. E se, em não trabalhando, não recebem o seu salário, a quota monetária correspondente a esse seu serviço, não concordo com essa medida. Acho que a Câmara dos Senhores Deputados e o Governo, é o poder público e, em assim sendo, não pode ligar-se, submeter-se a uma iniciativa puramente religiosa. Isto eu digo com respeito absoluto à Igreja Católica Apostólica Romana e aos eminentes e ilustres colegas que subscrevem esses requerimentos. Ficam, pois, aqui as minhas ponderações. Registrarei meu voto contra a resolução de requerimento e solicite uma cuidadosa atenção para o assunto que nos convoca neste momento. (Muito bem).

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nós, os cristãos, somos um pouco místicos nos nossos gestos, nas nossas atitudes, nos nossos atos. Tratamos com respeito a todas as iniciativas que têm por objetivo o respeito ao princípio, porque a fé ligada à prática da caridade é a única e ísa capaz de elevar o homem acima de si mesmo e de fazê-lo chegar até Deus.

Mas, Sr. Presidente, a nossa Constituição diz que o trabalho é dever social, e os ensinamentos cristãos nos orientam no sentido de afirmarmos com ênfase que o trabalho é lei de Deus. O pão que mastigamos, quando amassado com o suor do nosso corpo, dizere-se melhor, é mais saboroso. O prazer que tem depois que se exa-

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 283 Srs. Deputados.

Vai-se proceder à votação da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo matéria da Ordem do Dia em regime de urgência, continua com a palavra o Sr. Brito Velho, pelo espaço de quinze minutos, para completar o tempo a que tem direito.

mina um dia de trabalho faz recom- pensar as fadigas sofridas. Não há quem não se sinta bem, feliz, em ren- der as suas homenagens a qualquer memória ou à Ascensão do Senhor, trabalhando.

Creio que a maior homenagem que prestamos à Ascensão do Senhor é a que, ante o altar cívico da Pátria, que é a Câmara, genuflexos, ferremos trabalhando. O trabalho é lei de Deus, e Cristo, o paupérrimo filho de Deus, quando veio ao mundo, procurou cer- car-se, exatamente, dos homens mais humildes e dos trabalhadores. Seus apóstolos trabalhavam, eram campe- sins, lavradores, carpinteiros, anda- vam descalços e trabalhavam todos os dias.

Ora, Sr. Presidente, não compreendo como vamos homenagear o dia da Ascensão do Senhor sem trabalhar. Não entendo a homenagem a ser prestada à Ascensão do Senhor cada um em sua casa, quando perdemos a feliz, a grata, a magnífica oportuni- dade desse convívio amigo, desse con- tacto constante, que nos proporciona fluídos de emoção na Câmara dos Deputados, com cada pedaço do Bra- sil aqui representado.

Por tanto, Sr. Presidente, se o tra- balho é lei de Deus, e nós devemos respeitar essa lei, devemos homena- gear à Ascensão do Senhor trabalha- do, e não suspendendo os nossos tra- balhos. Estaremos, assim, compati- veis com a própria doutrina e com os próprios ensinamentos cristãos, em que pese o respeito que devemos aos que querem render homenagem nos templos, nos lares ou nas ruas, em solenidades. Na qualidade de político e representante do povo de uma nação que está como um enfermo, procurando antibiótico para amenizar suas dores, não compreendo que no dia da Ascensão do Senhor nós nos dividamos, uns para um lado e ou- tros para o outro. Se não houver sessão na quinta-feira, na sexta não haverá ninguém aqui. Perderemos dois dias. Os Deputados sairão daqui na quinta-feira, para homenagear a Ascensão do Senhor em seus Estados e não voltarão na sexta-feira. Tere- mos o sábado e o domingo. Em vez de prestarmos a homenagem aqui e esvaziarmos um pouco a Ordem do Dia da sexta-feira, para que no sá- bado possamos meditar, refletir só- bre o trabalho prestado em favor da Ascensão do Senhor, mas também do Brasil e do povo, deveríamos chamar ao bom senso os eminentes colegas que subscreveram a petição, para que se abrisse uma exceção, atendendo à atual conjuntura em que estamos exi- gindo o máximo de trabalho dos ou- tros sem que demos o máximo de nos- so trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, o bom exemplo frutifica, precisamos dar o bom exemplo, ensinando com a nos- sa atitude aqueles a quem pedimos que trabalhem um pouco mais. O tra- balho — dizia Rui Barbosa — digni- fica, santifica e glorifica a espécie humana. Dizia, ainda, que só traba- lha com gosto quem é remunerado com justiça. Parece-me que a Câma- ra dos Srs. Deputados tem justa re- muneración para trabalhar. Logo, tra- balhamos com gosto nesta Câmara. Se temos gosto em trabalhar, por que suspender o trabalho, não prestarmos as homenagens trabalhando, carre- gando a pesada cruz dos nossos deve- res, no dia da Ascensão do Senhor, no recinto da Câmara dos Deputa- dos?

Voto contra o requerimento. Estou inclinado a acreditar que a família dos católicos da Câmara há de aten- tar para a atual conjuntura e não contribuir com este requerimento para aumentar a exploração que se faz em torno dos nossos trabalhos e da vida parlamentar, atendendo tratar- se de uma quinta-feira, e na sexta- embora tenhamos grande serviço cor- reremos o risco de não ter ninguém aqui. Voto contra o requerimento e faço um apelo à Câmara, com toda a força de minha eloquência e pro- funda emoção, vinculado à sincerida- de dos meus propósitos no sentido de que todos possamos trabalhar sexta- feira, em homenagem à Ascensão do Senhor. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Os Senhores que aprovam os requeri- mentos queiram ficam como estão (Pausa).

**O SR. TENÓRIO CAVALCANTI:**

(Pela ordem) requer verificação da votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

Peço que se levantem os Srs. Depu- tados que apoiam a verificação (Pau- sa).

Está concedida.

Vai-se proceder à verificação.

Procedendo-se à verificação, por bancadas reconhece-se terem votado a favor 93 Srs. Deputados e contra 39, total 132 com o Presidente 133.

**O SR. PRESIDENTE:**

Não há número. Vai-se proceder à chamada e conseqüente votação nomi- nal.

Os Srs. Deputados que votaram a favor, responderão *Sim* e os que vo- taram contra responderão *Não*.

**O SR. ANIZ BADRA:**

(3º Secretário) procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal e votaram 267 Srs. Deputados sendo 193 Sim e 74 Não. Estão aprovados os requerimentos. Votaram os Senhores Deputados.

**LISTA DE VOTAÇÃO**

(Resolução nº 71, de 1962, artigo 37)

LÍDERES DE BLOCO	NOME
MAIORIA	Oliveira Brito Não
MINORIA	Pedro Aleixo Não
PARLAMENTAR	Paulo de Tarso

LÍDERES DE PARTIDOS	NOME
P.S.D.	Martins Rodrigues Sim
P.T.B.	Bocayuva Cunha —
U.D.N.	Correia da Costa Sim
P.S.P.	Arnaldo Cerdeira —
P.D.C.	Franco Montoro —
P.T.N.	Maurício Goulart Sim
P.S.T.	Tenório Cavalcanti Não
P.R.	Armando Rollemberg —
M.T.R.	Jairo Brum Não
P.A.B.	Max Costasantos —
P.R.P.	Plínio Salgado —
P.L.	Raul Pilla Não
P.R.T.	Lino Morghani —

**Votaram SIM os Srs. Deputados:**

- Acre**  
Armando Leite — PSD  
Geraldo Mesquita — PSD  
Jorge Kalume — PSD  
Valério Magalhães — PSD
- Amazonas**  
João Velga — PTB  
José Esteves — PTB  
Leopoldo Peres — PSD  
Manoel Barbuda — PTB
- Pará**  
Zurlamaqui de Miranda — PSD  
Gabriel Hermes — UDN  
João Menezes — PSD  
Stélio Maroja — PSP

**Maranhão:**

- Cid Carvalho — PSD  
Clodomir Millet — PSP  
Henrique La Rocque — PSP  
Ivar Saldanha — PSD  
José Burnett — PSD  
José Rio — PSD  
José Sarney — UDN  
Matos Carvalho — PSD  
Pedro Braga — UDN
- Flaui:**  
Chagas Rodrigues — PTB  
Dyrno Pires — PSD  
Heitor Cavalcanti — UDN  
João Mendes Olimpio — PTB  
Laurentino Pereira — PSD  
Moura Santos — PSD

**Ceará:**

Episódio Alencastro — PSD  
 Epitácio Pessoa — UDN  
 Epitácio Pessoa — UDN  
 Epitácio Pessoa — UDN  
 Epitácio Pessoa — PSD  
 Epitácio Pessoa — PSD

**Rio Grande do Norte:**

Cayula — PTB  
 José Faria — PSD

**Paraná:**

Alcides Buarque — PSD  
 Américo Lucena — PSD  
 Jacobo Prantz — PTB  
 Jararaci Carneiro — PSD  
 Luiz Bronzeado — UDN

**Pernambuco:**

Amado Câmara — PDC  
 Estevão Leite — PTB  
 Costa Cavalcanti — UDN  
 Heracleo Rego — PTB  
 Lamartine Távora — PTB  
 Nino Coelho — PSD  
 Osvaldo Lima Filho — PTB

**Aspirantes:**

Abraão Moura — PTB  
 Aloysio Nono — PTB  
 A y Plimbo — PTB  
 Carlos Gomes — UDN  
 Medeiros Neto — PSD  
 Otávio Carneiro — UDN  
 Oscar Cardoso — PTN  
 Scripaie:

Arnaldo Carraz — PSD  
 Lucides Mendonça — UDN  
 Leuval Batista — UDN  
 Manoel do Rolloberg — UDN.  
 Bahia:

Alonso de Castro — PSD  
 Clementes Sampaio — PTB.  
 Gustavo Pedrona — PTB  
 Henrique Lima — PSD  
 João Alves — PTB  
 João Mendes — UDN  
 Josephat Arrêdo — PTN  
 Joazeval Borges — PSD.  
 Manoel Novães — PTB  
 Nery Novães — PTB  
 Oscar Cardoso — UDN.  
 Teófilo de Albuquerque — PTB  
 Teófilo Dantas — UDN  
 Vasco Filho — UDN  
 Wilson Faício — UDN

**Espirito Santo:**

Argemiro Datto — PTB  
 Dinco Cardoso — PSD  
 Floriano Rubim — PTN  
 João Calmon — PSD  
 Raymundo de Andrade — PTN

**Rio de Janeiro:**

Afonso Celso — PTB  
 Getúlio Moura — PSD  
 Perillo Nunes — PSP  
 Raymundo Padilha — UDN  
 Guanabara:

Ahemar Baleeiro — UDN  
 Benedito Cerqueira — PTB  
 Breno da Silveira — PTB

**Hamilton Nogueira — UDN**

Janu Amiden — PTB  
 Minas Gerais:

Abel Balza — PSD  
 Adma de Barros — PSD  
 Carlos Murilo — PSD  
 Celso Abreu — PSD  
 Celso Farias — UDN  
 Umar Mendes — UDN  
 Elias Carmo — UDN  
 Francisco Pereira — UDN  
 Gerardo Freire — UDN  
 Guilherme de Oliveira — PSD  
 José Albergaria — PSD  
 José Alkmim — PSD  
 Manoel de Almeida — PSD  
 Manoel Azevedo — UDN  
 Olavo Costa — PSD  
 Olívio Botelho — UDN.  
 Oscar Corrêa — UDN  
 Ozanam Coelho — PSD  
 Padre Nobre — PTB  
 Padre Vidigal — PSD  
 Rondon Pacheco — UDN  
 Tancredo Neves — PSD  
 Teotilo Pires — PR

**São Paulo:**

Otávio Brisola — PSP  
 Aniz Badier — PSD  
 Antônio de Barros — PSP  
 Antônio Feliciano — PSD  
 Alípio Coury — PDC  
 Cândido Sampaio — PSP  
 Dervile Alexandre — MTR  
 Ewaldino Pinho — MTR  
 Harry Norman — PSP  
 Henrique Turner — PDC  
 Herbert Levy — UDN  
 Pacheco Chaves — PSD  
 Paulo Mansur — PTB  
 Pedro Maranhão — PTN  
 Renieri Mazzilli — PSD  
 Sussumu Hirata — UDN  
 Teófilo Andrade — PDC  
 Goiás:

Alirio Nasser — PSP  
 Benedito Vaz — PSD  
 Celso Pinho — PSD  
 Emílio Casado — UDN  
 João Alencastro — UDN  
 Ludovico de Almeida — PSP  
 Peixoto da Silveira — PSD

**Mato Grosso:**

Corteia da Costa — UDN  
 Francisco Garcia — PSD  
 Ildefonso Mendes — PSD  
 Wilson Martins — UDN

**Paraná:**

Américo Amabile — PTB  
 Antônio Gaby — PTB  
 Braga Ramos — UDN  
 Ednas Nete — PTB  
 Eraldo Gomes — PDC  
 Fernando Gama — PTB  
 João Luiz — PRP  
 João Ribeiro — PSD  
 Lydio de Oliveira — PSD  
 Miguel Buffara — PTB  
 Newton Carneiro — UDN  
 Paulo Montans — PSD  
 Plínio Costa — PSD  
 Wilson Chedid — PTB  
 Zacharias Seleme — UDN

**Santa Catarina:**

Almo Zeni — UDN  
 Antonio Almeida — PSD  
 Alcides Carvalho — UDN  
 Carneiro de Loyola — UDN  
 Dirnicleo Fielmas — UDN  
 Laerte Vieira — UDN  
 Lenoir Vargas — PSD  
 Orlando Bertoli — PSD  
 Osni Regis — PSD  
 Paulo Macarini — PTB  
 Pedro Zimmermann — PSD

**Rio Grande do Sul:**

Afonso Anselmo — PRP  
 Antonio Brasolin — PTB  
 Ary A'cantara — PSD  
 Brito Velho — PTB  
 Cid Furlado — PDC  
 Covis Pestana — PSD

Lucas Góes — PDC  
 Pedro Costa — UDN  
 Lauro Braga — PSD  
 Plínio Costa — PSD  
 Orlindo Braga — PTB  
 Paschoal Barcellos — PSD  
 Unálio Alencastro — PTB

**Roraima:**

Ronaldo Medeiros — PTB  
 Votaram NÃO os Srs. Deputados:

**Acree:**

Mário Maia — PTB

**Pará:**

Armando Corrêa — PSD  
 Ferro Costa — UDN  
 Silvino Braga — PSP  
 Maranhão:

Eurico Ribeiro — PSD  
 Ivar Ealdanha — PSD  
 Neiva Moreira — PSP  
 Ceará:

Adahil Barreto — PTB  
 Edilson Melo Távora — UDN  
 Esmerino Arruda — PST  
 Moysés Pimentel — PTB  
 Paulo Saraste — UDN

**Rio Grande do Norte:**

Vinicius Rosado — PTB

**Paraná:**

Pinho Lemos — UDN

**Pernambuco:**

José Carlos — UDN  
 Ney Maranhão — PTB  
 Waldemar Alves — PST

**Bahia:**

Fernando Santana — PSD  
 Marco Lima — PSD  
 Espírito Santo:

Gil Veloso — UDN  
 Ramon Oliveira Netto — PTB

**Rio de Janeiro:**

Adolpho Oliveira — UDN  
 Ario Theodoro — PTB  
 Lauro Gomes — PSD  
 Demétrio de Botista — PST  
 Edson Nunes — PTB  
 Genias Fontes — PDC  
 Roberto Saturnino — PSD

**Guanabara:**

Arnaldo Nogueira — UDN  
 Benjamin Farah — PTB  
 Chagas Freitas — PSD  
 Garcia Filho — PTB  
 Marco Antônio — PST  
 Nelson Carneiro — PSD  
 Waldir Simões — PTB

**Minas Gerais:**

Guilherme Machado — UDN  
 Simão da Cunha — UDN

**São Paulo:**

Adib Chammas — PSP  
 Adrião Bernardes — PST  
 Aiceu de Carvalho — PTB  
 Campos Vergal — PSP  
 Celso Amaral — PTB  
 Dias Menezes — PTN  
 Ewaldino Pinto — MTR  
 Hélio Magghezani — PTB  
 Lauro Cruz — UDN  
 Levy Tavares — PSD  
 Mário Covas — PST  
 Rogê Ferreira — PTB  
 Rubens Faiva — PTB  
 Tufy Nassif — PTN  
 Yukshigue Tamura — PSD

**Goiás:**

José Freire — PSD  
 José Crucianno — PSD  
 Lizandro Paixão — PTB

**Mato Grosso:**

Edison Garcia — UDN  
 Wilson Fadul — PTB

**Paraná:**

Jorge Curi — UDN  
 Renato Celso — PTB

**Rio Grande do Sul:**

Antônio Brasolin — PTB  
 Cesar Prieto — PTB  
 Osimar Grafa — PTB  
 Clay de Araujo — PTB  
 Raul Pila — PL  
 Ruyton Alves — PTB  
 Temperani Pereira — PTB  
 Zaire Nunes — PTB

**ORDEN DO DIA**

*Discussão única do Projeto número 2.569-A, de 1961, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, com substitutivo; da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, favorável ao substitutivo, com subemendas; e, da Comissão de Finanças, favorável com adição das referidas subemendas — Do Poder Executivo. — Relatores: Senhores Nelson Carneiro e Carneiro Loyola (Discussão encerrada).*

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o Sr. Pedro Braga.  
**O SR. PEDRO BRAGA:**

*(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, o projeto que visa à federalização do Instituto de Música de São Paulo tem, sem dúvida alguma, o meu mais irrestrito apoio. No entanto, julgo do meu dever, nesta hora em que se discute o Orçamento da República, trazer ao conhecimento desta Câmara alguns dados que considero esclarecedores no domínio do ensino brasileiro.*

**O SR. PRESIDENTE (Renieri Mazzilli) —** Devo advertir o nobre Deputado de que a matéria constante da Ordem do Dia é a do projeto sob o número 1. Pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que se ativesse ao assento de que trata a proposição.

**O SR. PEDRO BRAGA —** Exatamente, Sr. Presidente. Mas me parece que na discussão de um projeto que visa à federalização de um instituto de música — e a música é um dos ramos mais altos da cultura — cabe uma discussão ligeira sobre a situação educacional do País. Eu me aterei ao Regulamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Renieri Mazzilli) —** Muito grato pela manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Brito Velho —** Quería esclarecer que se trata não apenas disso; trata-se também do substitutivo que se refere à Universidade de São Paulo. O substitutivo trata de transformação da Universidade Federal de São Paulo em Fundação. É muito mais do que o que está contido na ementa do Projeto número 2.569, de 1961.

**O SR. PEDRO BRAGA —** Muito obrigado pelo esclarecimento, Sr. Presidente, a situação educacional do País é das mais graves. Temos escolas para apenas 50% das nossas crianças e dos nossos jovens, quer no nível primário, médio ou superior. Alguns dados que constam do Plano Trienal de Educação devem ser citados durante a discussão deste projeto que vimos, como diz o nobre Deputado Brito Velho, a modificação da Universidade de São Paulo. São eles: o retrato da nossa situação educacional retratado oficialmente por ocasião do Plano Trienal que nos diz que dispomos de apenas 50% de possibilidades para educar a juventude.

Sr. Presidente, a Constituição do País prevê a aplicação de um mínimo 20% da receita tributária na educação. Em 1962, a receita tributária foi de ordem de 678 bilhões de cruzelros. A

percentagem constitucional para a educação deveria ser 61,8 bilhões. A despesa fixada pelo Ministério da Educação e Cultura para a Educação foi de 56 bilhões. Após os planos de contenção, já tão imensos, foi reduzido a 49 bilhões, ou seja, 17,4%, dando, portanto, 2,6% abaixo do previsto pela Constituição da República.

Se obedecêssemos à Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, nº 4.024, deveriam ser aplicados 81,3 bilhões de cruzados, ou seja, 12% da renda tributária. A despesa de 49 bilhões corresponderia a 7,4% e teríamos, então, um "deficit" de 4,6% para educação no Brasil.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado, cuido que V. Exª aborda um aspecto importantíssimo da questão educacional. O Governo tem uma linha absoluta no seu plano de contenção de despesa; e o supremo juiz em todos os setores, exceto um, o setor educacional, em que o limite de 10% estabelecido na Constituição é o mínimo. Não pode baixar mais do que isto. Se o fizer estará praticando um ato inconstitucional. Abaixo disso não é possível situar os recursos destinados ao ensino, é um ato inconstitucional e, portanto, passível de responsabilidade.

O SR. PEDRO BRAGA — Perfeitamente. Obrigado pelo parte. Inteligentemente é esta a situação, a realidade nacional. O Governo aplica na Educação cifras abaixo das previstas pela Constituição, ou seja, o Governo viola a Constituição brasileira.

O Sr. Lauro Cruz — O Congresso, levando em conta o dispositivo constitucional que estabelece que o mínimo seja de 10%, aprovou a Lei de Diretrizes e Bases que fixou o mínimo de 12%, ampliando, assim, de 20% aquela parcela dos recursos que devia ser destinada à educação. V. Exª está naturalmente desejando encaminhar considerações quanto ao que se atribui aos recursos de ensino, os três fundos.

O SR. PEDRO BRAGA — Eu me refiro a que fomos reduzidos a 7,4%, em 63, porque na proposta de 64 — tenho aqui os dados e V. Exª poderia ver que conferem com os seus — o DASP chegou a elevar a 12%. Mas acontece que é muito comum no Brasil, e mesmo quase obrigatório, que a proposta votada sofra contensões, muitas vezes arbitrárias, sobretudo no domínio da educação e da saúde, os setores mais atingidos pelo plano de economia do Governo.

O Sr. Lauro Cruz — É o que tem acontecido V. Exª tem muita razão em focalizar este aspecto. Um outro ocorre, que é o seguinte. Na elaboração do Orçamento, o Congresso amplia muito a parte relativa a despesas, e embora, às vezes, na proposta, o quantitativo destinado corresponda à percentagem constitucional, já depois de aprovado o Orçamento, isto não ocorre.

O SR. PEDRO BRAGA — Perfeito. Agradeço imensamente o aparte de V. Exª sobretudo reconhecendo em V. Exª a autoridade de Professor e Presidente da Comissão de Educação e um dos mais brilhantes representantes de São Paulo nesta Casa. (Muito bem).

Mas, Sr. Presidente a situação nacional, dizia eu, no setor da educação é alguma coisa de triste para nós que vemos na educação de um novo a grandeza do país. Se verificarmos as estatísticas — e graças a Deus este é um país sem estatísticas, porque elas serviriam para nos mostrar a realidade que vivemos — veremos, com estupeficação que, para uma população de 14 milhões e 200 mil crianças de 7 a 14 anos, oferecemos escolas a cerca de 7 milhões. Isto é, pouco mais de 50%. Dêstes, encontram-se na 1ª série 53%; na 2ª, 21% e, na 3ª, 15% e, na 4ª, 15%. Considerando-se os primeiros séries de nível médio dentro daquele período de idade de 7 a 15 anos, nota-se avaliar esse último percentual em 11%.

Sr. Presidente, um país que apenas tem capacidade de educar 11% da sua

população jovem está numa situação calamitosa; numa situação de alarde.

O Sr. Wilson Roriz — O assunto que V. Exª debate com tanto brilhantismo e tanta precisão de dados estatísticos (muito bem) devia merecer, principalmente do Congresso Nacional, uma atenção toda especial. (Muito bem).

Mas lamento ter de informar a V. Exª que, instituído pelo Governo o Plano Nacional de Educação, há ano e pouco, e tendo começado a funcionar no Nordeste, suas verbas ainda não foram pagas senão em pequenas parcelas. Até nisso, com um plano feito quase extra-orçamento, há retenção de crédito, dificuldade de pagamento. E o Governo se mostra mesmo no ensino público, um pagador relapso; cria o serviço, manda funcionar, indica funcionários, e no fim não paga os serviços prestados.

O SR. PEDRO BRAGA — Muito obrigado pelo aparte. É verdade o que V. Exª diz. O Governo é, sem dúvida alguma, o pior patrão e pagador de péssima qualidade. Em grande parte, contudo, a culpa é nossa. Nós votamos o orçamento. Aprendi antes de vir para cá, que é uma lei. Mas nós submetemos a vé-lo mutilado por um simples Chefe de repartição, que muitas vezes não atenta para o que está fazendo. E não se levanta nesta Casa, qualquer protesto ou reclamação contra esses Chefes de Repartição, que não raro, para liberar uma verba para serviço de utilidade pública, como aquelas destinadas ao ensino brasileiro, chegam quase a dizer aos Deputados que estão fazendo um favor pessoal. Por isso digo que, em grande parte, a culpa cabe a nós, desta Casa, que não sabemos exercitar apropriadamente os nossos direitos, embora saibamos cumprir rigorosamente os nossos deveres.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, leio no Plano Trienal de Educação:

"Tendo-se em vista que a escola rural é de três séries e a urbana de quatro séries, seria lenitimo admitir que se diplomavam na escola primária rural 4 por cento dos matriculados e na urbana, 12 por cento, sendo 9 por cento da escola primária e 3 por cento da primeira série do nível médio. Corresponderia isto a 2 por cento e 6 por cento de diplomados em relação à população escolar global, que só chega à escola como vimos, pela sua metade. Como a população matriculada na zona rural era de 2.800.000 em 1959, diplomávamos em ensino primário de três séries 112.000 alunos e no ensino urbano de quatro ou cinco séries, cuja matrícula era de 4 milhões e 480.000 alunos. Como cerca de 50 por cento desses alunos vão continuar os seus cursos, menos de trezentos mil alunos constituiriam toda a massa de que dispõe por ano a nação para acrescer no grupo ativo em suas ocupações primárias da vida organizada".

E por aí segue o Plano Trienal de Educação. Não venho à tribuna com o fito de combater o Governo da República, mas venho, em favor daqueles crianças, daqueles jovens de meu Estado, de tender o direito sagrado de acesso à instrução, prevista na Constituição da República.

Sr. Presidente e Srs. Deputados os dados de que disponho foram colhidos no Plano Trienal de Educação do Governo. São todos desoladores para aqueles cidadãos que prezam esta terra, que veem a necessidade de engrandecer a nossa juventude, para que sejamos um País glorioso e digno de nossas tradições. Nós nos ufanamos de muitas coisas, mas não sabemos olhar muitas outras com a devida objetividade. É isto que ocorre no setor da educação primária, setor fundamental ao progresso do Brasil. Não

podemos ser um País grande, um País próspero, e, conseqüentemente, não podemos ser um País economicamente independente, se a metade da nossa população vive no analfabetismo, não tem condições de manter sua própria subsistência.

O SENHOR PRESIDENTE — (Ranieri Mazzilli) — Nobre Deputado, vou interromper V. Exª, com sua licença, para submeter a votos requerimento que se encontra sobre a mesa, de autoria do Deputado Muniz Falcão, que, no exercício da liderança de partido, solicita a prorrogação da sessão por 30 minutos, na forma regimental, para que possa falar o Deputado Cantídio Sampaio.

Em votação o requerimento. Aprovado.

Muito obrigado. V. Exª dispõe do tempo restante da sessão menos a prorrogação.

O SR. PEDRO BRAGA — Muito obrigado. Concluirei rigorosamente dentro do tempo. No ensino médio, primeiro ciclo, educamos por ano apenas cerca de 120 mil adolescentes, correspondendo a 8% do grupo de 15 anos; e, no segundo ciclo, 60 mil adolescentes, correspondendo a 4% do grupo de 18 anos. Deveríamos ter, como concluintes do primeiro ciclo, 720 mil alunos; e do segundo, cerca de 30 mil.

Sr. Presidente, prosseguem as estatísticas e prosseguem desalentadoras.

No Ensino Superior, a situação é mais grave. Temos cerca de 100 mil alunos matriculados e, diplomados em 1960, aproximadamente, 17 mil, ou seja, pouco mais de 0,2 por mil habitantes. A proporção de matriculas no Ensino Superior, para que o Brasil ocupasse um lugar equivalente ao da Argentina e do Uruguai seria de 9% da população de 20 a 25 anos, ou seja, 6 milhões de jovens, o que significaria matricular 450 mil alunos, o que corresponderia a quintuplicar os efetivos atuais.

Num país em desenvolvimento como o nosso, em que precisamos, cada momento, de técnicos qualificados para promover o desenvolvimento, temos apenas, diplomados 0,2 por mil habitantes de jovens matriculados nos cursos superiores. É algo de muito grave, que está a merecer a atenção desta Casa.

Usamos de processos, que considero justos, para dividir a nossa renda tributária entre os diferentes Estados federados, no setor da educação. Em 1961, por exemplo, a população escolarizada no Norte era de 31,3%; no Nordeste, de 38,3%; no Sul, de 70,6% e em todo o Brasil, de 51,5%.

Essa é a nossa situação. O tempo que me resta não seria suficiente para a análise mais profunda desse problema que considero do mais alto interesse para o desenvolvimento brasileiro.

Há governantes que pensam que o desenvolvimento significa alguma coisa, quando não visam inicialmente e acima de tudo, o bem-estar das populações subdesenvolvidas. A minha filosofia é de que todo e qualquer desenvolvimento só é lido e só é legítimo se visar o bem estar social, se visar a elevação dos padrões de vida da coletividade, ou seja, se visar dar, cada vez mais, condições de dignidade humana às populações do país. Não podemos elevar o nível das populações brasileiras, se elas vivem no analfabetismo, em 50% do seu total.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao aprovar este projeto, queria deixar aqui um apelo, sobretudo ao Sr. Presidente da República, para que ordene aos seus órgãos técnicos que não façam cortes no Orçamento da República, na parte referente aos setores vitais da Nação, como o da Saúde e da Educação.

Éra o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Requiro, como líder em exercício do P.S.P., prorrogação da sessão por 30 minutos, para que o Deputado Cantídio Sampaio fale em explicação pessoal.

Saia de Sessões, 21 de maio de 1963. — Muniz Falcão.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que a quem quiserem ficar como estão (Pausa).

VII — Passa-se à explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a Tem a palavra o Sr. Cantídio Sampaio.

O SR. DASO COIMBRA:

Sr. Presidente, peço a palavra com a licença do orador.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DASO COIMBRA:

(Para uma comunicação). — Senhor Presidente e Srs. Deputados, peço a palavra para trazer à Casa uma notícia que nos entristece: faleceu, hoje, no Rio de Janeiro, o Dr. Belmiro Valverde, grande figura da medicina brasileira, do jornalismo e também da política de nossa terra. Embora nem sempre concorramos com suas idéias, admirávamos a sua capacidade intelectual, o seu ardor pelos problemas nacionais e a sinceridade que sempre caracterizou este grande brasileiro, que hoje perdemos. Médico, com mais de 50 anos de prática, urologista conceituado, um dos mais famosos especialistas da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Belmiro Valverde era membro da Academia Nacional de Medicina e autor de várias obras sobre a especialidade que o imortalizou.

Estudioso dos problemas sociais e dos de nossa terra, até os últimos dias era colaborador constante do "Diário Carioca" onde em seus artigos escavava profundo conhecimento do povo brasileiro. Na notícia foi intensa a sua atuação, que lhe valeu inclusive o exílio.

Perde o "Diário Carioca" um grande colaborador. Pela a medicina nacional desfalca de um dos seus eminentes vultos. Desaparece uma das mais lúcidas inteligências de nossa pátria.

Peçam, aqui, nestas poucas palavras, a nossa homenagem a Belmiro Valverde.

O Sr. Rodó Ferreira — Em nome do meu partido, assumo-me a homenagem que V. Exª presta neste momento ao ilustre extinto.

O SR. DASO COIMBRA — Gratuito a V. Exª. Era o que desejava dizer. (O orador é abraçado).

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO PROPÕE DISCURSO COM ENTREVISTA A REVISÃO DO ORADOR SEJA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. CAMPOS VERGAI:

(Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, Srs. Deputados, eu sei que o que vou dizer deixará V. Exª com o espírito muito preocupado.

Trata-se da situação em que se encontram as famílias de funcionários desta Casa, seriamente atingidas em virtude de vários aumentos de 7, na Asa Norte. Como não podem praticamente em retirar

Procurar essas famílias com representantes e os cidadãos que representam no Parlamento brasileiro. A Companhia Cápua & Cápua não cumprirá

completar, entre os seus deveres. Sei que os interesses da família de suas esposas e filhos, até os seus lares estão sendo devidamente protegidos com a atenção de Sr. Presidente, Sr. Presidente, que dá a direção e o direitamento responsável pelo andamento de seus servidores. Agora sendo, antes que aconteça uma situação que vá a prejudicar os interesses, quero lembrar que primeiro — segundo se diz por aí — há em 31 apartamentos que podem mudar a situação verdadeiramente de muitas famílias.

Sr. Presidente, euairo assim o meu desejo de encaminhar o assunto a V. Ex.ª para ser naturalmente um representante do povo. Sei que V. Ex.ª tem sido um Presidente desvelado, muito inteligente no cumprimento de todos os seus deveres, a serviço, sem fazer nenhuma de uma alta inteligência e de um grande coração.

O SR. PRESIDENTE:

(Muito bem.) A questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Campos Vergal em verdade é o resumo de uma ocorrência que preocupa há mais de 48 horas a Mesa da Câmara e aos Deputados e que mais recentemente agora preocupa aos responsáveis diretos pela habitação dos funcionários da Casa, porque estamos informados de que o órgão técnico da Prefeitura do Distrito Federal com seus condenados, do ponto de vista da segurança, esses imóveis, até nas últimas horas.

A 4ª Secretaria, a cargo do nobre Deputado Paulo Mincarone, já havia comunicado, anteriormente, a Mesa a ocorrência em princípio e, portanto, com as possibilidades de vir a se tornar ainda mais grave a situação imediatamente a Mesa autorizou o nobre Deputado Paulo Mincarone a encontrar os alojamentos de emergência, mesmo nos hotéis da cidade, para que os funcionários ocupantes desses imóveis pudessem livrar-se dos riscos daquela situação.

Ainda há pouco tive um novo entendimento sobre o assunto com o Deputado Paulo Mincarone, que não sugeriu a possibilidade de utilização desses apartamentos lembrados, por isso que estão eles destinados aos Senhores Deputados que ainda premevem em hotel. Não são apartamentos disponíveis, segundo me esclareceu o Deputado Paulo Mincarone, mas sim, apartamentos destinados aos Srs. Deputados, que deverão deixar a situação precária anterior para irem se instalar. E, isto mesmo, apartamentos inacabados, da Petrobrás.

Há, entretanto, a possibilidade de aproveitamento de 20 casas no chamado Bairro do Gavião e esta providência vai ser tentada por mim logo mais, de maneira a ver se conseguimos essas habitações em caráter provisório, a fim de poder alojar, com a urgência necessária, os funcionários que se encontram na situação mencionada pelo nobre Deputado Campos Vergal.

Prevejo não ser possível essa decisão, já mandei diligenciar para que nos hotéis, onde quer que haja alojamentos mesmo nas proximidades do lago, onde há alojamentos da Prefeitura, seja possível recolher, com suas famílias, os funcionários nessas condições.

A Mesa, portanto, está com a mesma preocupação do nobre Deputado Campos Vergal e de quantos, neste momento se expõem aos rigores desta situação precária. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a situação das empresas concessionárias de serviço público subsidiárias dos grupos "American Foreign Power CO", "Empresas Elé-

tricas Brasileiras", "Brazilian Traction", "Rio Light", "São Paulo Light", "Cia. Telefônica Brasileira" e "International Telegraph and Telephone CO" os seguintes deputados:

Pelo PSD

1. Getúlio Moura
  2. Ovidio de Abreu
  3. Clovis Pestana
  4. Plínio Costa
- Suplente: Benedito Vaz

Pelo PTB

5. Adail Barreto
  6. Estácio Souto Maior
  7. Leonel Brizola
  8. Austregésilo de Mendonça
- Suplente: João Alves

Pela UDN

9. Magalhães Melo
  10. Celso Passos
  11. Edilson Garcia
- Suplente: Elias do Carmo

Pelo PSP

12. Cantídio Sampaio
- Suplente: Otavio Brizolla

Pelo PDC

13. Emílio Gomes
- Suplente: José Rêcha

O SR. PRESIDENTE: Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a prosseguir nos trabalhos iniciados pela CPI sobre petróleo, criada pelo Projeto de Resolução nº 158-63 os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Josafá Borges
  2. Teotônio Neto
  3. Abrahão Sabbá
  4. Geraldo de Pina
  5. Padre Vidigal
- Suplente: Fonce de Arruda

Pelo PTB

6. Ortilz Borges
  7. Ramon de Oliveira Neto
  8. Gastão Pedreira
  9. Teófilo Albuquerque
- Suplente: Ari, Teodoro

Pela UDN

10. Edilson Távora
  11. Ferro Costa
  12. Tourinho Dantas
  13. Antonio Carlos Magalhães
- Suplente: Ruy Santos

Pelo PSP

14. Neiva Moreira
- Suplente: Janary Nunes

Pelo PDC

15. Mario Lima
- Suplente: Teófilo de Andrade

O SR. PRESIDENTE: Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a analisar e investigar fatos ligados ao extinto Território Federal do Acre os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Geraldo Mesquita
  2. Rachid Mamerd
  3. Daso Coimbra
- Suplente: Dirceu Cardoso

Pelo PTB

4. Altino Machado
  5. Silveira Lino
- Suplente: Mario Maia

Pela UDN

6. Ossian Araripe
  7. Gabriel Hermes
- Suplente: Ferro Costa

Pelo PSP

8. Stéfio Maroja
- Suplente: Janary Nunes

Pelo PDC

9. Aristófanes Fernandes
- Suplente: Ribeiro Coutinho

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos relacionados com o "IBAD" e o "TPES" os seguintes deputados:

Pelo PSD

1. Regis Pacheco
  2. Peracchi Barcelos
  3. Anísio Rocha
- Suplente: Benedito Vaz

Pelo PTB

4. Eloy Dutra
  5. Rubens Palva
- Suplente: Benedito Cerqueira

Pela UDN

6. José Aparecido
  7. Laerte Vieira
- Suplente: Arnaldo Nogueira

Pelo PSP

8. Arnaldo Cerdeira
- Suplente: Broca Filho

Pelo PDC

9. Armando Rollemberg
- Suplente:

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 17-1961 que "altera o § 3º do artigo 7º da Constituição Federal", de autoria do Sr. Sérgio Magalhães, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Tancredo Neves
  2. Abelardo Jurema
- Suplente: João Menezes

Pelo PTB

3. Sérgio Magalhães
  4. Wilson Chedid
- Suplente: Rubens Alves

Pela UDN

5. Edilson Távora
- Suplente: Correa da Costa

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 18-1961 que "estabelece o mesmo critério de classificação de cargos para os servidores das Câmaras e os civis do Poder Executivo", de autoria do Sr. Menezes Cortes, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Cid Carvalho
  2. Dirceu Cardoso
- Suplente: Valério Magalhães

Pelo PTB

3. Giordano Alves
  4. Miguel Bufara
- Suplente: Renato Medeiros

Pela UDN

5. Paulo Sarazate
- Suplente: Flaviano Ribeiro

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 20-1961 que "altera o artigo 193 da Constituição proibindo sejam os proventos da inatividade do servidor público superiores aos vencimentos da atividade", de autoria do Sr. Luiz Francisco, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Guilherme de Oliveira
  2. Getúlio Moura
- Suplente: Henrique Lima

Pelo PTB

3. Helcio Maghenzani
  4. Jamil Amiden
- Suplente: Waldir Simões

Pela UDN

5. Djalma Marinho
- Suplente: Oscar Corrêa

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 15-1961 que "da nova redação aos artigos 139 e 140 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Humberto Lucena, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Aluisio de Castro
  2. Aderbal Jurema
- Suplente: Antonio Feliciano

Pelo PTB

3. Afonso Celso
  4. Milton Reis
- Suplente: Armando Carneiro

Pela UDN

5. Rondon Pacheco
- Suplente: José Aparecido

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 14-1961 que "modifica o art. 152 e o § 1º do art. 183 da Constituição, e a este acrescenta dois parágrafos, que tomarão os números 2º e 3º, passando os atuais parágrafos 2º, 3º e 4º a se enumerarem, respectivamente, 4º, 5º e 6º, tudo dispondo sobre o regime dominial das riquezas minerais do País e sua exploração, de autoria do Sr. Gabriel Passos, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Bias Fortes
  2. Benedito Vaz
- Suplente: Clovis Pestana

Pelo PTB

3. Faiva Muniz
  4. Ramon de Oliveira Neto
- Suplente: Gastão Pedreira

Pela UDN

5. Correa da Costa
- Suplente: Celso Passos

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 13-1961 que "altera a redação do art. 141, § 28, da Constituição Federal", de autoria do Sr. Guilherme de Oliveira, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Antonio Feliciano
  2. Paes de Andrade
- Suplente: Aluisio de Castro

Pelo PTB

3. Manoel Barbuda
  4. Adail Barreto
- Suplente: Mito Camarosano

Pela UDN

5. Simão da Cunha
- Suplente: João Mendes

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 12-1961 que "dispõe sobre a criação do Tribunal Federal de Menores e determina outras medidas complementares", de autoria do Sr. Vasconcelos Torres, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Medeiros Neto
  2. Arnaldo Garcez
- Suplente: Chagas Freitas

Pelo PTB

3. Nery Novais
  4. Padre Palhano
- Suplente: José Resegúe

Pela UDN

5. Pedro Aleixo
- Suplente: Plínio Lemos

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 9-1960 que "modifica a redação do § 1º, art. 58 da Constituição e suprime o § 2º do mes-

mo artigo", de autoria do Sr. Nova da Costa, os senhores deputados:

Pelo PSD:

1. Nelson Carneiro
2. Wilson Roriz  
Suplente: Nilo Coelho

Pelo PTB

3. Gilberto Mestrinho
4. Rezende Monteiro  
Suplente: Waldir Simões

Pela UDN

5. Newton Carneiro  
Suplente: Alves de Macedo

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 8-1960 que "modifica o art. 195 da Constituição Federal (Símbolos Nacionais)", de autoria do Sr. Oscar Corrêa, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Aluzio Bezerra
2. Daso Coimbra  
Suplente: Leopoldo Peres

Pelo PTB

3. Padre Nobre
4. Antonio Bresolin  
Suplente: Paulo Mansur

Pela UDN

5. Furtado Leite  
Suplente: Manuel Taveira

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 7-1960 que acrescenta ao artigo 41 da Constituição Federal, um inciso normativo da reunião em sessão conjunta da Câmara e Senado", de autoria do Sr. Valério Caldas de Magalhães, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Guilherme de Oliveira
2. Tarso Dutra  
Suplente: José Carlos Teixeira

Pelo PTB

3. Souto Maior
4. Batista Ramos  
Suplente: Osmar Grafuinha

Pela UDN

5. Edilton Távora  
Suplente: Correa da Costa

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 4-1959 que acrescenta ao artigo 48 da Constituição Federal, mais um parágrafo normativo da perda de mandato", de autoria do Sr. Valério Magalhães, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Paes de Andrade
2. Gustavo Capanema  
Suplente: Humberto Lucena

Pelo PTB

3. Tabosa de Almeida
4. Altino Machado  
Suplente: Argilano Dario

Pela UDN

5. José Sarney  
Suplente: João Mendes

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 3-1959 que "dá nova redação aos artigos 44 e 45 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Valconcelos Traves, os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Aluzio de Castro
2. Dirceu Cardoso  
Suplente: Lauro Leitão

Pelo PTB

3. Tabosa de Almeida
4. Alceu Carvalho  
Suplente: Aurino Valois

Pela UDN

5. Luerte Vieira  
Suplente: Jales Machado

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Emenda Constitucional nº 2-1959 que "substitui os arts. 132 e 138 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Ruy Ramos os senhores deputados:

Pelo PSD

1. Aderbal Jurema
2. Humberto Lucena  
Suplente: Paes de Andrade

Pelo PTB

3. Chagas Rodrigues
4. Temperani Pereira  
Suplente: Garcia Filho

Pela UDN

5. Ernani Sátiro  
Suplente: Rondon Pacheco

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a hora, vou levantar a sessão. Deixam de comparecer os Senhores:

Acre:

Alfino Machado — PTB

Amazonas:

Abraão Sabbá — PSD  
Paulo Coelho — PTB

Pará:

Gilberto Azevedo — PTB

Maranhão:

Alberto Aboud — PSD  
Lister Caldas — PSD  
Luz Coelho — PSD  
Luz Fernando — PSD  
Renato Archer — PSD

Piauí:

Sousa Santos — UDN

Ceará:

Alvaro Lins — PTB  
Armando Falcão — PSD  
Audiño Peneiro — PSD  
Euclideswicar Pessoa — PSD  
Flávio Marçílio — PTB  
Palhano Sabóia — UDN

Rio Grande do Norte:

Aluzio Bezerra — PSD  
Aristofanes Fernandes — PDC  
Djalma Marinho — UDN  
Ribeiro Coutinho — PDC

Paraná:

Arnaldo Lafayette — PTB  
Elnany Sátiro — UDN  
Raul de Góes — UDN  
Teotônio Neto — PSD  
Vital do Régio — UDN

Pernambuco:

Adeimar Carvalho — PSD  
Aderbal Jurema — PSD  
Alde Sampato — UDN  
Augusto Novaes — UDN  
Aurino Valois — PTB  
Codomir Leite — PTB  
Dias Lins — UDN  
Francisco Julião — PSB  
José Mena — UDN  
Milvernes Lima — PTB  
Murilo Costa Régio — PTB  
Tabosa de Almeida — PTB

Alagoas:

Sergipe:  
Aristote Amado — PTB

Bahia:

Alves Macedo — UDN  
Antônio Carlos Magalhães — UDN

Edgard Pereira — PSE  
Hélio Ramos — PSD  
Hermogenes Principe — PPD  
Luiz Viana — PL  
Luna Freire — PTB  
Pedro Calafalo — PTB  
Raimundo Brito — PTB  
Regis Pucheco — PSD  
Vieira de Melo — PSD

Espírito Santo:

Floriano Rubim — PTN  
Oswaldo Zanella — PRF

Rio de Janeiro:

Alair Ferreira — PSD  
Emilberto de Castro — UDN  
Emmanuel Waismann — PSP  
Heil Ribeiro — PTB  
José Pedroso — PSD  
Mário Tamborindeev — PSD  
Ferreira Nunes — PSP

Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN  
Amaral Neto — UDN  
Cardoso de Menezes — UDN  
Eloi Dutra — PTB  
Juarez Távora — PDC  
Leonel Brizzola — PTB  
Max da Castanhos — PSB  
Nelson Carneiro — PSD  
Rubens Berardo — PTB

Minas Gerais:

Aécio Cunha — PR  
Antônio Luciano — PSD  
Aquiles Diniz — PTB  
Aureliano de Mendonça — PTB  
Bento Gonçalves — PSP  
Gilberto Faria — PSD  
Gustavo Capanema — PSE  
Horácio Bethônico — UDN  
João Hercúlio — PTB  
José Aparecido — UDN  
Maurício de Andrade — PSD  
Ovidio de Abreu — PSD  
Paes de Almeida — PSD

São Paulo:

Adil Chammas — PSE  
Afrânio de Oliveira — UDN  
Amaral Furian — PSD  
Arnaldo Cerdeira — PSP  
Cunha Bueno — PSD  
Francisco Scarpa — PDC  
Hamilton Prado — PTN  
Ivete Vargas — PTB  
João Abdala — PSD  
José Resaque — PTB  
Luiz Francisco — PTN  
Milo Cahmarosano — PTB  
Ortiz Monteiro — PRT  
Paulo de Tarso — PDC  
Pereira Lopes — UDN  
Plínio Saleado — PRP  
Ruy Amaral — PRT  
Ulisses Guimarães — PSD  
William Sa'ém — PTB

Colás:

Anísio Rocha — PSD  
Haro do Duarte — PTB

Mato Grosso:

Ponce de Arruda — PSD

Paraná:

Aecioly Filho — PDC  
Hermes Macedo — UDN  
João Simões — PSD  
Mala Neto — PTB  
Minor Miyamoto — PDC  
Petrônio Fernal — PTB  
Rafael Rezende — PSD

Santa Catarina:

Alvaro Catão — UDN  
Joaquim Ramos — PSD  
Doutel de Andrade — PTB

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB  
Milton Dutra — PTB  
Norberto Schmidt — PL (126)

VIII — O SR. PRESIDENTE:

Levanto a sessão designando para a extraordinária matutina, amanhã, às 9 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 22 de maio de 1963

(Extraordinária Matutina) (Quarta-feira)

EM PRIORIDADE

Discussão

Votação, em segunda discussão do Projeto de Resolução nº 4-C, de 1963 que fixa o número de membros das Comissões da Câmara em decorrência do aumento do número de Deputados, e dá outras providências; tendo parecer da Mesa, com substitutivo às emendas de Plenário, em 2ª discussão. Relator: Sr. Henrique de La Rocque.

1

Discussão única do projeto número 2.569-A, de 1961, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, com substitutivo; da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, favorável ao substitutivo, com subemendas; e da Comissão de Finanças, favorável à adoção das referidas subemendas. — Do Poder Executivo — Relator: Senhores Nelson Carneiro e Carneiro Loyolla. (Discussão encerrada)

2

Discussão única do projeto de Resolução nº 9, de 1963 que estabelece Normas para discussão e votação do Projeto do Orçamento Geral da União para 1964, e dá outras providências. Da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira: Relator: Sr. Paulo Sarasate.

3

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto número 3-126-D de 1961, que cria, para cumprimento da Lei nº 3.401, de 12 de junho de 1958, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Pareceres sobre Emendas do Senado: favorável, da Comissão de Constituição e Justiça; das Comissões de Serviço Público e de Finanças, favoráveis à emenda de nº 2 e contrários à de nº 1.

4

Discussão única do Projeto número 196-A, de 1955, que aprova o Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia (Do Poder Executivo) — Relator: Srs. Vasco Filho — Pereira da Silva e Jayme Araújo.

5

Discussão única do Projeto número 3.435-A, de 1961, que altera a redação da Lei nº 3.857, de 22-12-1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, com emendas, e favorável, da Comissão de Legislação Social, com a adoção das referidas emendas. — Autor: Lauro Cruz. — Relator: Sr. Henrique La Rocque.

6

Discussão única do Projeto nº 1.785-A, de 1960, que majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e abre, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, tendo pareceres: favorável, da Comissão de Educação e Cultura; da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, com emenda ao art. 1º, e favorável da Comissão de Finanças, com adoção da referida Emenda. Autor Sr. José Bonifácio — Relatores: Srs. Aderbal Jurema e Lourival Batista.

7

Discussão única do Projeto número 2.468-A, de 1957, que proíbe a partição pareceres: com emenda da Comissão de Legislação Social e favorável à criação em lucros de autarquias; tendo Autor: Plínio Lemos — Relator: Senhor Ivan Bichara. — Mesma, da Comissão de Finanças. —

8

Discussão única do Projeto número 2.558-A, de 1960, que dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos funcionários públicos federais, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favorável, das Comissões de Serviço Público e de Finanças — Relatores: Srs. Nelson Carneiro e Batista Ramos.

9

Discussão única do Projeto número 4.155-A, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00 destinado ao prosseguimento da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília; tendo pareceres: favorável, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, e das Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças com substitutivo. — Relatores: Srs. Vasco Filho e Dyrno Pires.

10

Discussão única do projeto nº 1.439-A, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União, por outro de propriedade particular e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça com substitutivo e da Comissão de Finanças favorável ao referido substitutivo — Do Poder Executivo.

11

Discussão única do projeto nº 2.196-A, de 1960, que institui a operação-município da Amazônia, e dá outras providências; tendo pareceres: favoráveis da Comissão Especial de Autorização Econômica da Amazônia; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, e de Orçamento e Fiscalização Financeira. — Relatores Srs. Vasco Filho e Benedito Vaz.

12

Discussão única do Projeto número 3.026-A, de 1961, que autoriza a venda de casas e apartamentos das instituições de previdência Social, construídos em Brasília, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas ao artigo 2º; da Comissão de Legislação Social, com emendas e com substitutivo da Comissão do Distrito Federal. Autor: Senhor Croncy de Oliveira — Relatores: Djalma Maranhão, Waldir Pires e José Menck.

13

Discussão única do Projeto nº 2.708-A, de 1957, que regula a execução do art. 3º, da Lei nº 468, de 29 de outubro de 1958, que dispõe sobre a extensão de vantagens do montepio militar; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Segurança Nacional e de Orçamento e Fiscalização Financeira; e da Comissão de Finanças com emenda ao art. 4º. Do Poder Executivo: Relator: Sr. Rondon Pacheco.

14

Discussão única do Projeto nº 2.704-A, de 1961, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com

emendas aos arts. 8, 11 e 16; da Comissão de Legislação Social com emendas aos arts. 16 e 8º e, da Comissão de Economia, com emendas aos arts. 8º e 10. Relator: Sr. Carneiro de Loyola.

15

Discussão do Projeto nº 2.919-A, de 1961, que altera o disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, que estabelece o Código da Justiça Militar, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Autor: Sr. Floriceno Paixão. Relator: Sr. João Mendes.

16

Discussão única do Projeto nº 3.692-A, de 1961, que doa à Fundação Darcy Vargas terreno de acreção de marinha situado no Rio de Janeiro, GB; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda aos arts. 1º e 2º e, favorável, da Comissão de Finanças. Autor: Sr. Nelson Carneiro. Relator: Sr. Arruda Câmara.

17

Discussão única do Projeto nº 3.337-A, de 1961, que dispõe sobre a fixação de normas para o estabelecimento da uniformidade dos botijões de gás engarrafado e suas peças acessórias; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favorável da Comissão de Economia. — Do Sr. Bocayuva Cunha — Relator: Sr. Clóvis Pestana

18

Discussão única do Projeto número 2.008-A, de 1960, que dispõe sobre a divisão do Território Nacional em Zonas Aereas; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade; e favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças — Do Poder Executivo — Relatores Senhores: Oscar Passos e Luiz Bronzeado.

19

Discussão única do Projeto nº 2.589-A, de 1961, que dispõe sobre a garantia de preços mínimos para os cereais; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com emenda; favorável, da Comissão de Economia, e da Comissão de Finanças, com substitutivo — Senado Federal.

20

Discussão única, do projeto nº 2.333-B, de 1957, que dispõe sobre a organização e competência das juntas comerciais, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo da Comissão de Economia, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemendas; e, da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e às subemendas da Comissão de Economia. Relator: Sr. Arnauvo Rollemberg.

21

Discussão única do projeto nº 3.241-A, de 1961, que concede isenção de impostos e de taxas aduaneiras à Empresa Fluminense de Energia Elétrica Sociedade Anônima, para importação de uma usina; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas ao art. 1º, da Comissão de Economia, com substitutivo e, da Comissão de Finanças favorável ao referido substitutivo. Relator: Sr. Carneiro Loyola.

22

Discussão única do projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1963, que aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Co-

mércio S.A. — Da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. 23

Discussão única do Projeto nº 201-A, de 1959, que autoriza a doação de terreno em Cacequi do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Sociedade Cultural de Cacequi; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favoráveis, das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças. Sr. Tarso Dutra. Relatores: Srs. Ferro Costa e Dirceu Cardoso.

24

Discussão única do Projeto nº 3.987-A, de 1962, que institui abono especial em caráter permanente, para aposentados de institutos de previdência, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, com emenda ao art. 2º e, favorável, da Comissão de Finanças ao projeto. — Autor: Floriceno Paixão. — Relatores: Srs. João Mendes e Sergio Magalhães.

25

Discussão única do Projeto nº 2.408-A, de 1957, que institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda ao art. 4º e da Comissão de Legislação Social, com emendas. Relator: Sr. Tarso Dutra.

26

Discussão única do Projeto nº 3.108-A, de 1961, que isenta de imposto de lucros imobiliários a venda de imóveis rurais até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, favorável da Comissão de Economia; e da Comissão de Finanças, com emenda ao art. 1º do Sr. Tarso Dutra. Relator: Senhor Clemens Sampaio.

27

Discussão única do projeto de decreto legislativo nº 165, de 1963, que mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Sociedade Pereira Júnior, Cereais S.A., para fornecimento de alimentação às repartições hospitalares do ex-Distrito Federal. — Da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. Relator: Clóvis Motta.

28

Discussão única do Projeto nº 4.575-A, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota da União na Sociedade de Economia Mista, Açoes Finos Piratini S.A., nos termos da Lei nº 3.972, de 13.10.61; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, favoráveis, das Comissões de Economia e de Finanças. Relatores: Srs. Clóvis Motta e Tarso Dutra.

29

Segunda discussão do projeto nº 4.409-A, de 1958, que determina a abertura, pelas unidades militares empenhadas na construção rodoviária, de concorrência administrativa para contratos de obras serviços ou aquisição de material, e dá outras providências.

30

Segunda discussão do projeto de resolução nº 145-A, de 1962, que determina a publicação de estatísticas sobre a abitação parlamentar dos deputados.

31

Segunda discussão do Projeto nº 1.248-A, de 1959, que concede a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 men-

sa's à Sra. Albertina de Viveiro Marques, viúva do Deputado Gerson Corrêa Marques. 32

Primeira discussão do projeto número 3.572-A, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 30.000.000,00, para fazer face aos prejuízos causados pelas inundações no Estado de Santa Catarina; tendo parecer favorável da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. — Autor, S. Antônio Carlos. — Relator Senhor Ernani Satiro.

33

Primeira discussão do Projeto nº 3.037-A, de 1961, que dispõe sobre o serviço militar obrigatório, cria as escolas de Instrução Militar, amplia os "Tiros de Guerra", dispensa os jovens lavradores e os alunos de escolas técnicas de aviação do serviço militar, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda ao art. 12; e contrários, das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

34

Primeira discussão do Projeto nº 4.824-A, de 1962, que retifica, sem ônus, a Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962, tendo parecer favorável da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. — Relator: Sr. Paulo Sarasate.

*IX — Levanta-se a sessão às 18,00 horas e 30 minutos.*

O SR. MUNIZ FALCAO PROFERIU DISCURSO NA SESSÃO VESPERTINA DE 17.5.63 QUE, ENTREGUE A REVISAO DO ORADOR SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. MUNIZ FALCAO:

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, aprovado que foi o regime de urgência para este projeto, não sei se será possível, dentro da rigidez regimental que nos persegue e a mim, parece, mais do que a qualquer outro, expender os meus pontos de vista a respeito de tão magna proposição. Procurarei, todavia, ser sucinto. Tivemos ontem oportunidade de ouvir na comissão especial designada para o exame desta matéria, o eminente professor Santiago Dantas, Ministro da Fazenda. Confesso que não me convencem a dialética do Ilustre titular. Apresentou S. Exa. à Comissão especial a singular sugestão de se lançar um empréstimo compulsório, espécie de enfiteísmo com que designa novo tributo a ser lançado para que o Tesouro possa fazer face aos encargos que vai assumir com os seus funcionários. Falou também S. Exa. em certa altura de sua exposição, na criação de uma agência financeira que mais não será do que novo órgão com que serão favorecidos os beneficiários de empreguismo eleitoral.

Tenho receio dessas inovações. Recentes medidas do Sr. Santiago Dantas têm tido efeitos catastróficos. Os resultados da portaria 239 da SUMOC ainda estão bem presentes. Trago em mãos o testemunho do colonista João Pinheiro Neto, homem insuspeito, em artigo publicado no jornal carioca "Última Hora". Diz esse jornalista, com muita oportunidade, o seguinte:

"As grandes firmas exportadoras de algodão, em vista da nova instrução 239 da SUMOC, beneficiam-se com a valorização de seus estoques de algodão, comprados com dólar cotado a .... Cr\$ 475,00.

Alados do comércio do algodão, os frigoríficos empacnaram



também gordos lucros com a desvalorização do cruzeiro. A carne já comprada e estocada renderá mais na base do novo dólar de Cr\$ 600,00.

A Vulcan, indústria de plástico nacional, foi comprada pela Imperial Chemical. O Banco Hipotecário Lar Brasileiro pela Chase Manhattan Bank. A Pulvotec, indústria nacional de leite em pó, passou para o controle da Nestlé. Tudo isso depois das medidas "contensivas" do Professor Santiago Dantas e depois da aprovação pelo Congresso da lei de controle da remessa de lucros. A grita, como todos sabem, era simples manobra. Continuam os capitais de fora altamente interessados no Brasil".

Esta, Sr. Presidente, a palavra do ex-Ministro do Trabalho, Sr. João Pinheiro Neto, em artigo assinado. Assim, tenho minhas razões para fazer reservas às veleidades do Professor Santiago Dantas, quando pretende criar uma nova entidade de planejamento neste País.

Mas o que me trouxe à tribuna foi sobretudo debater o projeto de origem governamental, e que tomou o número 163-63, propondo novos níveis de vencimentos para o funcionalismo civil e militar. Inicialmente, a proposta fora orçada na base percentual de 40%; conforme as tabelas que acompanharam a mensagem e segundo as quais caberia no nível um do pessoal efetivo o vencimento de 21 mil cruzeiros, ao nível 18 setenta mil e 500 cruzeiros e assim por diante.

Ora, Sr. Presidente, desde logo se concluiu que esses números estavam em disparidade flagrante com a vertiginosa alta do custo de vida nesses últimos meses. Tenho em mãos publicação da Fundação Getúlio Vargas, relativamente ao mês de março de 1963, em cuja página 87 se lê:

"O custo de vida aumentou em 1962, em 52,7%. Isto quer dizer que em um ano os preços dos bens e serviços computados cresceram, em média na escala inflada".

Uma análise dos objetivos relativos às diversas frações do ano indica que nem todas as cifras mensais influíram com idêntico peso sobre o resultado final referente ao ano completo. Um exame dos valores consecutivos dos índices do custo de vida revela que o conjunto de preços levados em consideração costuma seguir, vários meses, determinada tendência e, a partir de um certo momento, tomar novo rumo.

Este ano, de acordo com as informações mais recentes, já vamos com um impulso superior a 30%, o que constitui sério impacto contra os objetivos do Plano Trienal. Dêsse modo, tornou-se evidente a insuficiência da correção remuneratória sugerida pelo Poder Executivo, daí a presença do professor Santiago Dantas trazendo novas concessões, desta vez, limitadas em 60%, o que está ainda abaixo da curva ascensional dos preços, conforme vimos, através dos dados que acabo de enunciar. Ouvi de S. Exa. que é pensamento do Governo assegurar a estabilidade do salário real para os trabalhadores e para os funcionários públicos.

O Sr. Nêiva Moreira — V. Exa. toma o ponto que reputo focal, fundamental do debate em torno do aumento de vencimentos dos servidores públicos. Esse gabarito de 40 ou 60% fora solicitado ou reclamado pelo Ministro da Fazenda no pressuposto de que gabarito semelhante seria fixado para a elevação do custo de vida no decorrer de 1963, que não iria além de 30%. Essa taxa, já foi muito superada mesmo nos primeiros meses deste ano. Então esse acordo é inevitável. Daí porque eu acho que o Go-

vérno e o ilustre Ministro da Fazenda não têm mais condições para solicitar da Câmara se mantenha dentro dos limites iniciais, porque o problema do custo de vida já foi também superado.

O Sr. MUNIZ FALCÃO — Muito obrigado pelo socorro de V. Exa. Concordo perfeitamente com seu aparte e V. Exa. verificará que esse é exatamente o fio de meu raciocínio.

Pois bem, Sr. Presidente, formalizada a mais recente posição oficial neste problema, verifica-se, ainda uma vez, que o Governo permanece fora da realidade. O Ministro da Fazenda preconiza a necessidade de sustentar a efetividade do salário real, mas conduz os entendimentos fora dos limites da exata correção que é reclamada pelo funcionalismo federal.

Todos nós sabemos que o salário-mínimo constitui uma espécie de termômetro na curva da valorização do custo das utilidades. Trago comigo excelente trabalho de uma comissão interministerial nomeada para elaborar o projeto de reajustamento de vencimentos e revisão do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Essa comissão, constituída de nomes do mais alto gabarito das Forças Armadas, inclusive generais, almirantes e brigadeiros, desincumbiu-se magnificamente de sua missão. Fez excelente estudo de nossa política salarial, onde estão evidenciadas as anomalias e deformações, aliás, notórias provocadas por fatores os mais contraditórios.

Há no relatório dessa comissão queixas veementes e justas contra a situação de iniquidade que se criou para os componentes das nossas Forças Armadas, oficiais, sargentos e praças.

Vou ler um trecho do trabalho em apreço. Diz o seguinte, depois de estabelecer um paralelo entre os vencimentos dos oficiais da Marinha de Guerra e do pessoal da Marinha Mercante:

"Como se pode constatar, a situação é lamentável e terrivelmente humilhante para nossa Marinha de Guerra, particularmente se atentarmos para o fato de que a Marinha Mercante constitui força de reserva. Agora mesmo, por ocasião da greve, tivemos inúmeros oficiais da Marinha de Guerra no comando de embarcações mercantes e a situação criada era a mais constrangedora, pois o moço de bordo e o cozinheiro já ganhavam mais do que os oficiais".

E, mais adiante, Sr. Presidente:

"...o Vice-Almirante, os Generais de Divisão, os Maiores-Brigadeiros, estão em equivalência com o Ministro do Tribunal Federal de Recursos, Ministro do Superior Tribunal Militar, Presidente do Tribunal de Contas, Presidente do Tribunal Marítimo, etc., e é de se convir que essa equivalência na escala hierárquico-funcional, que é consequentemente também, hierárquico-social, deve corresponder a uma equivalência na escala hierárquico-salarial. No entanto verifica-se que em relação aos componentes do Poder Judiciário, os cidadãos, Oficiais-generais, estão com os seus vencimentos, que são de 78 mil cruzeiros, na mesma faixa dos continuos, dos serventes, dos motoristas, dos auxiliares judiciários, dos guardas judiciários".

Essas anomalias todas, Sr. Presidente, indicam uma completa anarquia na política salarial. Não teerei aqui maiores comentários à remuneração de certas categorias que se colocaram no vértice da pirâmide; até porque, longe de desfrutarem situação privilegiada, os seus integrantes apenas fugiram à contingência

do estado de amargura, inquietação e desespero de outras classes menos afortunadas.

Urge compreender que a realidade brasileira é toda contradições, com raízes na imprevidência daqueles que a encaminham pelos invios caminhos do empirismo e da improvisação.

O Sr. Alomar Baleeiro — V. Exa. merece todos aplausos e apenas deve alargar essa anarquia, que se estende não apenas à questão salarial, mas à própria vida política e jurídica do País. Veja V. Exa., fui à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas indaguei do ilustre Presidente daquele órgão se já podia dispor da prestação de contas do Sr. Presidente da República para, como é do meu dever como membro daquela Comissão, começar a estudar a prestação enviada por aquela autoridade do País. Discram-se na Comissão de Orçamento; aqui não chegou. Dirigi-me à Mesa e Mesa não recebeu também. Hoje estamos a 17 de maio às 16.30 horas. A Constituição, artigo 87, nº 17, determina que o Presidente da República deve enviar esse documento devidamente instruído com parecer do Tribunal de Contas, até a data limite meia noite do dia 15 de maio, isto é, 60 dias depois de 15 de março. O Regimento da Casa, artigo 175, § 1º diz:

"Se decorridos sessenta dias de inauguração dos trabalhos da Câmara, não houver esta recebido a prestação de contas do Presidente da República (Constituição, artigo 77, § 4º) — a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira dará parecer sobre o relatório do exercício anterior apresentado pelo Tribunal de Contas, e aguardará, para pronunciamento definitivo, a organização das contas, que deverá ser feita por uma Comissão Especial, composta de nove membros".

O Sr. MUNIZ FALCÃO — Permita-me V. Exa. que continui minha oração, porque disponho de muito pouco tempo. A intervenção de V. Exa., que muito me honrou, não é de certo modo pertinente à matéria de que trato, mas folgo que tenha tido sua oportunidade de registrar o cumprimento de uma disposição constitucional.

O Sr. Alomar Baleeiro — Agora está chegando a informação. Até há 10 minutos não havia chegado. Quer ver o original.

O Sr. MUNIZ FALCÃO — Para demonstrar a decadência da remuneração dos nossos funcionários, vou servir-me também de um elemento que me é oferecido por este relatório a que me estou referindo.

Tomarei o exemplo de um segundo-tenente, que é o posto intermediário da hierarquia das Forças Armadas e, portanto, pode fornecer a média do peso das várias categorias, ascendentes e descendentes.

Pois bem, em 1940, por ocasião do advento do salário-mínimo, com o Decreto-lei número 2.162, de 1º de maio daquele ano, um segundo-tenente percebia mil e trezentos cruzeiros, ou seja, seis vezes o salário-mínimo que era de Cr\$ 240,00. Enquanto que a partir de 1º de janeiro deste ano essa razão, que aos poucos veio definindo, é de cerca de um salário-mínimo e meio e isso ocorre relativamente a todas as categorias do funcionalismo público, civil e militar do soldado ao oficial, do funcionário do mais alto gabarito ao sergente. Verifica-se que os poucos os servidores federais vêm sendo sacrificados, sob as complementares vistas dos governos, que são insensíveis aos clamores da numerosa classe.

Sr. Presidente, sou autor de uma emenda a este projeto visando a implantação no serviço público da União de tabelas de vencimentos-móveis, baseadas no motor salário-mínimo vigente no País, segundo coeficientes

pré-estabelecidos e que, nesta primeira fase de sua implantação, representam elevação de 70 por cento na remuneração de todo o funcionalismo mas no futuro responderá, automaticamente, às taxas de elevação do salário-mínimo, mantendo-se a permanente relação hierárquica.

Não sei de outro remédio, para dar ao funcionalismo o mínimo de segurança de sua capacidade aquisitiva, poupando-o das imensas agruras que vem arrostando nestes últimos anos, senão a aplicação desse princípio. A majoração do salário-mínimo a partir de 1º de janeiro deste ano esmagou maduros de sete níveis da remuneração dos funcionários. O mês 7, hoje, corresponde ao salário-mínimo — ..... Cr\$ 21.000,00.

Dentro de poucos dias, após a transformação em lei deste projeto, será decretado novo salário-mínimo, por junção das solicitações dos trabalhadores, que já neste instante estão ansiosos por que o Presidente da República, atenda aos seus justos anseios neste particular, porque, na verdade, as classes assalariadas, especialmente os escalões inferiores.

Lutarei, Sr. Presidente, na Comissão especial de que participo por honrosa designação do meu Partido, o meu Partido para o qual fui conduzido pela generosidade do povo de Alagoas, a fim de que se faça justiça aos funcionários públicos do meu País, concedendo-lhes o aumento de setenta por cento com vencimentos-móveis, salário família, de quatro mil cruzeiros e outras vantagens.

Não me subordinarei, neste assunto a quaisquer injunções de ordem política, porque acima delas paira a minha consciência de representante livre do povo.

Desejo, como todos os patriotas brasileiros, o progresso, a tranquilidade e o bem-estar do meu País; mas não compactuarei com a injustiça, nem sufocarei as reivindicações daqueles que participam com o seu trabalho honrado na tarefa de engrandecimento de nossa Pátria.

Façamos justiça aos funcionários, dando-lhes vencimentos-móveis e assim pondo cõrbo à demagogia dos vencimentos salariais, colocando-os no plano alto das diretrizes fundamentais por que nos batemos.

Recursos para pagar o funcionalismo?

Que sejam buscados nos desvãos impenetráveis da sistemática cambial que tem feito tantas fortunas ilícitas!

Que sejam colhidos na astronômica sonegação de impostos em regra praticada à sombra do oficialismo pelas grandes empresas, de que participam altas figuras da República.

Que se dê sentido objetivo aos dinheiros dos vários fundos criados a qualquer título e de que se beneficiam também velhas, raposas encrustadas em postos-chaves do comando econômico-financeiro do País,

Que se taxem realmente os lucros extraordinários, através de uma fiscalização eficiente, pondo-se o Ministério da Fazenda à margem da política que manipula a máquina fazendeira ao sabor de interesses de campanário.

Que se taxem ainda mais os artigos de imprtação para luxo.

Que se reformule o regime vigente sobre remessa de lucros e royalties para o estrangeiro.

Combatam-se, enfim, a ambição, a voracidade, o negociismo, contando que se assegurem condições existenciais dignas aos funcionários deste País e suas famílias.

Tenho recebido numerosos apelos vindentes apelos partidos de todos os pontos do Brasil, a fim de que susten-

te a bandeira que ora defendo, e não decepcionarei aqueles que em mim confiaram sua defesa.

Estamos numa democracia, onde todos devem ter iguais oportunidades políticas, econômicas e culturais.

O SR. PRESIDENTE (Ranier Mazzilli) — A Mesa já advertiu V. Exa. três vezes. Faça um apelo à cortesia de V. Exa. para concluir sua oração.

O SR. MUNIZ FALCAO — Venho terminar, Sr. Presidente. Sei que V. Exa. me advertiu com razão, porque o Regimento é inflexível. Já estou habituado, permita-se que lhe diga às suas advertências. Sempre que ocupo esta tribuna V. Exa. me aponta o relógio, como se eu fosse um menino de escola. Sou um representante da Nação, Sr. Presidente, como qualquer outro com assento nesta Casa. Tenho direito a tratamento adequado e condigno, porque aqui represento um pequeno mas glorioso Estado da Federação. Desculpe-me V. Exa. Sr. Presidente, este desabafo. Estou na tribuna defendendo os interesses de uma grande e desprotegida classe do povo brasileiro — os funcionários. Eles, suas esposas, suas mães me escrevem, telegrafam, pedem, vêm em comissões solicitar meu apoio de representante da Nação. Defenda-os e intransigentemente, Sr. Presidente estarei sempre nesta tribuna, de acordo com o Regimento ou fora dele, mas aqui virei, sempre que o meu dever de deputado me impeller na luta pelas boas causas do povo brasileiro e na defesa das instituições brasileiras e do meu mandato. (Muito bem; muito bem, Palmas).

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR JOSÉ FREIRE NA SESSÃO VESPERTINA DE 20 DE MAIO DE 1963 E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. JOSÉ FREIRE: (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, hoje, no início da sessão, pedimos a palavra para fazer uma rápida e urgente comunicação à Casa.

Agora, volto novamente para reafirmar aquela exposição rápida que fizemos e dizer mais a V. Exa., complementando a nossa exposição inicial, que, realmente, na cidade de Formosa, não houve o anunciado pelo jornal "Última Hora".

Está nas antecâmaras desta Casa uma comissão de fazendeiros e políticos desse município, que vêm até esta Casa para, por intermédio dos representantes do povo, comunicar à Nação que não aconteceu o propágado pelo vespertino do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente, passo a ler um telegrama expedido ao Sr. Presidente da República:

"Como Sr. Dr. João Goulart — DD, Presidente da República — Palácio da Alvorada — Brasília — DF. Dia de hoje, no povo formosense o cesso e o unido em destaque, com participação e religião na organização regime democrático vigente na República, a defesa das garantias constitucionais, o patrimônio desenvolvido e a liberdade de pensamento, entrada nesta cidade de elementos agitados e funcionários da F.F.M. que procuram perturbar o povo formosense e em massa se colocou na rede de acesso a esta cidade e principalmente a F.F.M. para a realização de reuniões e reuniões pelo povo e a mobilização de funcionários públicos e fazendeiros, procurando cidade Formosa, com flagrantíssima ofensa à autonomia do Estado de Goiás, pelo Município Formosa, e sendo novamente compelidos a se retirarem, por conta que agitadores ameaçam promover baderna nesta cidade e invasões nas fazendas deste Município, como exemplo do que vem acontecendo no vizinho Município São Gabriel Goiás, por população local formosense alarmada reclama de vos-

sência proteção legal e defesa Constituição democrática vigente, por Povo formosense apoiar Reforma Agrária, dentro princípios atual Constituição Federal, por Saudações respeitadas por Durval Ferreira Freitas, Vice-Prefeito Municipal. — Antônio R. de Jesus Junior, Presidente Câmara Municipal. — Sebastião Vianna Lobo, Presidente da FAREC. — Joaquim Antônio de Magalhães, Presidente da Associação Rural e do Diretório do P.S.P. — Wilson Jurenel de Almeida, Presidente da Associação Comercial. — Severiano Batista Filho, Presidente do Diretório do PSD. — Naby Gebrim, Presidente do P.D.C. — Rev. Cavalcante, Ministro Igreja Evangélica. — Pe. Tiago Leijen, Vigário Geral Prelazia".

Esclareçamos mais a V. Exa. Senhor Presidente, que os elementos que penetraram na cidade de Formosa, como ficou patentado, são integrantes da SUPRA. Usam carros oficiais, emplacados com chapas brancas bem como gasolina e motoristas do governo, para fazer pregação subversivas no Município de Formosa.

O povo daquele município está na mais firme decisão de reagir, inclusive a mão armada, com fundamento no Código Civil, para defender o esbulho de suas propriedades.

O povo de Formosa, o povo de Goiás, quer a reforma da Constituição, quer uma reforma agrária, mas uma reforma que respeite o direito de propriedade e sobretudo, dentro dos princípios democráticos e cristão. (Muito bem, Muito bem, Palmas).

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria do Pessoal SEÇÃO DE CADASTRO

Atos da Mesa

Maria Thereza de Vasconcelos Peres — Oficial Legislativo, símbolo PL-5 — Licença-Prêmio — Nos termos das informações, pelo deferimento. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Oswaldo José do Espírito Santo — Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — Nos termos das informações, pelo deferimento. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Ruy de Moraes Menezes — Oficial Legislativo, símbolo PL-6 — Licença-Especial — Deferido, de acordo com as informações. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Sylvio Rodrigues Tejo — Motorista, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — De acordo com as informações deferido. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Odina Pereira Franco — Auxiliar Legislativo, símbolo PL-10 — Licença-Especial — (a partir de 19-4-63) — Deferido nos termos das informações. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Albino Martins Mulhass — Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — (a partir de 19-4-63) — Nos termos das informações, pelo deferimento. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Albino Martins Mulhass — Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — (a partir de 19-4-63) — Nos termos das informações, pelo deferimento. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Albino Martins Mulhass — Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — (a partir de 19-4-63) — Nos termos das informações, pelo deferimento. Em 10-5-63. — A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer supra. Em 15-5-63. — Angelo Laryny Guedes, — Chefe do Gabinete do Presidente.

Despachos do Diretor Geral

Jacy Manhaes — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-14 — Cancelamento de faltas — (Decreto Legislativo 18-61.) — De acordo com o Decreto Legislativo nº 18, de 1961 e em obediência à orientação da Mesa, cancelo 338 faltas ocorridas do serviço ocorridos na Prefeitura do antigo Distrito Federal. Em 15-5-63.

Geocy de Souza Menandro — Tagueta Reserva, símbolo PL-2 — Cancelamento de faltas — (Decreto Legislativo nº 18-61.) — A D.P. Cancelo as faltas, no total de 169, de acordo com o Decreto Legislativo nº 18, de 1961 e com a orientação da Mesa. Em 15-5-63.

Violante Albino Nogueira Le Roy — Oficial Legislativo, símbolo PL-4 — Cancelamento de faltas — (Decreto Legislativo nº 18-61.) — A D. P. De acordo com o Decreto Legislativo nº 18, de 1961 e em obediência à orientação da Mesa, cancelo 312 (trezentas e doze) faltas da funcionaria, ocorridas entre a data de sua admissão (1-2-46) e fevereiro de 1960. Em 15-5-63.

Cyrene Torres da Motta — Oficial Legislativo, símbolo PL-5 — Cancelamento de faltas — (Decreto Legislativo nº 18-61.) — A D.P. Deiro o pedido para cancelar 67 faltas, de acordo com o Decreto Legislativo nº 18, de 1961 e com a orientação da Mesa. As faltas se verificaram entre fevereiro de 1963 e junho de 1961. Em 15-5-63.

Rosalina Adalina de Carvalho — Auxiliar de Secretaria, símbolo PL-13 — Cancelamento de faltas — (Decreto Legislativo nº 18-61.) — A D.P. Cancelo as nove faltas — (Decreto Legislativo nº 18-61.) — A D.P. Cancelo as nove faltas, verificadas de 17 a 25 de agosto de 1961, em face do Decreto Legislativo nº 18, do mesmo ano e de acordo com orientação da Mesa. Em 15-5-63.

Sylvio Rodrigues Tejo — Motorista, símbolo PL-9 — Licença-Prêmio — (A partir de 7-5-63.) — A D.P. Em face da concorrência do chefe imediato do requerente, autorizei que o mesmo inclua o período de licença-premio em 7 de maio, por 180 dias. Em 12-5-63.

Luiz Gomes da Silva — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-16 — Justificação de faltas — (9, 10 e 11-5-63). — A D.P. Justifico as faltas nos dias 9, 10 e 11 do corrente, em face do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Oswaldo Balhino dos Santos — Auxiliar de Secretaria, símbolo PL-13 — Justificação de falta — (3-5-63). — A D.P. Justifico a falta ao serviço no dia 9 do corrente em face do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Milton da Silva Felix — Ascensorista, símbolo PL-13 — Justificação de faltas — (8, 9 e 10-5-63). — A D.P. Justifico as faltas nos dias 8, 9 e 10 do corrente, à vista do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Oliverios Gomes Correia — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-16 — Justificação de falta — (4-5-63). — A D.P. Justifico a falta do dia 4 do corrente, à vista do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Carlos Trindade — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-14 — Justificação de falta — (12-5-63). — A D.P. Justifico a falta no dia 13 do corrente. À vista do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Fisher Ricardo Cabral — Telefonista-Substituta, símbolo PL-16 — Justificação de faltas — (13 e 14 de maio de 1963). — A D.P. Justifico as faltas ao serviço nos dias 13 e 14 do corrente, à vista do parecer da D.A.M. Em 15-5-63.

Roberto Holanda — Oficial Legislativo, símbolo PL-6 — Justificação de faltas — (13 e 14-5-63). — A D. P. Justifico as faltas nos dias 13 e 14 do corrente, à vista do parecer da D.A.M. Em 17-5-63.

Edmilson Simões Lopes — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-16 — Justificação de faltas — (9 e 10-5-63). — A D.P. Justifico as faltas nos dias 9 e 10 do corrente, em face do parecer da D.A.M. Em 17-5-63.

Hena Bulhões Palhano — Auxiliar de Secretaria, símbolo PL-13 — Justificação de falta — (13-5-63). — A D.P. Justifico a falta ao serviço no dia 13 do corrente à vista do parecer da D.A.M. Em 17-5-63.

Luiz Carlos Ferreira dos Santos — Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-16 — Justificação de falta — (25-4-63). — A D.P. Justifico a falta no dia 25 de abril último, em face do parecer da D.A.M. Em 17-5-63.

Beatriz Siqueira de Castro — Redator de Anais e Doc. Parl, símbolo PL-2 — Justificação de falta — (13-5-63). — A D.P. Deiro, o melhor justifico a falta ao serviço no dia 13 do corrente à vista do atestado da D.A.M. Em 16-5-63.

Jorge Soares — Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9 — Comunicação de falta — (17-5-63). — A D.P., para os devidos fins. Em 15-5-63.

Roberto Caputo — Motorista — Substituto, símbolo PL-13 — Comunicação de faltas — (14, 15, 16 e 17-5-63). — A D.P., para proceder na forma da legislação em vigor. Em 15-5-63.

Azet Isaac — Auxiliar de Secretaria, símbolo PL-13 — Comunicação de serviço externo — (15-5-63). — A D.P. Concordo, ou melhor, justifico a falta de registro do ponto de hoje, por se encontrar o funcionário em serviço externo em Goiânia. Em 15-5-63.

Milton Rodrigues Mourão — Eletricista, símbolo PL-9 — Comunicação de serviço externo — (1º e 7-5-63). — A D.P. o requerente, isto é, o funcionário Milton Rodrigues Mourão está em serviço externo nos dias indicados. Em 15-5-63.

Ofício nº 586 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de-Infomagaes nº 213, de 1963, do Senhor Deputado Dirceu Cardoso, a fim de que informe a respeito.

Nº 587 — Ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio — Transmite o Requerimento de-Infomagaes número 216, de 1963, do Senhor Deputado Cantídio Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 588 — Ao Senhor Ministro da Aeronáutica — Transmite o Requerimento de-Infomagaes nº 217, de 1963, do Senhor Deputado Benjamin Palhano, a fim de que informe a respeito.

Nº 589 — Ao Senhor Ministro da Marinha — Transmite o Requerimento de-Infomagaes nº 218, de 1963, do Senhor Deputado Pereira Nunes, a fim de que informe a respeito.

Nº 590 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de-Infomagaes nº 221, de 1963, do Senhor Deputado Sérgio Magalhães, a fim de que informe a respeito.

Nº 591 — Ao Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Transmite o Requerimento de-Infomagaes nº 222, de 1963, do Senhor Deputado César Cardoso, a fim de que informe a respeito.

Em 8 de maio de 1963 Nº 599 — Ao Senhor Ministro da Trabalho e Previdência Social — Transmite pedido de audiência da Comissão de Trabalho Social, s/o Projeto nº 1.032, de 1960, que dispõe sobre a profissão de operadores e transportadores de balancetes nos portos organizados do País, a fim de que informe a respeito.

Nº 600 — Ao Senhor Ministro da Saúde — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira s/o Projeto nº 2.477, de 1960, de 1970, que concede a crédito especial de Cr\$ ..... 100.000.000,00, para a construção em Belo Horizonte de um Hospital Central para tratamento de tuberculose, a fim de que informe a respeito.

Nº 601 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto 3.911, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para atender a despesas de qualquer natureza com a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores (Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961).

Nº 602 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto 741, de 1959, que concede auxílio anual de 20.000,00, à Universidade Católica do Maranhão.

Nº 603 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto nº 1.582, de 1960, que inclui a Rodovia que liga Brasília aos Municípios de vários Estados no Plano Rodoviário Nacional discriminado.

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES**

**SEÇÃO DO EXPEDIENTE RESENHA DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS**

Ofícios:

Em 3 de maio de 1963

Nº 551 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite pedido de audiência da Comissão de Serviço Público, s/ o Projeto nº 1.303, de 1959, que concede autonomia ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, a fim de que informe a respeito.

Nº 552 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 181, de 1963, do Senhor Deputado Fernando da Gama, a fim de que informe a respeito.

Nº 553 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 182, de 1963, do Senhor Deputado Rui Lino, a fim de que informe a respeito.

Nº 554 — Ao Senhor Ministro da Agricultura — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 199, de 1963, do Senhor Deputado Oséas Cardoso, a fim de que informe a respeito.

Nº 555 — Ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 200, de 1963, do Senhor Deputado Paulo Coelho, a fim de que informe a respeito.

Nº 556 — Ao Senhor Ministro da Agricultura — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 201, de 1963, do Senhor Deputado Paulo Coelho, a fim de que informe a respeito.

Nº 557 — Ao Senhor Ministro da Agricultura — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 170, de 1963, do Senhor Deputado Moysés Pimentel, a fim de que informe a respeito.

Nº 558 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento-de-Informações número 173, de 1.63, do Senhor Deputado Edison Garcia, a fim de que informe a respeito.

Nº 559 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 174, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 560 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 175, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 561 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 176, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 562 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 177, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 563 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 178, de 1963, do Senhor Deputado Afonso Anshauk, a fim de que informe a respeito.

Nº 564 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 179, de 1963, do Senhor Deputado Afonso Anshauk, a fim de que informe a respeito.

Em 7 de maio de 1963

Nº 573 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 225, de 1963, do Senhor Deputado José Cruclano, a fim de que informe a respeito.

Nº 574 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite pedido de audiência da Comissão do Distrito Federal, s/ o ofício nº 17-63 da mesma Comissão, para que informe a respeito.

Nº 575 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 22, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 576 — Ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 172, de 1963, do Senhor Deputado Geraldo Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 577 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 172, de 1963, do Senhor Deputado Geraldo Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 578 — Ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 194, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 579 — Ao Senhor Ministro das Minas e Energia — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 195, de 1963, do Senhor Deputado Celestino Filho, a fim de que informe a respeito.

Nº 580 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 197, de 1963, do Senhor Deputado Geraldo Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 581 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 198, de 1963, do Senhor Deputado Geraldo Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 582 — Ao Senhor Ministro da Guerra — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 203, de 1963, do Senhor Deputado Pereira Nunes, a fim de que informe a respeito.

Nº 583 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 206, de 1963, do Senhor Deputado Sérgio Magalhães, a fim de que informe a respeito.

Nº 584 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações nº 208, de 1963, do Senhor Deputado Valério Magalhães, a fim de que informe a respeito.

Nº 585 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento-de-Informações nº 210, de 1963, do Senhor Deputado Geraldo Sampaio, a fim de que informe a respeito.

Nº 604 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o projeto número 1.229, de 1956, que concede subvenção à Escola de Engenharia do Brasil Central, a fim de que informe a respeito.

Nº 605 — Ao Senhor Ministro da Saúde — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto número 3.899, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para atender a despesas extraordinárias da Campanha de Erradicação e Controle da Malária em todo o Território Nacional, a fim de que informe a respeito.

Nº 606 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite o pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto número 1.697, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 35.000.000,00, para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, a fim de que informe a respeito.

Nº 607 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto nº 1.650, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com a construção e instalação da Casa do Brasil em Roma e dá outras providências, a fim de que informe a respeito.

Nº 608 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto número 44, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais no montante de Cr\$ 3.190.666.338,20, para atender a despesas de diversos Ministérios, a fim de que informe a respeito.

Nº 609 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto número 1.649, de 1960, que inclui no Plano Rodoviário Nacional, com a designação de BR-109, a rodovia que liga Corumbá, Mato Grosso, ao pórtico de Paranaguá, através de vários municípios dos Estados de Mato Grosso e Paraná, a fim de que informe a respeito.

Em 9-5-1963

Nº 613 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Comunica ao Senhor Ministro, que o plenário da Câmara dos Deputados, na forma do artigo 194, do Regimento Interno, aprovou o Requerimento do Senhor Deputado Abel Laje e outros, a fim de prestar esclarecimentos à Câmara sobre o ensino superior na Universidade de Brasília.

Nº 614 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Comunica ao Senhor Ministro, que o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Requerimento do Senhor Deputado Cantídio Sampaio na forma do artigo 194, do Regimento Interno, sobre a convocação do Exceletíssimo Senhor Ministro dos Negócios da Fazenda, a fim de que informe a respeito da Inscrição nua ero 239 da SI MOC.

Em 10-5-1963

Nº 616 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite pedido de audiência da Comissão de Educação e Cultura, s/ o Projeto número 2.672, de 1957, a fim de que informe a respeito.

Nº 617 — Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pe-

didic de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto nº 3.022, de 1961, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a fim de que informe a respeito da emenda Substitutiva.

Nº 618 — Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, s/ o Projeto nº 658, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, destinado à recuperação dos navios da Companhia de Navegação Baiana, a fim de que informe a respeito.

Nº 619 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações número 169, de 1963, do Senhor Deputado Burlamaqui de Miranda, a fim de que informe a respeito.

Nº 620 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 171, de 1963, do Senhor Deputado Jorge Káime, a fim de que informe a respeito.

Nº 621 — Ao Senhor Ministro das Minas e Energia — Transmite o Requerimento de Informações número 180, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 622 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 184, de 1963, do Senhor Deputado Adílio Viana, a fim de que informe a respeito.

Nº 623 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 185, de 1963, do Senhor Deputado Floriceno Paixão, a fim de que informe a respeito.

Nº 624 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações número 215, de 1963, do Senhor Deputado Leirte Vieira, a fim de que informe a respeito.

Nº 625 — Ao Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal — Encaminha o Projeto de Decreto Legislativo número 100-A, de 1961, que aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.

Nº 628 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite pedido de audiência da Comissão Especial para dar parecer ao Projeto número 136, de 1963, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, e dá outras providências, a fim de que informe a respeito.

Nº 629 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite pedido de audiência da Comissão Especial para dar parecer ao Projeto número 136, de 1963, a fim de que informe a respeito.

Em 13-5-1963

Nº 630 — Ao Senhor Ministro da Saúde — Transmite o Projeto número 2.571, de 1961, que nacionaliza a indústria farmacêutica no País, a fim de que informe a respeito.

Nº 631 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pedido de audiência da Comissão de Finanças, o Projeto número 465-C, de 1955, que estabelece o regime especial para a navegação fluvial e lacustre do interior do País, a fim de que o Presidente da Comissão da Marinha Mercante informe a respeito.

Nº 632 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite pedido de audiência da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, sem o Substituto do Projeto

número 4 333, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a arcar, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 100.000.000,00, para asfaltamento da estrada Dourados, trecho Campo Grande-Porto XV de Novembro, a fim de que informe a respeito.

Nº 633 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações número 188, de 1963, do Senhor Deputado Elias Carmo, a fim de que informe a respeito.

Nº 634 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento de Informações número 189, de 1963, do Senhor Deputado Arnaldo Nogueira, a fim de que informe a respeito.

Nº 635 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 187, de 1963, do Senhor Deputado Peixoto da Silveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 636 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações número 186, de 1963, do Senhor Deputado Peixoto da Silveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 637 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento de Informações número 190, de 1963, do Senhor Deputado Adílio Viana, a fim de que informe a respeito.

Nº 638 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 193, de 1963, do Senhor Deputado Adolfo Oliveira, a fim de que informe a respeito.

Nº 639 — Ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio — Transmite o Requerimento de Informações número 202, de 1963, do Senhor Deputado Jorge Kalume, a fim de que informe a respeito.

Em 14-5-1963

Nº 640 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 205, de 1963, do Senhor Deputado Dirceu Carneiro, a fim de que informe a respeito.

Em 15-5-1963

Nº 641 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento de Informações número 212, de 1963, do Senhor Deputado Flores Soares, a fim de que informe a respeito.

Nº 642 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite o Requerimento de Informações número 219, de 1963, do Senhor Deputado Paulo Corrêa, a fim de que informe a respeito.

Nº 643 — Ao Senhor Ministro das Minas e Energia — Transmite o Requerimento de Informações número 224, de 1963, do Senhor Deputado José Cruzado, a fim de que informe a respeito.

Nº 644 — Ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social — Transmite o Requerimento de Informações número 225, de 1963, do Senhor Deputado Donato Freitas, a fim de que informe a respeito.

Nº 645 — Ao Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Transmite o Requerimento de Informações número 220, de 1963, do Senhor Deputado Paulo Coelho, a fim de que informe a respeito.

Nº 646 — Ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio — Transmite o Requerimento de Informações número 214, de 1963, do Senhor Deputado Euclides Titcher, a fim de que informe a respeito.

Nº 647 — Ao Senhor Ministro das Relações Exteriores — Transmite o Requerimento de Informações número 211, de 1963, do Senhor Deputado Marco Antônio, a fim de que informe a respeito.

Nº 648 — Ao Senhor Ministro da Agricultura — Transmite o Requerimento de Informações número 209, de 1963, do Senhor Deputado Roberto Saturnino, a fim de que informe a respeito.

Nº 649 — Ao Senhor Ministro das Minas e Energia — Transmite o Requerimento de Informações número 207, de 1963, do Senhor Deputado Armando Leite, a fim de que informe a respeito.

Nº 650 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite o Requerimento de Informações número 204, de 1963, do Senhor Deputado Dirceu Cardoso, a fim de que informe a respeito.

Nº 651 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite o Requerimento de Informações número 196, de 1963, do Senhor Deputado Celestino Filho, a fim de que informe a respeito.

Nº 652 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas — Transmite o Requerimento de Informações número 192, de 1963, do Senhor Deputado Wilson Roriz, a fim de que informe a respeito.

Nº 653 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura — Transmite o Requerimento de Informações número 191, de 1963, do Senhor Deputado Jamil Amaden, a fim de que informe a respeito.

Nº 654 — Ao Senhor Ministro da Marinha — Transmite pedido de audiência da Comissão de Finanças, o Projeto número 465 C, de 1955, que estabelece o regime especial para a navegação fluvial e lacustre do interior do País, a fim de que informe a respeito.

Nº 655 — Ao Senhor Ministro da Fazenda — Transmite pedido de audiência da Comissão de Finanças, o Projeto número 465 C, de 1955, a fim de que informe a respeito.

Nº 656 — Ao Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — Encaminha o ofício número vinte e cinco, do corrente ano, do Comissão de Organização e Fiscalização Financeira solicitando audiência desse Tribunal para a Mensagem número 636, de 1961, relativa a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 429.000,00, para atender a pagamento de vencimentos de extradiplomatas mensais.

Nº 657 — Ao Senhor Ministro das Minas e Energia — Transmite pedido de audiência da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto número 1 277, de 1952, que trata da fixação de preços de combustíveis e lubrificantes empregados em veículos utilizados na produção agrícola, transportes coletivos e taxis e da outras providências, a fim de que informe a respeito.

Nº 658 — Ao Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Transmite o Requerimento de Informações número 188, de 1963, do Senhor Deputado Elias Carmo, a fim de que o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) informe a respeito.

Nº 659 — Ao Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Recusa o pedido objeto do Ofício número 314, de 29 de março de 1963, a fim de que informe a respeito do Requerimento de Informações número 38, de 1963, do Senhor Deputado Tarso Dutra.

Nº 660 — Ao Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — Transmite pedido de audiência da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto número 3 756, de 1961, que altera dispositivo da Lei número 3 780, de 12 de julho de 1960, disposto sobre equiparamento dos Práticos Rurais, a fim de que o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) informe a respeito.

Seção do Expediente, em 17 de maio de 1963. — Dulce Almeida Vasconcelos, Chefe.

## EXPEDIENTE RECEBIDO

Em 15 de maio de 1963

## Protocolo Assunto

Nº 811-63 — Requerimento de 14 de maio de 1963, de Guaracy Pereira, c/1 anexo, solicitando averbação de tempo de serviço e gratificação adicional. Enviado à DP.

Nº 812-63 — Requerimento de Ivo de Almeida, 15 de maio de 1963, solicitando prorrogação licença para tratamento de saúde. Enviado à DG.

Nº 813-63 — Ofício 7.904, de 7 de maio de 1963, do MJNI, encaminhando a Guia de Transferência de Maria Luíz Passos Cardoso. Enviado à DP.

Nº 814-63 — Ofício S/n de 14 de maio de 1963, da Zeladoria Principal, comunicando o desaparecimento de objetos do Gabinete do Líder da Maioria. Enviado a Chefe dos Serviços Gerais.

Nº 815-63 — Ofício s.n. de 14 de maio de 1963, da Zeladoria Principal, comunicando desaparecimento de objetos do Dr. Registro Taquigráfico de Debates. Enviado à Chefe dos Serviços Gerais.

Nº 816-63 — Requerimento de 15 de maio de 1963, de Mário Camilo de Oliveira, solicitando o desconto em sua folha da importância de Cr\$ 7.500,00, a partir de 1/5, relativo ao aluguel do apartamento que ocupa no IAPC. Enviado a Dir. Contabilidade.

Nº 817-63 — Ofício 34 — Arrec. 127, de 14-5-63, do Chefe da S. Arrecadação solicitando o desconto, na folha do Dep. José Ramalho Burnett da Silva, de 5% relativos a Benefícios de Família. Enviado a Diretoria de Contabilidade.

Nº 818-63 — Ofício 78, de 15 de maio de 1963, de Agassus Nylander Brito, solicitando averbação de tempo de serviço prestado como reserva. Enviado a DP.

Nº 820-63 — Mens. Presidencial número 123, de 15 de maio de 1963, encaminhando a proposta organograma para o exercício financeiro de 1964. Enviado a Mesa.

Nº 821-63 — Ofício 498-63 CAL-CN de 13 de maio de 1963, do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem Presidencial 122 de 13 de maio de 1963, com anteprojeto de lei que modifica a Lei nº 4.177, de 31 de dezembro de 1962, que estuda a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1963. Enviado a Mesa.

Nº 822-63 — Requerimento de 13 de maio de 1963, de Luiz Viana de Souza, solicitando a concessão de 34 dias relativos a recesso parlamentar. Enviado a DP.

Nº 823-63 — Requerimento de 15 de maio de 1963, de Veuza Pacheco, solicitando a concessão de 34 dias relativos a recesso parlamentar. Enviado a DP.

Nº 824-63 — Ofício 490-63 CAL-CN, de 13 de maio de 1963, do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem Presidencial nº 119, de 13 de maio de 1963, submetendo a apreciação do Congresso os Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, criado por Resolução da 13ª Sessão da Conferência Geral da ONU realizada em 1955. (UNESCO). Enviado a Mesa.

Nº 825-63 — Ofício 526-63 CAL-CN de 13 de maio de 1963, do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem Presidencial 120 de 13 de maio de 1963, submetendo a apreciação do Congresso o instrumento de "Menda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho adotado pela 46ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em junho de 1962. Enviado a Mesa.

Nº 826-63 — Ofício 538-63 CAL-CN, de 13 de maio de 1963, do Chefe do Gabinete Civil da PR, encaminhando a Mensagem Presidencial 121, de 13 de maio de 1963, submetendo a apreciação do Congresso o Protocolo que dá nova redação ao art. 48 (e) da Convenção da Organização de Aviação Civil Internacional de 1944. Enviado à Mesa.

Nº 827-63 — Requerimento de 15 de maio de 1963, de Dulce Maria Rocha de Azeredo, solicitando concessão de 15 dias restantes de férias. Enviado à DP.

Nº 828-63 — Requerimento de 15 de maio de 1963, de Darci de Souza, solicitando averbação de tempo de serviço prestado como reserva. Enviado à DP.

Em 16.5.1963

Nº 829-63 — Requerimento de 15-5 de 1963, de Luiz de Siqueira Santos, solicitando cancelamento de faltas. Enviado à DP.

Nº 830-63 — Requerimento de 15-5 de 1963, de Wilson Ferreira da Silva, solicitando cancelamento de faltas. Enviado à DP.

Nº 831-63 — Requerimento de 15-5 de 1963, de José Pereira dos Santos, solicitando cancelamento de faltas. Enviado à DP.

Nº 832-63 — Ofício 94-DC, de 14-5 de 1963, da Sra. Diretora d e Comissões encaminhando ofício da Seção de Comissões de Inquirido em que é comunicado o não comparecimento ao serviço em 14-5-63, de Waldetaro Conforte. Enviado à DG.

Nº 833-63 — Ofício 1.723, de 15-5-63 do Ministério da Guerra, do Chefe do Escalão Avançado, encaminhando relação de endereços e telefones dos Chefes dos Escalões Superiores do Exército. Enviado à 4ª Secretária.

Nº 834-63 — Requerimento de 15-5 de 1963, de Antonio José Ferreira Cerqueira, solicitando cancelamento de faltas. Enviado à DP.

Nº 835-63 — Requerimento de 11-5 de 1963, de Paulo de Souza, solicitando prorrogação de licença para tratamento de saúde. Enviado à DP.

Nº 836-63 — Requerimento de 16-5 de 1963, de Walter Peres, solicitando justificativa de faltas nos dias 2, 3 e 4-2-63. Enviado à DG.

Nº 837-63 — Ofício 109, de 15-5-63, do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho prestando esclarecimento a respeito do Requerimento de Informações nº 168-63. Enviado à 1ª Secretária.

Nº 838-63 — Ofício 905, de 15-5-63, do Ministério da Marinha (Sr. Ministro), encaminhando relação de nomes, cargos, endereços e telefones de oficiais da Marinha. Enviado à 4ª Secretária.

Nº 839-63 — Ofício 95-DC, de 15-5 de 1963 da Sra. Diretora de Comissões encaminhando recomendação do Sr. 1º Secretário sobre ingresso no quadro da Câmara de diplomatas. Enviado à D. Segurança.

Nº 840-63 — Ofício 799, de 30-4-63, do Secretário-Geral do IBGE comunicando ter sido autorizado o fornecimento à Câmara de 3 exemplares do "Anuário Estatístico do Brasil" — 1962. Enviado à 1ª Secretária.

Nº 841-63 — Requerimento de 16-5 de 1963, de Floriano Augusto Ramos (Diretor-Geral da Câmara), solicitando concessão de licença-prêmio. Enviado à DP.

Nº 842-63 — Aviso nº 53, de 15-5 de 1963 do Sr. Ministro da Fazenda solicitando seja marcada data para o seu comparecimento à Câmara, atendendo a convocação. Enviado à Presidência.

Nº 843-63 — Ofício 82, de 16.5.63, da Sra. Diretora de Comunicações, comunicando que deixaram de comparecer ao serviço em 16.5.63 os Auxiliares Leais Dario Sampaio Diniz e Natalina Vitória Lago Ribeiro. Enviado à DG.

Nº 844-63 — Ofício 81, de 16.5.63, da Sra. Diretora de Comunicações, comunicando que deixaram de com-

palhar ao serviço em 15.5.63 os Au-  
tantes Legislativos Dário Sampaio  
Diniz e Natalina Vitória Lago Ribeiro  
e o Servente Nelson da Silva. En-  
viado à DG.

Nº 843-63 — Requerimento de 16-5  
de 1963, de Paulo de Souza Coelho,  
solicitando concessão de 33 dias rela-  
tivos à recessão parlamentar. Envia-  
do à DP.

Nº 848-63 — Ofício s/nº, de 15.5.63  
do Líder da UDN, justificando a ne-  
cessidade do comparecimento de todos  
os funcionários lotados naquele Gabi-  
nete, às sessões extraordinárias. En-  
viado à DG.

Nº 847-63 — Ofício s/nº, de 15.5.63  
do Líder da UDN, comunicando in-  
formação de funcionários naquele Gabi-  
nete. Enviado à DG.

Nº 848-63 — Requerimento de 16-5  
de 1963, de Mário Alves, solicitando  
a concessão dos dias relativos ao úl-  
timo recesso parlamentar. Enviado  
à DP.

Em 17.5.1963

Nº 849-63 — Ofício nº 13, de 10-5-63  
do Sr. Ministro da Indústria e Co-  
mércio, encaminhando resposta do  
IBC ao P. Inf. nº 279-62, do Dep.  
Olívira Franco — Enviado à 1ª Se-  
cretaria.

Nº 850-63 — Ofício 97-DC-63, de  
16.5.63, da Sra. Diretora de Comis-  
sões, encaminhando o Ofício nº 28 —  
Argenteo, de 15.5.63, da Comissão de  
Segurança Nacional, solicitando aqui-  
sição de mesa tipo-ferradura — A DG

Nº 851-63 — Ofício nº 98-DC-63, de  
16.5.63, da Sra. Diretora de Comis-  
sões, encaminhando o Ofício nº 27-A  
de 15.63, da Comissão de Segurança  
Nacional, comunicando que o funcio-  
nário José de Queiroz Campos está  
a serviço externo, desde 10-4 p. pas-  
sado — A DG

Nº 852-63 — Requerimento de 17-5  
de 1963, de Ivan de Siqueira Louren-  
ço, solicitando o cancelamento de suas  
faltas ao serviço, de acordo com o  
Decreto Legislativo nº 18-61 — En-  
viado à DP.

Nº 853-63 — Ofício DAO-DNU-  
17-63, 77 (64), de 15.5.63, do Sr. Mi-  
nistro das Relações Exteriores, enca-  
minhando o relatório do Secretariado  
da ONU para a XIV Sessão da Comi-  
issão de Informações sobre o pla-  
nejamento para o Desenvolvimento e  
Política Agrária em Territórios não  
Autônomos Selecionados. A 1ª Sec

Nº 854-63 — Ofício 662-P-63, de  
14.5.63 do Sr. Presidente do Tribu-  
nal de Contas da União, encaminhando  
para ser acompanhado de instrução  
o processo sobre as contas gerais  
da PROBRAS, em 1961 — Envia-  
do à 1ª Secretaria.

Nº 855-63 — Ofício 725-63, de 16-5  
de 1963, do Ins-pector-Chefe da 1ª DC-  
Ara Sul (DEP), comunicando decré-  
to do Ministério Público, no sentido  
de que esta qualificada e interrogado  
o Dep. Francisco Julião e pede a  
indicação dos meios necessários ao  
cumprimento dessa medida. Enviado  
à 1ª Secretaria.

Nº 856-63 — Ofício s/nº do Depar-  
tamento Imobiliário solicitando uma  
relação com os nomes das atuais Se-  
nhoras Pontudas. A 4ª Sec.

Nº 857-63 — Requerimento de 14-5  
de 1963, de Irany Plath Peters (Of.  
12-DC da D. Comissões), solicitando  
a concessão de 30 dias para a  
sua licença para tratamento de saúde  
Enviado à DP

Nº 858-63 — Ofício 164, de 16-5-63,  
do Chefe do Gabinete do Sr. Minis-  
tro da Educação e Cultura comuni-  
cando que 14 foi enviada, em mãos,  
pelo Sr. Victor de Castro Miranda, a  
relação solicitada. Enviado à 4ª Se-  
cretaria.

Nº 859-63 — Requerimento de 17-5  
de 1963, de José Cardoso Ferreira, so-  
licitando concessão de gratificação  
adicional — Enviado à DP

Nº 860-63 — Ofício ref. PR-29.440,  
de 15.5.63, do Sr. Chefe do Gabinete  
Civil da Presidência da República,  
encaminhando a Mensagem presiden-  
cial nº 124, de 15.5.63, acompanhando

as contas do Governo Federal relati-  
vas ao exercício de 1962. Enviado  
à Mesa.

Nº 861-63 — Ofício s/nº, de 12.5.63,  
do Sr. Diretor dos Serviços Gerais  
da Presidência da República, comu-  
nicando frequência de Francisco José  
Ferreira Studart, de 6-2 a 15.5.63 —  
Enviado à DP.

Nº 862-63 — Ofício ref. PR-12.719,  
de 13.5.63, do Sr. Chefe do Gabi-  
nete Civil da Presidência da República,  
encaminhando resposta do DASP ao  
Requerimento Inf. nº 322-62, do Dep.  
Adylio Viana. — Enviado à 1ª Sec.

Nº 863-63 — Requerimento de 17-5  
de 1963, de Geny Xavier Marques,  
(Of. nº 100-DC-63, da D. Comis-  
sões), solicitando concessão de 34 dias  
relativos a recesso parlamentar. —  
Enviado à DP.

Nº 864-63 — Requerimento, de 17-5  
de 1963, de Valdeário Conforto, so-  
licitando licença para tratamento de  
saúde — Enviado L DG.

Nº 865-63 — Requerimento de 17-5  
de 1963, de Carlos Baldez de Carva-  
lho, solicitando averbação de tempo  
de serviço prestado como reserva. —  
A DP.

Nº 866-63 — Ofício nº 83, de 17-5  
de 1963, da Sra. Diretora de Comuni-  
cações, comunicando que os Auxíli-  
ares Legislativos Dário Sampaio Diniz  
e Natalina Vitória Lago Ribeiro de-  
ixaram de comparecer ao serviço, em  
17.5.63. — A DG.

Nº 867-63 — Ofício nº 101-DC, de  
17.5.63, da Sra. Diretora de Comis-  
sões, justificando ter ultrapassado o  
limite de funcionários estabelecido  
para as sessões extraordinárias — En-  
viado à DG.

Nº 868-63 é Requerimento de Alce-  
redo de Jesus Barros, solicitando in-  
formar em que classe está considerado  
o seu tempo de serviço prestado no  
período de 5.5.61 a 8.8.61. Enviado  
à DP.

Walter Pinheiro Alves, Chefe da  
Seção de Protocolo.

### Concurso Público para Biblio- tecatário

De ordem da Mesa da Câmara dos  
Deputados, faço público que, em vir-  
tude da comissão da data no edital an-  
terior, as inscrições para o concurso  
de Bibliotecário ficarão abertas por  
mais 15 dias, isto é, até 5 de junho  
próximo.

Brasília, 21 de maio de 1963. — Flo-  
riano Augusto Ramos, Diretor-Geral.

Local — Brasília

#### Requisitos:

- 1º ser brasileiro;
- 2º ter 18 (dezoito) anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 (trinta e cinco) incompletos à data da abertura das inscrições;
- 3º apresentar requerimentos de inscrição, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil, das 14 às 18 horas, exceto aos sábados, assinado pelo próprio candidato ou procurador;
- 4º cumprir o requerimento de inscrição, que obedecerá a fórmula própria, os seguintes documentos:

- a) diploma de Bibliotecário fornecido por um dos seguintes estabelecimentos de ensino: Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul; Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae"; Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná; Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura do Recife (extinto); Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Recife; Cursos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Escola de Biblioteconomia da Universi-

dade Católica de Campinas, Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais; Escola de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Ursula; e Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia. Os diplomas fornecidos por estabelecimentos de ensino estrangeiros serão aceitos a critério da Comissão;

b) certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento); permitida a fotocópia autenticada ou publicação;

c) atestado de bom comportamento, firmado por duas pessoas idôneas (firmas reconhecidas);

d) atestado médico negativo quanto a qualquer moléstia infecto-contagiosa (firma reconhecida);

e) atestado de vacinação ou revacinação antivaricólica fornecido por autoridade sanitária federal;

f) dois exemplares iguais de fotografia recente do candidato, tirada de frente e sem chapéu (3 x 4 centímetros), trazendo no verso a lápis ou a tinta o nome do interessado;

g) declaração do órgão competente da repartição em que trabalhar (para os ocupantes de cargo ou função pública com mais de 35 anos de idade);

5º exibir no ato da inscrição:

a) carteira de identidade ou profissional;

b) título de eleitor;

c) prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;

6º optar no ato da inscrição, por dois dentre os seguintes idiomas: francês, inglês, alemão, espanhol, italiano.

No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição.

O candidato cuja inscrição não for considerada em ordem e que, convidado por edital a completá-la, não o fizer no prazo concedido, terá a inscrição cancelada.

Esta prova valerá 100 (cem) pontos. Cada parte valerá 10 (dez) pontos.

Mínimo para a habilitação — 60 pontos.

Duração da prova — 60 minutos.

5) Catalogação:

Esta prova será dividida em 3 (três) partes, visando a resolução de questões, problemas e prática de Catalogação, segundo as "Normas para Catalogação de Impressos" da Biblioteca Vaticana, edição de 1949, baseados no programa anexo. A primeira e segunda partes serão constituídas de problemas e testes dos tipos: "Múltiplo Escolha" e "Falso ou Verdadeiro". A terceira parte será prática e consistirá na catalogação de duas obras e um capítulo ou artigo, fornecidos ao candidato na hora da prova.

A prova valerá (cem) pontos assim distribuídos:

- 1ª parte — 10 (dez) pontos.
- 2ª parte — 20 (vinte) pontos.
- 3ª parte — 70 (setenta) pontos.

Mínimo para a habilitação — 60 (sessenta) pontos.

Duração da prova — 120 minutos

6) Classificação Decimal Univer-  
sal. (CDU):

A prova será dividida em 3 (três) partes e constituída por questões objetivas extraídas do programa anexo. A 1ª parte constará de testes de dois tipos: "Falso ou Verdadeiro" e "Completar Frases". A 2ª parte constará de dois testes: "Múltipla Escolha" e "Acasamento". A 3ª parte consistirá na classificação de 4 documentos (livro, artigo, capítulo, periódico etc.) fornecidos ao candidato na hora da prova.

Esta prova valerá 100 (cem) pontos assim distribuídos: Primeira par-

te, 20 pontos; Segunda, 40 pontos; Terceira, 40 pontos.

Mínimo para a habilitação — 60 pontos.

Duração da prova — 120 minutos.

#### DOS PROGRAMAS

1) *Bibliografia e Referência:*

Alem do programa, indica-se, em anexo, uma bibliografia seletiva para o estudo dos diversos pontos.

1 — Serviço de Referência, sua finalidade, organização e atribuições específicas.

2 — Bibliotecário de Referência: qualificações exigidas. Obras de Referência e seus caracteres.

3 — Manuais e guias de obras de Referência, Bibliografias de Bibliografias.

4 — Organização bibliográfica nacional e internacional. Bibliografias nacionais. Catálogos Coletivos

5 — Estrutura e meios de atualização das grandes enciclopédias nacionais.

6 — Enciclopédias e dicionários especializados em Ciências Sociais, em geral, e em Política, Economia e Direito, em particular.

7 — Dicionários monolíngües bilingües e plurilingües. Dicionários de siglas e de outras particularidades lingüísticas.

8 — Repertórios biográficos, geográficos, cronológicos e de instituições.

9 — Coleções de textos constitucionais brasileiros e estrangeiros. Principais comentários das diversas Constituições federais brasileiras.

10 — Coleções e comentários da legislação brasileira: títulos, estrutura e periodicidade.

11 — Estrutura e características das publicações em que são divulgados os atos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Publicações Encerradas as inscrições, organizar-se-á uma relação, em ordem alfabética, dos candidatos que receberão, mediante a exibição de carteira de identidade ou profissional, cartões de identidade com a fotografia e a indicação do seu número de chamada, sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.

#### MATERIAS

1) *Português:*

a) correção de discurso ou trecho de discurso com um mínimo de 30 linhas impressas ou mimeografadas, sorteado no momento, e em que tenham sido proposadamente incluídos erros;

b) pontuação de um trecho com um mínimo de 20 linhas, sorteado no momento da prova.

Esta prova é eliminatória e valerá 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

a) correção de trecho — 50 pontos  
b) pontuação de um discurso — 50 pontos.

O mínimo para a habilitação é de 60 pontos, não podendo concorrer a outra prova os candidatos que não o atingirem.

Duração da prova — 120 minutos.

2) *Idiomas:*

Versão para o idioma pátrio, sem auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente de duas das seguintes línguas (segundo a preferência do candidato, no ato da inscrição): francês, inglês, alemão, espanhol, italiano.

Esta prova valerá 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

1ª parte — 50 (cinquenta) pontos;  
2ª parte — 50 (cinquenta) pontos;  
Mínimo para a habilitação — 50 (cinquenta) pontos;

Duração da prova — 180 minutos.

3) *Bibliografia e Referência:*

A prova de Bibliografia e Referência será dividida em três partes e constituída de questões teóricas e prá-

deixas elaboradas do programa anexo. A primeira parte — Teoria da Bibliografia e do Serviço de Referência — contém as partes de quatro tipos: "Falso ou Verdadeiro", "Acasaliamento", "Múltipla Escolha" e "Completar Frases". A segunda parte — Prática Bibliográfica — será constituída de questões em cuja solução os candidatos deverão aplicar as normas bibliográficas internacionais, vigentes no Brasil. Na terceira parte — Prática do Serviço de Referência — os candidatos indicarão as obras de referência mais apropriadas para a solução de questões extraídas do programa anexo.

Esta prova valerá 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

- 1ª parte — 20 pontos;
- 2ª parte — 30 pontos;
- 3ª parte — 50 pontos;
- Mínimo para a habilitação — 60 pontos;
- Duração da prova — 120 minutos.

4) **Seleção e Reprodução de Documentos;**

A prova será dividida em 10 (dez) partes constituídas de questões objetivas sobre os novos instrumentos e técnicas de análise, organização e localização dos conhecimentos humanos. Constará de testes de quatro tipos: "Falso ou Verdadeiro", "Acasaliamento", "Múltipla Escolha" e "Completar Frases".  
1ª — Prática bibliográfica. Normas brasileiras para abreviação de títulos de periódicos, sino, e resumos e referências bibliográficas.

**BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — Rio de Janeiro — *Normalização da documentação no Brasil*. — Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960. 104 p. (Ponto 12).

BRASIL — Congresso. — Câmara dos Deputados. Biblioteca. Índice bibliográfico das contribuições. *Solim de Biblioteca da Câmara dos Deputados*. — Rio de Janeiro 3 (2): 389-407 jul./dez. 1959. (Ponto 9).

HUFFHINS "Margaret" ? *Production to reference work*. Chicago American Library Association, 1944. 214 p. (Pontos 1 e 2).

LARSEN KNUD. *National bibliographical services their effort and operation*. Paris Unesco 1953 x 142 p. Unesco bibliographical handbooks 1. (Ponto 4).

MC COMBS Charles F. O. *departamento de referencia*. Trad. de Sylvia do Vale Amaral. Rio de Janeiro: D.A.S.P., Serviço de Documentação, 1957. 45 p. (Pontos 1 e 2).

MAICLÉS L. — N. *Le sources de la culture bibliographique*. Genève: Librairie Lillie, Glard, 1950 — 1958, 3v em 4' (Pontos 3 — 4 — 5 — 6 — 7 e 8).

RIO DE JANEIRO — Casa de Rui Barbosa. *Bibliografia brasileira de Direito Const. 1947*. Trimestral pesquisar. Rio de Janeiro 1956 xv. 136 p. (Coleção de estudos jurídicos. 1) (Ponto 9).

ROTHSTEIN Samuel. *The development of reference services through academic traditions, public library practice and special librarianship*. Chicago. Association of College and Reference Librarians, 1955. ix, 124 p. (ACRL monographs, n. 14) (Pontos 1 e 2).

SAROR Josefa Emilia. *El servicio de referencia*. in: *Albani Juan et alii. Manual de bibliotecología para bibliotecas populares*. Buenos Aires Kapelusz, 1957, p. 189-212. (Pontos 1 e 2).

— *Manual de fuentes de información*

Buenos Aires, Kapelusz 1957, xii 135 p. (Contribuciones bibliotecológicas. 2) (Pontos 3 — 4 — 5 — 6 — 7 e 8).

WYER James I. *Reference work; a textbook for students of library work and librarians*. Chicago. American Library Association, 190. 315 p. (Library curriculum studies) (Pontos 1 e 2).

Nota: O programa não exige, necessariamente, o conhecimento de todas as obras indicadas nesta bibliografia. A citação de mais de uma obra para certos pontos visa apenas, facilitar o seu estudo.

2) **Seleção e Reprodução de Documentos**

Além do programa, indica-se, em anexo, uma bibliografia seletiva para o estudo dos diversos pontos.

1 — O conjunto global dos processos de produção, reprodução, localização e difusão dos conhecimentos — Evolução histórica e tendências recentes dos novos sistemas de organização da matéria, que têm por objeto identificar e separar mais rapidamente o aumento vertiginoso do material impresso.

2 — Emprego das técnicas automáticas na seleção de informações. Sistemas baseados em aspectos — Indexação coordenada — Fichas pautadas nas margens. — Fichas por assunto ou cartões ideológicos — Utilização da eletrônica — Rapid Selector — Filmorex — Univac.

3 — Utilização da microfotografia nas bibliotecas — Microfotografias em linhas contínuas e microfotografias em linhas paralelas — Aplicações da microfotografia nas bibliotecas — Armazenagem e equipamentos para leitura — Pequenos laboratórios fotográficos — A produção de microfílm e de microfichas — Ampliação de microfotografias.

4 — Processos de reprodução e cópia de documentos — Os novos métodos — A utilização do "Flexowriter" nos centros de documentação e nas bibliotecas.

**BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. *Normalização da documentação no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960, 104 p.

BERNSTEIN Hans H. *La utilización de los "flexowriters" em los centros de documentación y en las bibliotecas*. Bol. Unesco Bibli., Paris 16 (2): 85-91, mar./abr. 1962.

BRADFORD, S. C. *Documentação por S. C. Bradford*. Tradução de M. E. de Mello e Cunha. Apêndice para a edição brasileiro por Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 292 p. (Biblioteca fundo universal de cultura. Estante de documentação).

BRASIL, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliografia brasileira de documentação*. Rio de Janeiro, 1960, 237 p.

COARACY, Ada Maria. *Reprodução de documentos em bibliotecas*. Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro 82 (13): 49-68, jan./mar. 1959.

COBLANS, Herbert. *Documentação*. Rio de Janeiro, Cursos da Biblioteca Nacional, 1953. 10 súmulas mimeografadas.

— *Introdução ao estudo de documentação*. Traduzido do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro, DASP, S. D. Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 157 p. 147 p. ("Ensaio de administração", nº 8).

DONKER DUYVIS, F. *Servicios de reproducción de documentos; organización y funcionamiento*. Bol. Unesco Bibli., Paris 14 (6): 257-277, nov./dic. 1960.

GÜNTHER Alfred. *La microfotografía en las bibliotecas*. Bol. Unesco Bibli., Paris 16 (1): 1-23, ene./feb. 1962.

LEWIS, Chester M. & OFFENHAUSER, William M., Jr. *Micro recording; industrial and library applications*. London, New York, Interscience Publications, 1956. 456 p.

NERY DA FONSECA, Edson. *Normalização da documentação*. IBBB Bol. Inform., Rio de Janeiro, 2 (1): 15-23, jan./abr. 1958.

SHERA, Jesse H. *Para mantenerse al día; tendencias recientes en el aima-cenamiento y localización de documentos*. Bol. Unesco Bibli., Paris 16 (2): 69-78, mar. abr. 1962.

SOARES, Nilza Teixeira. *Seleção mecânica no documentação*. IBBB Bol. Inform., Rio de Janeiro 2 (5): 265, 279, set./out. 1956.

VERRY H. R. *Document copying and reproduction processes*. London, Fountain press 1960. 328 p. — *Reproducción de documentos*. Bol. Unesco Bibli., Paris 16 (2): 1-23, ... feb. 1962.

VIELLARD J. *La fotografía y la reproducción de documentos*. Bol. Unesco Bibli., Paris 8 (10): 181-185, Oct. 1954.

3) **Catálogo**

1 — Resolução de questões sobre os seguintes temas:

- a) os catálogos da Biblioteca
- b) Leitura técnica do livro
- c) Catálogo de periódicos e publicações seriadas
- d) Coleção de referência do catalogador.

2 — Resolução de problemas sobre os seguintes temas:

- a) Entrada principal de publicações individuais, oficiais, de entidades coletivas e anônimas
- b) Transcrição do título
- c) O emprego das notas de série
- d) o emprego das notas tipográficas
- e) O emprego das notas especiais

3 — **Prática**

- a) Catálogo de duas obras
- b) Catálogo analítico de um artigo ou capítulo.

Nota — Para esta prova não será permitido o manuseio das "Normas para Catalogação de Impressos".

4) **Classificação Decimal Universal (CDU)**

Além do programa, indica-se, em anexo, uma bibliografia seletiva para o estudo dos diversos pontos.

- 1 — CDU — História. Edições.
- 2 — CDU — Desenvolvimento e revisão. Extensões e Correções. Comissões.
- 3 — CDU — Princípios gerais de aplicação do sistema. Estruturação geral das tabelas. Notação e simbologia. Utilização dos:
  - 1) Números principais simples.
  - 2) Números compostos.
    - a) por adição;
    - b) por extensão
    - c) por relação;
    - d) por divisões analíticas;
    - e) por ponto de vista;
    - f) por combinação dos números principais com outros números auxiliares: de lugar, tempo, forma, língua, raça e povo.
- 4 — CDU — Ordenação. Ordem dos diferentes elementos de um número decimal composto. Ordenação seriada de vários números decimais. (Ordem horizontal e vertical).
- 5 — CDU — O sistema no Brasil. Principais bibliotecas e publicações brasileiras que utilizam a CDU.

6 — CDU — Edições abreviadas: trilingüe, portuguesa, inglesa e espanhola.

7 — CDU — Edição desenvolvida francesa da classe 3 (Ciências sociais).

8 — Catálogo sistemático ou classificado.

**INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA**

1 — O candidato terá à sua disposição, para as 2ª e 3ª partes da prova as seguintes edições da CDU:

- a) abreviada trilingüe;
- b) abreviada inglesa;
- c) abreviada espanhola;
- d) abreviada portuguesa;
- e) desenvolvida francesa da classe 3.

2 — O critério para utilização destas edições será o seguinte:

Números ou tabelas principais  
a) usar as edições abreviadas para as classes: 0 — 1 — 2 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 e 9;

b) usar a edição desenvolvida francesa para a classe 3.

Números ou tabelas auxiliares:

Usar as edições abreviadas.

3. A classificação de cada documento deverá ser minuciosa quanto ao assunto e completa quanto as subdivisões comuns quando estas estão, nitidamente, caracterizadas no documento.

4. O candidato fará a primeira parte da prova sem o auxílio das edições da CDU acima mencionadas. Somente após entregar a primeira parte de sua prova, terá acesso às tabelas da CDU necessárias à realização das segunda e terceira partes.

**BIBLIOGRAFIA**

BRADFORD Samuel Clement. *A classificação decimal universal*. In: *Documentação*. Tradução de M. E. de Mello e Cunha. Apêndice para a edição brasileira por Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura — 1961, p. 86-118. (Biblioteca fundo universal de cultura. Estante de documentação).

COBLANS, Herbert. Apêndice 3. In: *Introdução ao estudo de documentação*. Traduzido do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade, Rio de Janeiro, D.A.S.P., Serviço de Documentação, 1957, pág. 136-137.

DREWY Harry. *Some special aspects of the classified catalog*. In: *Analyses of library materials*. New York, Columbia University, School of Library Service e 1953 p. 114-129.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO — *Classificación Decimal Universal*. Edición abreviada española. Madrid, Instituto Nacional de Racionalización del Trabajo (1953) 138 p. (Ed. F.I.D. nº 222).

— *Classificação Decimal Universal*. Edição abreviada portuguesa. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Documentação Científica, 1961, 214 p. (Publ. F.I.D. nº 275).

— *Classificação Decimal Universal*. Edição preliminar. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Documentação Científica, 1945. 173 p.

— *Classification Decimale Universelle ... 3 Sciences, Sociales*. 5ª ed. Internationale. Bruxelles, Editions Mundaneum, 1952 (288) p. (F.I.D. publication nº 252).

— *Universal Decimal Classification*. ... Abridged English edition, 2. ed. rev. London, British Standards Institution, 1957, 252 p. (F.I.D. número 289).

— *Universal Decimal Classification*. ... Abridged English edition, 3. ed. rev. London, British Standards Institution, 1961, 254 p. (F.I.D. número 289).

— *Universal Decimal Classification*. Trilingual (abridged) edition, London, British Standards Institution, 1958, 515 p. (F.I.D. n.º 277).

JACQUEMIN, E. *A classificação decimal universal (CDU)* ... Traduzido da Revue de la Documentation 26 (4): 101-114, nov. 1959 por Laura Maia de Figueiredo e Edson Nery da Fonseca ... Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960, 32 p. (F.I.D. pub. 312).

MANN, Margaret. *The classified catalog*. In: *Introduction to cataloging and classification of books*, 2. ed. Chicago, American Library Association, 1943, p. 181-188.

METCALFE, John. *The classified catalogue, pure and simple*. In: *Subject classifying and indexing of libraries and literature*, New York Scarecrow press, 1959, p. 118-131.

— UDC and synthetic classification. In: *Subject classifying and indexing of libraries and literature*, New York, Scarecrow press, p. 141-162.

MILLS, J. *The universal decimal classification*. In: *A modern outline of library classification* ... London, Chapman & Hall 1960, p. 74-88.

NERY DA FONSECA, Edson. *A classificação decimal universal no Brasil*. Utilizadores da CDU no Brasil. In: Bradford, Samuel Clement. *Documentação* ... [Tradução de M.E. de Mello e Cunha ... Apêndice para a edição brasileira por Edson Nery da Fonseca ... Rio de Janeiro Editora Fundo de Cultura (1961) p. 269-283 (Biblioteca fundo universal de cultura Estante de documentação).

PENNA Carlos Victor. *Classificação decimal*. In: *Catalogación y clasificación de libros* ... 2. ed. Buenos Aires, Acme Agency, 1949, p. 137-155 (Bibliotecologia).

Catálogo sistemático. In: *Catalogación y clasificación de libros* ... 2. ed. Buenos Aires, Acme Agency, 1949 p. 175-180 (Bibliotecologia).

SHERA, Jesse. H. & EGAN, Margaret E. *The construction and maintenance of the classified catalog of the American Library Association*, 1956 p. 64-103.

**OBSERVAÇÕES:**

1) Recomenda-se ao candidato a leitura, nas tabelas da CDU relacionadas nesta bibliografia, das seguintes partes: introduções, prefácios, explicações preliminares gerais e especiais para cada classe e a relação das edições da CDU no fim de cada tabela;

2) As datas das tabelas ou edições da CDU, incluídas na presente bibliografia, podem variar; o que prevalece é o número da publicação da F.I.D.

**DO JULGAMENTO**

O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério:

a) a prova está dividida em duas partes:

a 1ª consiste num trecho errado para corrigir;

a 2ª, num texto para pontuar;

b) a 1ª parte valerá 50 (cinquenta) pontos, se corrigidos todos os erros; a 2ª, 50 (cinquenta) pontos, se pontuada corretamente.

A prova de idioma estrangeiro será dividida em duas partes, valendo cada 50 (cinquenta) pontos. Também se considerará erro a fração em vernáculo mal formada.

As provas de Bibliografia e Referência; Seleção e Reprodução de Documentos; Catalogação; O classificação Decimal Universal valerão 100 pontos cada se responderem objetivamente a todas as questões. Não será considerada a resposta desenvolvida. Somente será habilitado o candidato que obtiver a média total igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Em caso de empate na classificação final o desempate será feito pela melhor nota na prova de Classificação Decimal Universal; persistindo o empate, pela melhor nota na prova de Bibliografia e Referência.

Para o julgamento final, observar-se-á o seguinte critério:

Obtida a média da prova de português e idiomas acrescentar-se-á a nota das outras provas, observados os seguintes pesos:

Bibliografia e Referência — 4.

Seleção e Reprodução de Documentos — 3.

Catalogação — 4.

Classificação Decimal Universal (CDU) — 4.

A nota final será aquela dividida por 16.

Após o julgamento pela Banca, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 40 (quarenta e oito) horas, a fim de possibilitar formularem recursos, se cabíveis.

O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral, sem quebra do sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento *in limine*, ser fundamentado

de e indicar, com precisão, as questões e os pontos objeto de revisão. Se aceitar o pedido de recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também a revisão de toda a prova.

A Banca, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará a revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério do julgamento. Não será apreciada a reclamação se não redigida em termos convenientes, ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que justifique me permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, representando a Mesa.

Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos: Apurar-se-ão as frações até milésimos.

**DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

As provas serão manuscritas a tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro carregada. O emprego de lápis-tinta acarretará a desclassificação do candidato.

Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identificação fornecido pela Secretaria. Outras provas de identidade não terão valor para o concurso.

Adotar-se-á, para sigilo do julgamento processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

Atribuir-se-á a nota zero — prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite a sua identificação.

Os textos e os pontos das provas de Português e Idiomas serão sorteados e os impressos respectivos confeccionados na presença do candidato.

O candidato que se retirar do recinto durante a realização de prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os exa-

minadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente ou que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou de utilização de notas, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A ato dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

O não comparecimento a qualquer prova importará em exclusão do concurso, considerados sem efeito os exames porventura já prestados e não lhe sendo permitido prestar as provas subsequentes.

Tratando-se de concurso de provas, para primeira investidura em cargo de carreira, a todas se submeterão os candidatos independentemente de títulos ou diplomas que possuam.

Observar-se-á a ordem de edital, na realização das provas. A Banca Examinadora, entretanto, pode alterá-la, quando considerar conveniente.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromisso tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

E de dois anos o prazo de validade do present concurso, a contar da data da homologação pela Mesa da Câmara dos Deputados, prorrogável por um ano.

Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

Todas as instruções, chamadas, avisos e resultados serão publicados no Diário do Congresso e no Diário Oficial. Não há justificativa para o não atendimento dos prazos determinadas. O candidato deve estar sempre em contacto com a Câmara para não perder os prazos.

Brasília, 16 de abril de 1963. — Floriano Ramos, Diretor-Geral.

**Aviso:**

A Câmara não se compromete nem no presente, nem de futuro, com relação a moradia. — Floriano Ramos, Diretor-Geral.

**DIRETORIA DO PESSOAL**

**Seção Administrativa**

**GUARDA DE SEGURANÇA "PL-12"**

Tempo de Serviço até 31 de dezembro de 1962 (art. 125, letra "b", da Resolução n.º 67-1963)

	TEMPO DE SERVIÇO			Data do ingresso na classe ou no cargo	Faltas, licenças ou afastamento na classe ou no cargo
	Classe ou cargo	Serviço Público Federal	Serviço Público		
1. Royolze Carvalho de Mendonça	2.302	5.426	5.426	2- 4-56	163
2. Esya Jose de Oliveira	1.317	8.476	9.759	25- 5-59	—
3. Rinaldo da Silva Pelajo	1.197	3.031	3.031	22- 9-59	—
4. Henrique da Conceição Júnior	949	5.251	5.251	27- 5-60	—
5. Diamantina Siqueira	83	83	83	10-10-62	—
6. Amaro Monteiro da Souza	83	83	83	10-10-62	—
7. Jayme de Freitas Fajheiro	83	8.401	8.401	10-10-62	—
8. Dante Perrom	83	83	83	10-10-62	—
9. Amaro Ferreira Pessanha	83	83	83	10-10-62	—
10. José Ivan Ribeiro	83	83	83	10-10-62	—

OBS.: 1) — O desempate entre os funcionários relacionados sob os números 5 a 10 obedeceu à classificação no concurso (art. 121, § 11, da Res. n.º 67-62).

2) — Republica-se em virtude de provimento de recurso interposto. Seção Administrativa, em 13 de maio de 1963. — Mário Camillo de Oliveira, Of. Leg. PL-6. — Theobaldo da Costa Alves, Auxiliar de Sec.

PL-13 — Zely de Castro Guimarães, Chefe de Seção. Republicado por ter saído com incorreções no D.C.N. de 18 de maio de 1963.

**PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40**